



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Emigração portuguesa para Colmar (1960-1974)

Francisco Pedro Nunes de Madeira Esteves

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Emigração portuguesa para Colmar (1960-1974)

Francisco Pedro Nunes de Madeira Esteves

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022

Agradecimentos

Elaborar uma dissertação apresentava-se à primeira vista para mim como um esforço de natureza processual, despojado de quaisquer elementos que permitissem um desenvolvimento e aprofundamento que se estendesse para além do meu conhecimento científico. Todavia, este empreendimento acabou por se mostrar deveras enriquecedor no plano pessoal, levando-me a redescobrir velhas amizades e encontrar novos mundos. Seguem-se algumas menções aos que mais me marcaram neste último ano da minha vida.

Aos meus camaradas da universidade, Diogo, Tomás, Miguel, João, e Iúri, que trilharam comigo este extensamente curto caminho e me acompanharam no desenrolar dos nossos comuns objetivos e inquietudes.

À Sara, minha velha amiga com quem tive o privilégio de me reencontrar e partilhar uma extensa parte das minhas vivências no decorrer da elaboração da tese. A ela devo uma incomensurável gratidão pelos infindáveis dias em que dispôs do seu tempo para me ouvir nas minhas dúvidas e incertezas, e pela sua simples existência. E não me esqueceria da minha amiga “francesa” Silvia, da minha amiga “belga” Madalena, e da Pepa, ao qual estendo o meu enorme apreço pela sua presença na minha vida.

À família do Carmo, que em larga parte tornou possível a realização deste trabalho pela inspiração que a sua história de vida me trouxe. Ao Sr. Manuel do Carmo, que me aguçou a curiosidade sobre o tema pela descomplicação com que abordava as suas vivências, e ao Fernando, um dos seus filhos, que me recebeu em Colmar como um dos seus.

À Prof^a. Maria João Vaz, a minha orientadora, que desde cedo incutiu em mim a vontade de tratar o tema da Emigração Portuguesa para França, remontando a um trabalho realizado numa das suas UCs na Licenciatura. Apesar da sua sempre atarefada agenda, encontrou sempre o tempo para responder e direcionar as minhas inúmeras dúvidas numa direção construtiva.

A todos os que conheci nesta improvável aventura que a minha tese me proporcionou. À Sarah, Míša, Maša, Hynek, Jarda, Danda e muitos outros que não poderei continuar a enumerar, a minha gratidão por termos cruzado caminhos e por ter convosco aprendido a ser mais eu.

Por fim, à minha família, sem a qual nada seria.

Resumo

A entrada para os anos 60 do Século XX significou uma mudança no paradigma geográfico da emigração portuguesa, marcando-se por uma recentralização do grosso dos fluxos migratórios para o continente europeu, no qual França se assumiu como destino principal. Encontrando na sua génese fatores de repulsão ligados à imaleabilidade do sistema político, social e económico português do Estado Novo, e a atratividade na imensa procura de mão-de-obra que marcava o contexto de revitalização económica francesa, cerca de 10% da população nacional abandonou o país em busca de melhores condições de vida. O tema da emigração portuguesa para França, na sua generalidade, reuniu em seu redor um robusto corpo bibliográfico que acompanhou as áreas de maior concentração dos emigrantes. Contudo, a ausência de estudos sobre as comunidades portuguesas da Alsácia persiste na historiografia, motivando a elaboração de um trabalho sobre uma das cidades onde a sua fixação se fez sentir com maior intensidade, Colmar. Esta dissertação pretende constituir uma primeira tentativa de esboçar a organização da sua comunidade nos seus primeiros tempos, apoiando-se numa metodologia que alia a extensa bibliografia do tema aos utensílios providenciados pela História Oral, nomeadamente na forma de entrevistas, de forma a pôr em evidência a evolução das dinâmicas internas e externas que pautaram a presença portuguesa em Colmar nas suas diferentes dimensões.

Palavras-chave: Alsácia; Associativismo; Colmar; Emigração portuguesa.

Abstract

The early 1960s marked a change in the geographical orientation of Portuguese emigration, operating a shift of the migratory flow to the European continent, in which France featured as the main destination. Underlying the flow were repulsion factors connected to the inflexibility of the social, economic, and political structures that sustained the Portuguese Estado Novo, and attraction factors represented in the immense demand for labor that fueled the French economical recovery, about 10% of the national population left the country in the quest for better living conditions. The topic of Portuguese Emigration to France has attracted a large body of studies that have been centered on the areas with the largest concentration of emigrants. However, the lack of studies on the Portuguese communities of Alsace motivated the draft of a study on one of the cities where the settlement of the Portuguese was felt the most: Colmar. This dissertation aims to constitute a first attempt at drafting the organization of the Portuguese community in its early times, by relying on a methodology that combines the already mentioned extensive bibliography and the tools provided by Oral History, namely in the form of interviews, in order to evidence the evolution of the internal and external dynamics that marked the Portuguese presence in Colmar in its various dimensions.

Keywords: Alsace; Associativism; Colmar; Portuguese Emigration.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice.....	vii
Índice de figuras	ix
Glossário.....	xi
Desabafo do Emigrante	1
Capítulo 1: Introdução.....	3
1.1 - Estado da Arte.....	6
1.2 - Hipótese de Partida e Problemática	10
1.3 - Metodologia.....	12
Capítulo 2: Contextualização	16
2.1 - Contextualização Teórica	16
2.1.1 - Emigração	16
2.1.2 - Integração	19
2.1.3 - População.....	23
2.2 - Contextualização histórica	26
2.2.1 - Portugal no ocaso do Estado Novo (1960-1974)	26
2.2.2 - França no final dos Trinta Gloriosos (1960-1974).....	31
Capítulo 3: Os Emigrantes.....	36
3.1 - Caracterização dos emigrantes entrevistados.....	36
3.2 - A viagem.....	38
Capítulo 4: Alsácia e Colmar no quadro nacional	42
4.1 - A fixação portuguesa em Colmar.....	45
Capítulo 5: Condições de Habitação e Trabalho	49
5.1 - Condições de Habitação.....	49
5.2 - Condições de Trabalho	52
Capítulo 6: Os portugueses de Colmar: da obscuridade à visibilidade social	60
6.1 - A organização associativa da comunidade portuguesa	61
6.2 - Entreatajuda e interação com a sociedade local	66
6.3 - O papel feminino	68
6.4 - A vertente sociocultural	70
Conclusão	75
Fontes	80
Bibliografia.....	82
Anexos.....	91

Índice de figuras

Figura 1 - Mapa de França com a localização de Colmar	10
Figura 2 - Poster comercial do Sud-Express datado de 1890, anunciando as principais paragens da linha	39
Figura 3 - Mapa dos departamentos do Haut-Rhin (Sul) e Bas-Rhin (Norte) com a linha separatória a norte de Colmar.....	43
Figura 4 - Mapa da expansão de Colmar entre 1250/1300 e 1962.....	46
Figura 5 - Rue des Marchands	51
Figura 6 - A construção do quartier Europe (ZUP) em 1965.....	52
Figura 7 - Fundação do Centro Português de Colmar com os seus sócios fundadores	62
Figura 8 - A equipa principal do FC Portugais de Colmar na época 1970/1971	71

Glossário

Asti – Associação de Solidariedade com todos os imigrados (*Association de Solidarité avec toutes les immigrées*)

CE – Comunidade Europeia

CEP – Corpo Expedicionário Português

CFDT - Confederação Francesa Democrática do Trabalho

CGT – Confederação Geral do Trabalho

DNA – *Dernières Nouvelles D'Alsace*

EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre (*European Free Trade Association*)

FAPA – Federação das Associações Portuguesas da Alsácia (*Fédération des Associations Portugaises d'Alsace*)

Insee – Instituto nacional da estatística e dos estudos económicos (*Institut national de la statistique et des études économiques*)

LAFA - Ligue d'Alsace de football association

ONI – *Office national de l'immigration*

PCF – Partido Comunista Francês

SMOE – Serviços da mão-de-obra estrangeira (do Ministério do Trabalho francês)

ZUP – Zona de urbanização prioritária (*Zone à urbaniser en priorité*)

Desabafo do Emigrante

Olá, Senhor Presidente,
Olhe também cá p'ra nós,
Também somos vossa gente,
Portugueses como vós.

A nossa grande saudade
Faz-nos amar Portugal;
Mas sofremos na verdade,
Tratamento desigual.

Com alegado pretexto,
Dos habitantes daí,
Que saindo do contexto,
Ficaremos por aqui.

Como já diz a canção,
Nosso sonho é voltar
Cultivamos tradição
E qu'eremos lingu'ensinar.

E fez por toda esta razão,
Fez nomear certa gente,
P'ra lugar's de solução:
'stá longe, Senhor Presidente!

Já não somos como dantes,
Gente apenas de pobreza;
Somos simples emigrantes,
Enviando-vos riqueza.

Somos tema de cultura,
Dentro da nossa humildade;
Entramos na Lit'ratura,
Desd' do campo à cidade.

De nós servem-s'os poetas,

Escritores, musicólogos,
Financeiros e estadetas,
Mas deixam-nos em monólogos.

Perdoem os gabarolas,
S'existem n'emigração,
Mas são simples caçarolas,
Brilhando na escuridão.

Aceitamos muito mal,
Por esse mundo inteiro,
Que até em Portugal,
Nos sintamos estrangeiro.¹

António Cravo (1983)

¹ Cravo, A., & Heitor, R. (dir.). (1983). *Vozes dos emigrantes em França: Antologia poética bilingue anos 1960-1982*. Tip. Mirandela, pp. 74-75.

Capítulo 1: Introdução

A investigação aqui desenvolvida insere-se de forma mais lata na temática da Emigração Portuguesa para França, pretendendo-se constituir como mais um contributo para o aprofundamento da compreensão das suas variadas facetas. Na sua especificidade, escolheu-se como foco principal a cidade alsaciana de Colmar, pela sua posição relativamente periférica em termos geográficos e no campo dos estudos da emigração portuguesa, para além da sua dimensão quantitativa significativa.

De forma a enquadrar o objeto de estudo no contexto da sua produção, o primeiro capítulo desta dissertação é dedicado à introdução do mesmo na sua vertente historiográfica, seguida da apresentação das problemáticas e dos métodos que guiaram a pesquisa e elaboração da dissertação. Em primeiro lugar, tem-se uma breve exposição da centralidade e evolução longitudinal da emigração até aos anos 60 e 70 do Século XX, onde França se torna o seu principal recetáculo. Esta é seguida por uma avaliação da investigação académica sobre o tema com um enfoque multidisciplinar, destacando as principais contribuições de acordo com uma perspetiva temática e temporal, bem como salientando a evolução das suas diferentes tendências de estudo e as suas limitações, terminando com uma apresentação breve sobre o pretendido contributo historiográfico do trabalho.

O ponto seguinte remete para a circunscrição das questões que orientaram a pesquisa, dividindo-as em duas esferas principais (a teórico-conceptual e a histórica), no qual se procura demonstrar a sua pertinência no âmbito do tema em estudo através do relacionamento dos aspetos da vida dos emigrantes com o seu contexto histórico-social. Ainda, tem lugar a metodologia, no qual se elencam e se explanam as ferramentas em que me apoiei para elaborar este estudo, que são a análise de fontes secundárias e a construção de fontes primárias através dos métodos da História Oral, ressaltando ainda algumas limitações metodológicas que poderão ter enviesado os resultados obtidos.

O segundo capítulo diz respeito à apresentação de utensílios histórico-contextuais percecionados como essenciais para a compreensão do objeto de estudo, encontrando-se divididos entre duas vertentes: contextualização conceptual e histórica.

No que concerne a contextualização conceptual, temos a apresentação de três conceitos na sua dimensão histórica: a emigração, integração e população. Em primeiro lugar, procura-se obter uma interpretação do significado de emigração no plano histórico português, tendo em conta os seus impactos e significâncias ao longo do tempo na sociedade, política e economia nacional, conjugando-a com as distintas interpretações e perceções do fenómeno por alguns dos principais pensadores. Em segundo lugar, a noção de integração é dissecada aos olhos do país de acolhimento, numa perspetiva multidisciplinar que junta as principais contribuições do campo sociológico, antropológico e histórico, de forma a entender a sua multitude de dimensões e a sua

preponderância para uma interpretação coerente do conjunto nacional francês. Em último lugar, pretende-se expor o conceito de população utilizando como exemplo pertinente a população portuguesa sob a ótica mercantilista do Estado Novo, explorando também os efeitos socioculturais de uma percepção paternalista e infantilizante no processo migratório que se estende à sociedade de acolhimento.

No que concerne a contextualização histórica, procede-se a uma sucinta exposição dos dois espaços nacionais que enquadram geograficamente o processo migratório durante o período temporal em que este ocorreu. No caso português, é efetuada uma breve exploração dos fatores que produziram um efeito de repulsão na sua população, como a degradação geral das condições socioeconómicas da população e a crescente pressão demográfica. Por outro lado, procede-se no caso francês a uma elaboração dos fatores de atração da população emigrante portuguesa, partindo das suas necessidades económicas e demográficas e passando pelas suas deficiências infraestruturais, recorrendo de seguida sobre os principais problemas enfrentados pelos portugueses e os seus métodos de organização e articulação interna à chegada.

O terceiro e quarto capítulos englobam o objeto de pesquisa na sua especificidade, incidindo sobre uma caracterização geral dos emigrantes na sua situação de vida pré-emigração, e estendendo-se de seguida a uma contextualização histórica da região alsaciana e da cidade de Colmar, abrindo caminho para a análise histórica da presença portuguesa naquela cidade e organizando-a nas suas vertentes social, económica e cultural.

Em primeiro lugar (terceiro capítulo) procura-se tirar algumas ilações e descortinar alguns padrões no conjunto dos entrevistados através de uma caracterização que tem um particular enfoque nos seus aspetos socioeconómicos da sua vida em Portugal que motivaram a sua emigração, detalhando as condições gerais em que a viagem para França se deu em todo o seu percurso.

De seguida (quarto capítulo), procede-se a uma explanação concisa do contexto histórico alsaciano, no qual se procura explicar a evolução histórica da região através da sua centralidade geográfica na atração da emigração e no impacto da devastação causada pelas disputas bélicas europeias, olhando especificamente para o estado da região alsaciana e da cidade de Colmar nas duas décadas após a Segunda Guerra Mundial, providenciando desta forma o espaço para uma introdução sobre a presença portuguesa e a sua intensificação e organização após a década de 60.

Seguindo o percurso da fixação do primeiro grupo de trabalhadores portugueses em Colmar na década supracitada, tem lugar no quinto capítulo uma descrição das condições de habitação e trabalho encontradas pelos emigrantes portugueses na sua chegada à cidade. Quanto ao primeiro, procura-se tecer algumas considerações gerais sobre o tipo de acomodação e os meios utilizados para o obter no contexto da situação do parque habitacional da cidade, indo desde os esforços assistenciais de instituições locais à evolução das políticas habitacionais. No que toca ao segundo, uma análise da situação económica da cidade e da região serve como pano de fundo para o

traçamento das linhas gerais que pautavam a vida laboral dos portugueses, nomeadamente nos setores de atividade que ocupavam e na sua relação com as leis e a envolvente de trabalho locais.

O último capítulo trata da evolução da comunidade portuguesa de Colmar nas suas dinâmicas internas e externas. Primeiro, através da análise da génese e desenvolvimento do seu movimento associativo ao longo do tempo, centrado à volta das suas principais figuras, explorando os encontros e desencontros entre e dentro dos seus subgrupos. De seguida, esta análise imbrica no diálogo social com os seus parceiros sociais de maior relevância, evidenciando a interligação e interdependência da comunidade com instituições assistenciais e paroquiais locais, bem como da relação com o Consulado-Geral.

O contributo feminino merece por si um ponto que lhe é dedicado exclusivamente, mencionando brevemente algumas das formas menos visíveis como as mulheres desempenhavam um papel fundamental na moldagem e na manutenção das estruturas associativas e familiares da comunidade. Por último, tem lugar uma descrição das atividades socioculturais da comunidade, destacando os espaços de convivialidade e lazer associados às vertentes desportivas e folclóricas do movimento associativo local, para além do intenso movimento radiofónico que irá mais tarde despertar na década de 80.

1.1 - Estado da Arte

A emigração portuguesa para a Europa apresenta-se como um fenómeno relativamente recente no quadro geral da história portuguesa dos processos migratórios, cuja tradição transatlântica remonta ao início da formação do projeto imperial no início da Época Moderna. Desde muito cedo que o Brasil se constituiu como destino por excelência da emigração portuguesa, inicialmente devido à necessidade de povoar e potenciar a exploração desta vasta colónia cuja relevância assumiu uma dimensão central durante a parcela do período colonial compreendida entre o Século XVII e o início do Século XIX. Mesmo com a sua independência no início de Oitocentos, o dinamismo económico do Brasil continuou a atrair a maioria dos portugueses que emigraram durante este século principalmente devido à reconfiguração nos fluxos de mão-de-obra escrava que alimentavam a economia brasileira, tendo-se mantido nesta posição de destaque até ao início da década de sessenta do século seguinte (Baganha, 1994; Pedreira, 2013).

O chamado ciclo transatlântico, que teria o seu auge entre o final de Oitocentos e o início de Novecentos com a “participação” portuguesa nos fluxos migratórios massivos entre o velho e o novo continente, possuiu assim uma predominância marcada pelo Brasil. De acordo com Maria Ioannis Baganha (1994, p. 960), entre 1900 e 1949 cerca de 80% das partidas dos emigrantes são dirigidas para as terras de Vera Cruz, tendo este número descido para 68% na década de cinquenta. Por outro lado, este ciclo significou também a emergência de outros destinos de emigração no eixo do Atlântico: em primeiro lugar, os Estados Unidos apresentaram-se como um importante recetáculo da emigração portuguesa, assumindo um especial destaque nas duas primeiras décadas de Novecentos²; em segundo lugar, países como a Venezuela e o Canadá começaram também a absorver contingentes significativos de emigrantes; por último, o projeto de população dos territórios coloniais de Angola e Moçambique vai significar o início da promoção de uma emigração patrocinada pelo Estado Português que apenas dará os seus frutos no século seguinte (Castelo, 2007; Jerónimo, 2013; Miranda, 1999).

A partir dos anos 50 começa-se a assistir a uma “refocalização” dos fluxos migratórios portugueses para o plano europeu, que até agora havia desempenhado um papel muito secundário no quadro geral da emigração portuguesa. Conhecendo parte da sua reconfiguração numa atitude mais restritiva por parte do Brasil e também dos Estados Unidos a partir da Grande Depressão, as causas mais profundas encontram-se nas mudanças que se operam no continente europeu após a

² Estimam-se em 247 mil os portugueses que emigraram para os Estados Unidos entre 1870 e 1920, sendo que 170 mil (69%) o fizeram durante as primeiras décadas de novecentos, constituindo cerca de 19% da emigração total portuguesa neste último período (1900-1920). Na sua maioria oriundos das ilhas dos Açores, os portugueses que seguiram o caminho dos Estados Unidos viram a sua entrada bastante dificultada com as restrições de imigração (*Three Percent Law*) impostas por este país com o advento da Primeira Guerra Mundial, tendo estancado consideravelmente este fluxo. Ver Williams, J. (1982). *And Yet They Come: Portuguese Immigration from the Azores to the United States*. Center for Migration Studies, pp. 77-80.

Segunda Guerra Mundial (Baganha, 1994; Serrão, 1985; Volovitch-Tavares, 2006a; Williams, 1983).

Face a uma realidade de devastação sem precedentes à escala continental, a maioria dos países da Europa Ocidental embarcou num movimento de recuperação pujante num período que ficaria denominado como os Trinta Gloriosos³, no qual França e a Alemanha desempenharam um papel fundamental. Desde modo, a necessidade de mão-de-obra que a expansão industrial exigia na reconstrução das economias ocidentais europeias iria absorver uma grande parte do excedente de mão-de-obra português causado pelos seus baixos níveis de industrialização, que agora se começaria a fixar durante as próximas décadas em países como França, Luxemburgo, Suíça, Países Baixos, Bélgica e Alemanha.

Ainda que Portugal fosse fazer uma entrada tardia neste movimento populacional que afluiu aos países europeus em rápido crescimento económico, a sua dimensão tomou grandes contornos a partir dos anos 60, assumindo “uma intensidade e uma gravidade sem par em toda a nossa história” (Serrão, 1974, p. 160). Entre 1962 e 1974, mais de um milhão de portugueses emigraram para o continente europeu (80% da emigração total), sendo que 80% e 18% destes emigrantes o fizeram em direção a França e à Alemanha, respetivamente. No caso francês, foram 800 mil os portugueses que entraram no país neste período, fazendo a população portuguesa neste país aumentar de 50 mil (1962) para 758 mil (1975), tornando-a na maior comunidade estrangeira imigrante em França (Baganha, 1994; Lebon, 1989; Valério, 2001).

A academia portuguesa e francesa cedo tomaram interesse por este novo ciclo migratório europeu, dada a sua dimensão e a extensão do seu impacto nas dinâmicas nacionais. Autores como Joel Serrão (1974), Vitorino Magalhães Godinho (1978) e Almeida e Barreto (1974) escreveram de forma abrangente sobre a sua dimensão económica, social e política, esquematizando desde logo uma imagem geral deste fenómeno do ponto de vista nacional. As contribuições de outras disciplinas para o estudo mais específico da emigração (e imigração) portuguesa⁴ complementaram este movimento e vieram de todos os campos, numa descrição que se desdobrará por subtemas e que não se pretende exaustiva.⁵

As dimensões estatísticas da emigração portuguesa para França foram estudadas na sua vertente quantitativa numa primeira fase por João Ferreira de Almeida (1964), algo que Michel Poinard (1971) complementou (especialmente a um nível qualitativo) com um estudo focado nas causas desta nova corrente emigratória e alguns dos seus aspetos demográficos e geográficos.

³ Denominou-se assim ao período que se estende desde o final da II Guerra Mundial até à Primeira Crise do Petróleo (1945-1973), caracterizado por um crescimento económico inédito na Europa.

⁴ Por exemplo, os estudos sobre a e/imigração portuguesa na academia francesa organizaram-se à volta de um grupo coordenado de investigação no Centro Nacional de Pesquisa Científica francesa (GRECO 13 CNRS) sobre as migrações internacionais que surgiu nos finais da década de 70. (Cordeiro, 2017).

⁵ O tema da literatura sobre a emigração/imigração portuguesa para França já se encontra bem analisado noutros trabalhos académicos. Ver Marques, José Carlos, Pedro Gois, Pedro Candeias e Bárbara Ferreira (2019), “França”, OEm Country Reports, 5, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Desde então, a generalidade tem dado lugar a estudos de maior especificidade. A sua implicação na economia nacional (Maria Ioannis Baganha, 1994), a análise demográfica e profissional dos imigrados (Stéphanie Condon, 2000; Annick Échardour, 1996) e a elaboração de dossiers estatísticos sobre os Portugueses de França (André Lebon, 1989) contam-se entre os inúmeros contributos para a compreensão deste fenómeno do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

No estudo das dinâmicas internas das comunidades portuguesas em França, Maria Beatriz Rocha-Trindade (1973) estudou pioneiramente os Portugueses de Orsay, fazendo emergir os fortes laços que unem estes conterrâneos entre si e às suas origens (na sua maioria provenientes da aldeia de Queiriga, no distrito de Viseu). O estudo das redes de sociabilidade e solidariedade intracomunitária no contexto das suas ligações com a terra-natal mereceram também especial destaque por Michel Poinard e Marie-Antoinette Hily (1983, 1985, 1997), contribuindo para o relevar do movimento associativo português e da expansão de conceitos-chave como o *retorno*⁶ e o *vai e vem*⁷, fundamentais para a compreensão das estratégias de integração dos emigrantes no país de acolhimento.

Na esfera laboral, António Teixeira de Sousa (1972, 1973) e Eduardo Serra (1975) colocam em enfoque os trabalhadores operários portugueses em Paris na década de 1970, dissecando as relações operariado-patronato-sindicatos e explorando as condições de habitação e trabalho encontradas por estes, além de outras considerações como a marginalidade enfrentada no local de trabalho e os projetos de retorno. A abordagem multifacetada e longitudinal dada por Marie-Christine Volovitch-Tavares (1995) no estudo deste ciclo migratório permitiu não só perceber os aspetos socioeconómicos e políticos que contribuíram para a génese e manutenção deste fluxo, como também o espectro habitacional e laboral dos trabalhadores portugueses em Paris sob o prisma das *bidonvilles*, incidindo especialmente sobre as questões de marginalização e exclusão social levantadas pela vivência dos portugueses neste espaço de simultânea degradação e coesão social.

Nas dimensões políticas da emigração, a análise transversal de Victor Pereira (2014) sobre a relação entre o Estado Novo e a emigração portuguesa para França trouxe um retrato vivo da ação do poder estatal nas dinâmicas migratórias, no qual os condicionalismos político-administrativos colocados pelo regime relegaram o emigrante para uma posição de fragilidade e vulnerabilidade

⁶ Variados contributos para uma melhor compreensão dos aspetos da emigração portuguesa para França têm vindo do estudo de comunidades de emigrantes retornados. Ver por exemplo Cordeiro, A. (2002). *Le va-et-vient des portugais en Europe. Projet*, 272, 63-68; Portela, J., & e Nobre, S. (2001). *Entre Pinela e Paris: emigração e regressos. Análise Social*, 36(161), 1105-1146 ; Oliveira, I. T. de et al. (2016). *Retorno e circulação dos emigrantes portugueses no início do Século XXI. Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 11-35.

⁷ Ver Hily, M-A., & Poinard, M. (1997). *Entre France et Portugal, l'attrait du va-et-vient. Hommes et Migrations*, 1210, 63-72; Poinard, M. (1979). *Le retour des travailleurs portugais*. La Documentation Française;

vis-a-vis o processo de emigração e a integração na sociedade de acolhimento, contribuindo por sua vez (pela saída do país) para a aceleração da modernização nacional.

Dentro das questões relacionadas com a identidade e o posicionamento da comunidade portuguesa no xadrez social francês, Albano Cordeiro (1989, 1993, 1997a, 1997b) questionou a “boa” integração dos portugueses na sociedade francesa pelo prisma do paradoxo integração-invisibilidade, no qual a sua ausência do espaço público francês supostamente refletora (aos olhos dos *media* e dos decisores políticos) de uma suposta integração total esconde uma estratégia de inserção e adaptação discreta baseada na construção instrumental de uma identidade coletiva “portuguesa” face a uma sociedade de acolhimento que focou as suas atenções nos malefícios da imigração magrebina, o que é retomado por Victor Pereira (2012, 2017) no âmbito desportivo com a utilização do futebol entre os portugueses enquanto vetor de afirmação, transmissão e valorização identitária.

Também dentro do tema da integração, Maria Engrácia Leandro (1995) estudou as dinâmicas de integração social dos Portugueses em Paris na década de 90 sob o prisma familiar. Complementando temporalmente o estudo comparativo de Brettell e Boisvert (1977) sobre as zonas de Paris e Poitiers nos anos 1970, o estrito individualismo familiar de outrora dá lugar ao desenvolvimento de mecanismos de interação caracterizados pela solidariedade interétnica e uma focalização da socialização no espaço privado, que se materializam na reconstrução de uma identidade que incorpora elementos socioculturais luso-franceses, conducentes a um processo de embrenhamento progressivo no tecido social francês.

No domínio da antropologia encontramos ainda contribuições como as de Rosleyne de Villanova (1997) e Irene dos Santos (2005). Se a primeira percecione os portugueses pelo prisma do seu espaço residencial como símbolo da sua identidade, a segunda explora as representações e memórias da emigração portuguesa pelas experiências partilhadas do grupo “emigrantes” como um todo, olhando para a construção de uma memória comum como algo possível e essencial para o processo de definição identitária.

Tendo em conta este vasto corpo documental que sintetizei nos parágrafos cimeiros, a incidência geográfica do estudo da emigração tem recaído de grosso modo no eixo longitudinal que liga Paris à fronteira sudoeste⁸, identificado por Michel Poinard como as regiões de maior concentração de população portuguesa, matizada na ligação ferroviária *Sudexpress* (Hendaia a Paris). Por outro lado, em regiões em que a presença portuguesa se fez sentir de uma forma relativamente intensa, mas deslocalizada na continuidade do território francês, como a Alsácia, é

⁸ Ver por exemplo os estudos dedicados às regiões do Centro e do Sudoeste. Barou, J. (1997). En Auvergne, une immigration portugaise en milieu rural. *Hommes et Migrations*, 1210, 43-59 ; Vaz, M. (2013). Histoire d’une immigration portugaise. Le rôle de la région Aquitaine. *Hommes & migrations*, 1302, 154-156 ; Kotlok-Piot, N. (1996). La communauté portugaise de Cerizay (79). *Espace, populations, sociétés*, 2-3, 349-354.

notável a ausência de estudos de maior profundidade sobre os seus portugueses (Poinard, 1993; Frey, 2009).

Neste sentido, o trabalho propõe trazer à luz da historiografia os portugueses de Colmar no quadro geral da emigração para França durante o seu período áureo (1960-1974). De uma forma mais específica, trata-se de perceber as condições encontradas pelos portugueses aquando da sua chegada a França aos olhos de quem o experienciou em primeira mão. Partindo do seu trajeto migratório inicial, olhar-se-á principalmente para a integração destes emigrantes na sociedade de acolhimento através do espectro profissional e habitacional, procurando aferir a articulação desta realidade com a reconfiguração constante dos seus projetos de estadia. As dinâmicas socioculturais subjacentes a este processo serão também exploradas, de forma a perceber os principais obstáculos encontrados pelos emigrantes e as formas e espaços de sociabilidade que pautaram o seu novo *framework* social. As implicações a nível oficial e extraoficial do processo migratório serão deixadas para segundo plano, tal como as medidas de controlo social aplicadas pelo estado português e francês.

No fundo, este trabalho pode ser encarado como uma contribuição para a reconstrução da representação coletiva dos “emigrantes”, que apesar de figurarem como uma parte fundamental do ideário nacional, detêm uma visibilidade reduzida no espaço nacional e francês, fruto de alguns fatores já elencados anteriormente. Tal reflete uma consideração paradoxal: enquanto a representação estatal da nação portuguesa enquanto um todo valoriza e exalta a importância e contribuição das “comunidades portuguesas”, relevando uma continuidade discursiva que remonta ao Estado Novo; esta concede-lhe ao mesmo tempo uma reduzida visibilidade no espaço público nacional, matizada na sua diminuta capacidade de intervenção na vida política, remetendo a sua história e identidade para um plano de folclorização que desemboca em caracterizações populares por vezes pejorativas, como a denominação *avec* (Pereira, 2017b; Wagner & Koven, 2017).



Figura 1 - Mapa de França com a localização de Colmar assinalada com uma seta.

Retirado de Ontheworldmap.com

1.2 - Hipótese de Partida e Problemática

Como se deu a fixação portuguesa em Colmar durante o período de 1960-1974? De forma a estruturar as bases para o estudo deste processo, importa começar por considerar o contexto teórico-conceitual e o contexto histórico. Numa primeira fase, pretende-se esclarecer os conceitos-chave que serão utilizados recorrentemente ao longo da tese e que formarão a base analítica do tema, que optei por dividir em três subgrupos: o conceito histórico de Emigração; a gradação Integração/Exclusão; e por fim o subgrupo Comunidade/População. Estas três esferas conceptuais serão essenciais para a compreensão do processo geral de emigração e interação social dos Portugueses em França, pelo que se torna premente elaborar uma explicação clara e concisa de alguns termos cujo significado se dilui aquando da sua utilização no espaço público.

No plano histórico, pretendemos providenciar uma contextualização que colocará um enfoque no plano local (português) e no do país de acolhimento. Num pendor mais específico, trata-se mesmo de perceber que fatores económicos, políticos e sociais estão na base deste fluxo migratório que se fez sentir com uma intensidade inédita entre dois países com uma ligação histórico-cultural duradoura. Ainda que estes fatores na sua generalidade estejam bem estudados de ambos os lados da historiografia, importa ter em conta dois tipos de particularidades: a geográfica e individual. No primeiro caso referimo-nos às dinâmicas económicas e sociais de Portugal, bem como as de França, e da região alsaciana e de Colmar na sua especificidade, uma vez que estas terão desempenhado também um papel essencial no que toca ao regulamento e modelamento deste processo. Por outro lado, é necessário ter em conta a especificidade dos indivíduos que constituíram este contingente, na medida em que as suas vivências e experiências pessoais poderão ter levado (ou não) à escolha deste local como destino de emigração.

Neste sentido, quem são estes emigrantes? Torna-se essencial proceder a uma caracterização dos indivíduos que tentaram a sua sorte numa nova realidade. Em primeiro lugar deve-se então perceber quais as suas informações mais elementares: a sua idade à partida, o ano de partida, a sua proveniência geográfica e a sua situação de vida pré-emigração. Em segundo lugar, de que forma é que viajaram para França: fizeram-no legalmente ou “a salto”? Em terceiro lugar, porque é que o fizeram? Tendo todos estes fatores em conta, é então possível aferir de uma forma mais precisa o quadro informativo da emigração portuguesa para Colmar, que será também enquadrado nas informações relativas ao plano nacional de forma a averiguar as especificidades e semelhanças do primeiro no cômputo geral da emigração portuguesa para França.

Chegados ao seu destino, os emigrantes deparam-se com uma plêiade de normas e condições inteiramente estranhas às suas referências tradicionais. Desde a língua aos trâmites legais e administrativos, passando pelo prisma da habitação e trabalho, tudo é uma novidade para o recém-chegado, que terá de encontrar uma forma de se imiscuir no tecido produtivo e social francês de forma a ir ao encontro dos seus objetivos definidos à partida: estes normalmente passavam por guardar o máximo de dinheiro possível com vista ao regresso (Cordeiro, 1989; Cordeiro, 1997; Leandro, 1995; Poinard, 1972; Poinard, 1993; Volovitch-Tavares, 1997). Assim sendo, que

condições de habitação e trabalho é que estes encontram à chegada? Qual será o papel desempenhado pelas redes pré-existentes de base informal e/ou familiar na fixação e inserção destes nacionais na sociedade de acolhimento? Irá este papel além das dimensões socioeconómicas e tocará também nos aspetos culturais?

Com o engrossar de um contingente de portugueses nesta urbe, impõe-se a questão de uma possível organização e articulação dos seus constituintes, na medida em que devemos colocar a seguinte questão: podemos falar na formação de uma comunidade portuguesa em Colmar? Se sim, quais seriam os seus pontos de apoio? Seriam estes proeminentemente de base associativa ou religiosa? Ou teria a dimensão familiar a principal preponderância?

No espetro social, para o qual é necessária a interação dos seus diferentes grupos para o seu bom funcionamento, importa então considerar a relação dos emigrantes portugueses com a sociedade local. Quais seriam as formas de ligação entre ambos? Teriam estas um pendor eminentemente económico, ou também se estendiam ao nível social e cultural? Se sim, passariam de um nível superficial? Esta última questão é essencial na consideração na questão da perceção dos locais em relação aos emigrantes, já que a situação de exclusão ou marginalidade se verifica em casos como o parisiense (Gastaut, 2006; Volovitch-Tavares, 1995).

Para esse efeito, seria pertinente ter em conta os casos mais estudados da emigração portuguesa no hexágono e proceder a uma comparação com o caso alsaciano, de forma a perceber os contrastes e semelhanças entre os mesmos, bem como aferir até que ponto é que podemos considerar o último como um caso único no paradigma francês.

1.3 - Metodologia

A investigação deste trabalho dividir-se-á entre dois eixos metodológicos centrais. A primeira pode ser designada pela construção de um corpo epistemológico que assentará essencialmente na análise de fontes secundárias. Dentro deste conjunto de fontes incluem-se essencialmente os estudos produzidos nas áreas da História, Sociologia e Antropologia sobre o tema em estudo. Em termos temporais, este processo ocupou a maior parte do meu trabalho e serviu várias funções-chave, sendo a primeira a definição do meu objeto de estudo. Para além do levantamento inicial das questões que orientarão a pesquisa, a posterior identificação, sintetização e articulação de um corpo de estudos foi essencial para a aferição da pertinência e enquadramento do tema a um nível historiográfico. Este processo contínuo de consulta e aprofundamento da análise levou ao estabelecimento de uma base conceptual e empírica que esteve em constante diálogo com a vertente mais dinâmica da minha investigação, que diz respeito à construção e utilização de fontes orais.

A segunda vertente metodológica remete para o que considero ser a parte central do trabalho, uma vez que encontraremos nesta o cerne do contributo historiográfico desta dissertação. Esta

pode ser definida de uma forma lata como a História Oral, que assenta essencialmente na realização de entrevistas. Na verdade, esta metodologia fértil permite uma construção ativa de fontes primárias, uma vez que a utilização de testemunhos orais no trabalho historiográfico coloca num plano central os atores históricos (pessoas) que foram o sujeito primário da experiência migratória. Podemos definir este processo como tendo três fases.

Na primeira fase, o historiador deve definir o perfil de entrevistado e as informações que pretende extrair com base nos seus objetivos de estudo, pelo que se teve de elaborar um guião com as perguntas adequadas para esse efeito. Uma vez que o meu objeto de estudo é a Emigração Portuguesa para Colmar, entre 1960 e 1974, restringi o meu escopo de entrevistas a portugueses que tenham emigrado para Colmar nesse período. Além disso, como pretendia estudar este conjunto nas suas dinâmicas socioeconómicas e culturais, as questões que estabeleci no guião assumiram um enfoque na experiência de vida de cada entrevistado, pelo que o meu tipo de entrevista assentou inicialmente num estilo denominado História de Vida. Neste sentido, o trajeto do emigrante foi considerado na sua totalidade enquanto sequência cronológica, englobando vários estratos: a sua situação de vida na terra de origem, os motivos que o levaram a tomar a decisão de partir, a sua viagem e chegada ao local de destino; e acima de tudo a sua adaptação à sociedade de acolhimento nas suas especificidades.

Numa segunda fase seguiu-se a recolha e registo de informação. Neste sentido, e tendo em conta as ferramentas que estão ao meu dispor, a chegada a um consenso com o entrevistado sobre a forma possível de recolha foi essencial, que se poderia estender desde a tomada de notas até à gravação audiovisual. A impossibilidade do registo sob a forma áudio e/ou visual poria em causa a exequibilidade da entrevista, uma vez que tinha como objetivo explorar ao detalhe as informações que me serão providenciadas, algo que a escrita de notas durante o ato não conseguiria satisfazer. Na quase totalidade dos casos, a recolha de informação foi efetuada a partir de um registo áudio pelo telemóvel.

A terceira fase diz respeito ao tratamento de informação, que se pode dividir entre a transcrição da entrevista e a sua crítica. Primeiramente, para que possa tornar a fonte oral num texto escrito, procedi à elaboração de uma transcrição. Esta pode assumir variadas formas consoante a pertinência da informação e o objetivo do entrevistador. Em seguida, para tornar esta informação em algo passível de ser utilizado num trabalho científico, procedi à análise e à crítica do mesmo. A parte analítica remete para a caracterização do conteúdo da entrevista em si, na qual se procura identificar as “informações” mais importantes e sumarizá-las de uma forma clara e concisa. No que toca à parte crítica, foi necessário ter em conta o contexto pessoal do entrevistado e o contexto bibliográfico alargado de forma a providenciar um enquadramento que faça sobressair a sua utilidade histórica.

Para poder concretizar este processo considerei a elaboração de uma tabela com o perfil dos entrevistados como um requisito essencial, na qual se inclui a definição de características

sociodemográficas (variáveis não-manipuláveis) e outras que remetam para a pertinência da relação entre o entrevistado e o objeto de estudo (variáveis pertinentes), permitindo assim uma identificação básica dos sujeitos (idade, sexo/gênero, proveniência, residência, etc.).

Estando na posse destas informações e considerando outras especificidades inerentes ao processo metodológico, que Luísa Tiago de Oliveira (2010, p. 152) identificou como sendo a contemporaneidade da sua produção com a investigação, os efeitos da interação entrevistador-intervistado, e do handicap do *a posteriori*⁹, foi então possível fazer o que pretendi que fosse uma crítica rigorosa e pertinente das fontes orais, o que também exigiu um posterior cruzamento com outras fontes (nomeadamente escritas) de forma a perfazer uma análise pertinente do problema histórico em estudo (Oliveira, 2010).

Face à escassez e à dificuldade de acesso a fontes escritas sobre a presença portuguesa em Colmar, a recolha de informação oral na base de entrevistas constituiu-se como uma parte essencial para a realização deste trabalho. As entrevistas decorreram entre fevereiro e setembro de 2022 na cidade de Colmar e reuniram 21 entrevistados¹⁰ (portugueses de primeira e segunda geração e um entrevistado francês). Identifiquei à partida alguns elementos que podem ir ao encontro de um enviesamento dos resultados apresentados pelo estudo.

Em primeiro lugar, as entrevistas decorreram essencialmente no Centro Português de Colmar, uma associação portuguesa que se constitui como o principal espaço de sociabilidade dos portugueses de primeira geração do sexo masculino. A amostra recolhida não é proporcionalmente representativa das mulheres portuguesas (apenas 3 dos entrevistados são mulheres), cuja participação na vida associativa é mais reduzida e também menos visível, apesar do seu contributo igualmente pertinente para a história desta emigração.

Em segundo lugar, destaca-se a representação geográfica desigual dos entrevistados. No que toca à sua proveniência, as entrevistas incidiram na sua maioria sobre indivíduos originários de Coruche (concelho). Visto que a emigração portuguesa para Colmar conheceu variadas zonas de origem, e mesmo que a “subcomunidade coruchense”¹¹ fosse majoritária na vila, incorre-se no risco de colocar um enfoque demasiado grande nas especificidades (contextuais) desse grupo de emigrantes (Frey, 2009).

⁹ Ibidem. Este *handicap* caracteriza-se pela existência de um conhecimento por parte do entrevistado daquilo que aconteceu posteriormente aos acontecimentos que está a relatar, sendo que é necessário ter em conta a função desse conhecimento *a posteriori* na reconstrução do passado.

¹⁰ Para além destas 20 entrevistas em pessoa na vila de Colmar, entrevistei também por duas vezes Manuel Dias por via telefónica. Este entrevistado reside atualmente em Bordéus e foi abundantemente referenciado como uma figura de grande importância da comunidade portuguesa no período em estudo, pelo que se tornou imperativa a efetivação desta entrevista.

¹¹ Como Victor Pereira argumenta, o conceito de “comunidade” admite variações dentro dos espaços de sociabilidade entre os portugueses de França, que reconstituindo os espaços anteriores baseados em redes de parentesco e amizade, formam frequentemente várias comunidades na mesma localidade. Ver Pereira, V. (2012). Os futebolistas invisíveis: os portugueses em França e o futebol. *Etnográfica*, 16(1), 97-115.

Em terceiro lugar, são provavelmente excluídas muitas pessoas que já não frequentam este estabelecimento por razões de saúde e/ou pelo seu falecimento, nas quais se incluem muitos dos *primoarrivants* da comunidade portuguesa. Nesse sentido, a amostra de entrevistados concentra-se principalmente nos emigrantes chegados entre 1969 e 1971, deixando significativamente de fora a franja importante que diz respeito à primeira emigração para Colmar, que esteve na base da formação da comunidade portuguesa.

Por outro lado, a participação na vida da comunidade portuguesa não se estende a todos os emigrantes, que por variadas razões (maior inserção na sociedade local ou por falta de afinidade) não pretenderam fomentar a sua inserção na mesma. Para além disso, deve-se ter em conta que muitos emigrantes não mostram interesse em partilhar informações sobre o seu passado, algo que foi frequente no trabalho de campo realizado.

Ainda, a recolha de informação não abrange a população que regressou a Portugal, cuja representatividade não deve ser negligenciada, uma vez que uma parte dos emigrantes que chegaram à idade da reforma (ou num período anterior) efetivam a mudança definitiva para o seu país de origem. Neste sentido, os resultados recolhidos reservam-se em grande parte à população emigrante cuja experiência migratória foi eminentemente percecionada como uma experiência positiva, na medida em que os fatores de atração se constituíram como suficientemente fortes para afastar um regresso.

Capítulo 2: Contextualização

2.1 - Contextualização Teórica

2.1.1 - Emigração

A emigração é uma constante da história portuguesa que permeia o período moderno e contemporâneo. Jorge Arroteia (1983, p. 15) e Vitorino Magalhães Godinho (1978, p. 8) traçam o seu início a partir da conquista de Ceuta em 1415, tendo adquirido contornos de tom colonizador com a colonização da Madeira em 1420-1425. Uma vez que o propósito temporal desta tese se enquadra no período contemporâneo, será relevante enveredar por uma análise longitudinal da evolução histórica da emigração portuguesa contemporânea. Recorrendo-me das ferramentas interpretativas disponibilizadas pelas diferentes obras consultadas, a independência do Brasil trouxe consigo o começo de uma vaga migratória contemporânea que assumiria novos contornos qualitativos e quantitativos e que se denominaria na sua primeira fase como o ciclo brasileiro/transatlântico (Serrão, 1970; Baganha, 1994).

Este ciclo, que se insere entre a segunda metade de Oitocentos e se encerra nos anos 30 do Século seguinte, é principalmente caracterizado pela predominância do Brasil como principal destino de emigração, pelo novo tipo de emigração e pelo volume inédito de partidas. Enquadrado nos fluxos migratórios massivos de oitocentos com origem na Europa e com destino às economias emergentes do novo continente (América), no caso brasileiro estritamente associado à reconfiguração dos fluxos de mão-de-obra escrava que alimentavam a sua economia de plantação, a emigração portuguesa assume essencialmente um pendor “emigratório” (Baganha, 1994; Pedreira, 2013; Miranda, 1999; Serrão, 1970).

Neste sentido, o começo do ciclo migratório brasileiro marca a viragem da tipologia da emigração portuguesa para um pendor emigratório em *stricto sensu*, na medida em que a emigração portuguesa para o Brasil (e os outros destinos transatlânticos) deixa de fazer exclusivamente parte de um empreendimento ou projeto colonizador liderado pelo Estado que inclui uma vertente de encorajamento, promoção e engajamento de um movimento de nacionais do território metropolitano para uma colónia (com vista à elevação última do conjunto nacional), passando a ser predominantemente um fluxo que tem como a sua componente basal a motivação pessoal do indivíduo que decide abandonar o país, estritamente associado aos macro e micro condicionalismos económicos e sociais (Halpern Pereira, 2001; Pires et al., 2010).

Ainda que o Brasil se mantenha como o principal destino de emigração até ao final da década de 50 (perde esta posição em 1961), é mesmo a partir deste período que se começa a estabelecer uma “refocalização” dos fluxos migratórios portugueses para o plano europeu. A intensa necessidade de mão-de-obra dos países do Norte Europeu industrializado num contexto de forte

expansão económica causou uma transferência geral de trabalhadores intercontinental com origem na Europa do Sul: no caso português, esta iria absorver uma grande parte do seu excedente populacional a partir dos anos 1960, num período de doze anos (1962-1974) em que mais de 1 milhão de portugueses se dirige para a Europa, entre os quais 800 mil tiveram como seu destino França (9% da população nacional) (Valério, 2001; Pires et al., 2010).

No cômputo geral, o ciclo francês é ao mesmo tempo um herdeiro e um renovador dos aspetos qualitativos e quantitativos iniciados em Oitocentos com o ciclo pós-imperial transatlântico/brasileiro. Em primeiro lugar, herdeiro na medida em que a emigração assume principalmente um carácter “emigratório”, uma vez que a emigração portuguesa para França é em caso último desencadeada pela vontade pessoal dos emigrantes¹² (Anido & Freire, 1978; Rocha-Trindade & Arroiteia, 1986; Pires et al., 2010).

Neste caso, os condicionalismos económicos, políticos e sociais do Estado Novo levaram a que centenas de milhares de portugueses tomassem a decisão de partir para França legal ou ilegalmente, apesar do projeto salazarista de colonização dos territórios africanos e do seu desencorajamento e dificultação de uma emigração que fugisse a esses moldes, tal como acontecera numa primeira fase com a Monarquia Liberal na segunda metade de Oitocentos (Castelo, 2007; Halpern Pereira, 2001; Pereira, 2010; Pires et al., 2010).

Assim sendo, esta emigração aparece como um processo que adquire uma espontaneidade pelo seu grau de informalidade e a convivência do país de acolhimento (e de certa forma pelo de partida), dadas as necessidades de mão-de-obra indiferenciada do último para o seu desenvolvimento económico. Os emigrantes, continuando a ser na sua maioria jovens rurais com baixas ou inexistentes qualificações académicas partem para um país que se “aproxima” devido às facilidades de transporte e de emprego, no qual o papel desempenhado pelas redes informais migratórias assume uma grande relevância (para além das vias legais). A procura pela colmatação das carências materiais e de uma perspetiva do seu melhoramento, que não foi satisfeita na terra natal, não se desassocia de um plano de eventual regresso. O sonho em poder um dia voltar a Portugal como o “Brasileiro” voltara no passado perpetua-se no tempo, como uma forma de progredir socioeconomicamente no país de origem por via da riqueza amealhada no estrangeiro e constituir uma exceção à inflexível hierarquia social portuguesa (Anido & Freire, 1978; Arroiteia, 1983; Halpern Pereira, 2001; Pires et al., 2010; Pereira, 2014a; Serrão, 1985; Volovitch-Tavares, 2006a).

Quanto às autoridades políticas nacionais, recorrendo-me às palavras de Oliveira Martins, estas reconhecem que a emigração é “inevitável por dois motivos: porque é o vassadouro da gente

¹² Podemos aqui incluir uma crítica de visão “individualista” tal como exposta por Abdelmalek Sayad. Este autor defende que esta *doxa* partilhada no campo das migrações advém de uma base estritamente apoiada na observação empírica, que minimiza o papel das relações objetivas entre as forças presentes, isto é, as estruturas objetivas (por exemplo os Estados), que fazem parte de todas as relações sociais. (Sayad, 2006).

sem ocupação no reino (...) porque é a fonte do subsídio que anualmente nos ajuda a viver” (as cited in Mendes, 1988). Neste sentido, o Estado reconhece a imperatividade de escoar parte do seu excedente de mão-de-obra e aliviar as pressões socioeconómicas, bem como vê nas remessas que os emigrantes enviam um contributo precioso para o equilíbrio financeiro-económico nacional¹³, que Maria Ioannis Baganha descreveu como “o bem de exportação mais valioso” (Baganha, 2003, p. 7). Para além do equilíbrio das contas externas e internas, as remessas contribuíram para a modernização e expansão do tecido económico e do mercado interno, redesenhando modelos de consumo e produção, e revitalizando diretamente a economia e sociedade através dos investimentos dos emigrantes (Anido & Freire, 1978; Arroiteia, 1983; Branco, 2013; Serrão, 1985; Pereira, 2014a; Pires et al., 2010).

Renovador por este processo romper então com a norma que havia sido a orientação histórico-imperial que pautara a emigração até então. Apesar do papel influenciador que França desempenhou na cultura portuguesa durante Oitocentos e no início de Novecentos, a ligação existente era acima de tudo a nível cultural e político e resumia-se às esferas sociais mais elevadas, com muitos dos intelectuais e políticos portugueses mais proeminentes a escolherem Paris como a sua residência permanente ou temporária neste período, como Eça de Queirós e Afonso Costa (Pereira, 2012; Volovitch-Tavares, 2006a).

Com isto não se pretende dizer que uma ligação migratória até então fosse inexistente; pelo contrário, desde o final de novecentos que contingentes não-negligentes de portugueses começaram a entrar em território francês, tendo-se intensificando com a Primeira Guerra Mundial. Este processo migratório conheceu fases de alternância no seu crescimento, que serão elaboradas mais à frente.

A partir da segunda metade de Novecentos, estas dinâmicas seriam em grande parte rompidas com a entrada massiva de emigrantes portugueses por razões eminentemente económicas¹⁴, redesenhando uma relação entre dois países que se passava a centrar na base das ligações familiares e culturais rurais: os conceitos centrais do *vaivém* e do retorno começam a tomar forma, na medida em que os emigrantes começam a visitar o país frequentemente (tendo como pano de fundo a esperança de voltar definitivamente um dia), o que se torna possível devido à relativa curta distância e ao desenvolvimento dos meios de transporte, e com isto também introduzindo novas ideias e formas de estar da sociedade de origem, acabando por contribuir para a aceleração do processo de modernização do país: por exemplo, os elos mantidos pelos emigrantes com a terra natal tornou-os em difusores de informação que potenciam o conhecimento de novas realidades

¹³ Em 1973 as remessas representavam cerca de 9% do PIB e equivaliam a cerca de 60% do valor das exportações, conseguindo (conjuntamente com as divisas do turismo) cobrir o crescente défice da balança comercial. Pereira, V. (2014a). *A ditadura de Salazar e a emigração: o Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*. Temas e Debates, p. 77.

¹⁴ Ainda que a ligação política se tenha mantido e até reforçado com o aumento de exilados políticos antifascistas especialmente nos anos 50 e 60, esta teve um papel secundário no computo geral da emigração.

materiais, providenciando aos seus conterrâneos uma referência encorajadora e “próxima” para o seu alcance (Hily & Poinard, 1997; Poinard, 1993; Rocha-Trindade, 1976, 1998; Pires et al., 2010).

Neste sentido, o símbolo do sucesso do “Brasileiro” vai-se democratizando (Rocha-Trindade, 1998, p. 28), uma vez que a presença mais frequente do emigrante na terra natal vai conceder um caráter de maior gradação e alargamento ao sucesso económico, retirando o seu caráter místico de outrora e trivializando-o aos olhos da sociedade local. A “democratização de oportunidades” releva assim a “força civilizadora” da emigração ecoada por Eça de Queirós (Mendes, 1988, p. 294), na medida em que os emigrantes são simultaneamente sujeitos e atores das transformações das dinâmicas económicas, sociais e culturais do país de acolhimento e do país de origem.

2.1.2 - Integração

A “integração” aparece como um conceito cuja definição se prefigura como difusa e abstrata. A falta de precisão e rigor na definição deste conceito central no tema da e/imigração, de acordo com Noiriel e Beaud (1990), advém de uma dependência do contexto político na elaboração de um quadro conceptual científico, levando a uma desvirtuação e descaraterização de um termo cuja utilização fora facilmente intercambiável com outros como “adaptação”, “inserção” e “assimilação”. A “maleabilidade” desse conceito pode encontrar-se na sua polissemia, de acordo com Sayad (1994), na medida em que o seu sentido é composto por várias camadas semânticas: este processo de sedimentação atribui à camada superior (e atual) uma parte do significado dos sentidos que a precederam. Esta herança que a palavra leva de outras noções concomitantes revela que elas não “são mais do que expressões diferentes, em momentos e contextos sociais diferentes, de uma mesma realidade social”, constituindo “o produto de um conjunto de circunstâncias históricas bem determinadas” (Sayad, 1994, p. 9).

Numa perspetiva longitudinal, a interseção entre a política e a ciência foi uma constante na definição e perceção deste conceito. Sendo as ciências sociais premáveis às ideologias em vigor na sociedade, a realidade tende a ser definida com “os utensílios conceptuais disponibilizados pelos ideários políticos nacionais” (Carvalho, 2008, p. 109-110). No caso francês, a centralidade do elemento institucional na conceção da identidade do Estado-nação, imbuído de valores evolucionistas e iluministas consagrados no direito republicano que colocam a tónica nos princípios civis individuais (contrato social) e afastam considerações coletivas de base étnico-culturais, a reflexão sobre matérias migratórias tornou-se numa questão de Estado e de poder político, remetendo a imigração para um problema da unidade da nação francesa (Carvalho, 2008, Safi, 2006; Sayad, 1994; Tribalat, 1997).

No início do século XX, marcado pelo desenvolvimento e afloramento de teorias xenófobas “genealógicas” num contexto de forte imigração, Emile Durkheim delineou a divisão

ciência/política como um requisito essencial para o combate de preconceitos e manipulações políticas, utilizando como meio a definição rigorosa de conceitos como a “assimilação social”, o predecessor histórico do termo “integração” (Beaud & Noiriel, 1990). De acordo com Durkheim, a assimilação consiste num processo contínuo de interiorização de regras e valores comuns que permite a agregação social de indivíduos de diferentes proveniências num todo nacional, no qual os imigrantes estabelecem uma relação com o Estado caracterizada pela atribuição de direitos e imposição de obrigações, comportando várias etapas (as cited in Weil, 2005).

Esta teoria assimilacionista, que dominou a literatura da imigração durante grande parte do Século XX, colocava então a tónica no alinhamento de comportamentos¹⁵ das populações imigrantes face ao país de acolhimento, visando uma homogeneização cultural que tornaria estes indivíduos indiscerníveis do restante corpo social francês. Individualista e etnocêntrica na sua abordagem, a noção de “assimilação” conhece uma ressemantização no período pós-colonial, sendo quase absolutamente substituída pelo termo “integração”, refletindo mais o peso de uma ideologia política que o desqualificava como reacionário, do que uma mudança efetivamente teórica (Beaud & Noiriel, 1990; Safi, 2006; Sayad, 1994; Tribalat, 1997).

De facto, a “integração à francesa” mantém-se de grosso modo dentro da teoria clássica. Individualista na forma como perceciona o processo de assimilação, pelo enfoque individual na convergência para um corpo central e unificado que se pretende “não-étnico”; e etnocêntrico na forma como esta referência central social e cultural é construída, uma vez que o ponto de vista dominante se impõe prescritiva e descritivamente na definição da qualidade de francês, delineando *a priori* o que se produz e se deve produzir, isto é, os “assimiláveis” e os “assimilados”, bem como o seu contrário: a noção de retorno/reinserção encontra-se intimamente ligada a esta questão, sendo o resultado de um intervencionismo estatal que estabelece uma divisão da população imigrante pela sua assimilabilidade, isto é, entre os cuja integração é desejada ou desejável, e os que não querem beneficiar dessa vantagem pela sua “rebeldia” (Carvalehiro, 2008; Safi, 2006; Sayad, 1994, 2006).

Neste sentido, a reputação “assimilacionista” francesa mantém-se ambigualmente viva. Descrita por Sayad (1994, p. 10) como antropofágica, numa operação especificamente francesa que “consiste a tudo consumir e assimilar”, esta é ao mesmo tempo desconsiderada devido ao seu passado colonial e celebrada como uma virtude própria. O monopólio desta representação universalista, revestida de um manto virtuoso cívico baseado no já mencionado contrato social que torna a “francidade” em algo ao alcance de todos os homens, pode ser interpretado como chauvinista e imperialista, à semelhança do exemplo português da representação das suas

¹⁵ Desenvolvendo este aspeto, Michèle Tribalat (1997) afirma que estes comportamentos manifestam a integração dos princípios fundadores da nação e das práticas da sociedade de acolhimento, conduzindo ao abandono progressivo de especificidades culturais contraditórias e à convergência de comportamentos em domínios importantes, bem como à construção de um *élan* nacional e à mistura das populações.

comunidades no estrangeiro: a conotação mitológica e virtuosa dada aos emigrantes portugueses nos discursos políticos imbrica nesta exaltação de valores ímpares e irredutíveis por excelência pátrios, remetendo para uma autoimagem nacional “de um povo tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecuménica” que ecoa as conceções lusotropicalistas (Castelo, 2013; Pereira, 2017b; Sayad, 1994).

A questão da integração pode ser então constituída como uma “imposição de problemática” (as cited in Lopes, 1998), na medida em que esta não corresponde às categorias que o emigrante recorre para pensar a sua situação presente e futura. Na verdade, e como já foi brevemente esquematizado, a integração enquanto processo e objeto eminentemente social é uma noção “dominada” pelo poder estatal, que reclama para si a agência e a sua aplicação de uma forma vaga.

Todavia, a sua concretização não depende direta ou necessariamente de um voluntarismo político. Abdelmalek Sayad (1994, 1999) defende que a realização da integração não depende da vontade dos seus agentes, isto é, do Estado e da sociedade (e do indivíduo). Empregando a expressão “*vouloir ce qui ne peut être voulu*”, entende como sendo característica essencial do processo a sua realização enquanto efeito secundário de ações empreendidas com outros fins. Ou seja, a integração não pode ser percecionada como um fim em si mesmo, sendo “um trabalho anónimo, quase invisível, feito de pequenos nada (...) que não param de se acumular quotidianamente ao ponto de suscitar (...) sem se que se tenha conta (...) mudanças profundas” (Sayad, 1994, p. 13).

O voluntarismo político face à integração é também questionado por Beaud e Noiriel (1990) pelo prisma histórico, apontando para o seu desenvolvimento longitudinal no cômputo francês. Ao longo do tempo, argumentam os autores, nenhuma política específica fora levada a cabo pelos poderes públicos para que as segundas gerações precedentes se tenham conseguido integrar, devendo-se isso nomeadamente ao “generoso código da nacionalidade” (Tribalat, 1997) e à “discriminação baseada na nacionalidade” (Beaud & Noiriel, 1990; Noiriel, 2006). matizada nos valores republicanos.

Este debate integracionista encontra num dos seus capítulos mais recentes a importância desenvolvida pelo termo no vocabulário político-mediático nos anos 80 (Noiriel, 2006), refletindo esta amálgama científico-política que se enquadra numa mudança enviesada na visibilidade das populações imigradas que começa a pôr em causa a sua assimilabilidade. No contexto dos efeitos perniciosos trazidos pelo aceleração da globalização e num crescimento da imigração não-europeia, a sua fusão desemboca na precarização dos setores socioeconomicamente mais desfavorecidos, correlacionando-se com a população imigrante e os subúrbios da classe baixa (*banlieues*). Assim emerge uma visão degradante que se foca nos efeitos negativos da imigração estigmatizando as populações suburbanas das *banlieues* e passando a percecionar a integração como um problema (Carvalho, 2008; Noiriel, 2006).

O *shift* correspondente ao “aparecimento” dos imigrantes no espaço público é a mostra da ignorância até então de França em relação a si mesma enquanto país de imigração. Ignorância que tinha coberto um processo marcado regularmente pela sua conflitualidade (xenofobia, violência, discriminação) como fácil e harmonioso, refletindo-se ao nível académico na ausência de estudos históricos sobre a imigração (Schnapper, 1989, 2006). É esta visibilidade característica do modelo democrático que põe a descoberto as contradições da sociedade francesa, nomeadamente no que toca à queda do mito “assimilacionista”.

Estreitamente ligado à já descrita teoria clássica, o seu bom funcionamento é posto em causa com a imigração não-europeia, cuja convergência esperada conhece diferentes anomalias que se tornam visíveis no novo contexto democrático: em vez de um processo uniforme de adaptação que se desenrolaria com o tempo de estadia e distanciamento cultural tem-se a manutenção de diferenças socioeconómicas ou culturais, emergindo assim uma variedade de itinerários ou dimensões de integração. Ao nível teórico, as novas teorias de integração (EUA) propõem um modelo segmentado, que se divide principalmente entre a aculturação e a integração social e/ou económica¹⁶ (Hily, 1997; Safi, 2006; Schnapper, 2006).

No caso da imigração magrebina e da África Subsaariana, verifica-se uma mobilidade social descendente, caracterizada por uma aculturação e integração económica e social nas classes desfavorecidas. Se ao nível cultural é “bem-sucedida”, não o é no segundo nível, mantendo sempre uma *décalage* grande face às condições médias da sociedade de acolhimento. Sendo que “a ordem democrática assenta na visibilidade” (Schnapper, 2006, p. 766), são as reivindicações e as reações mais fortes por parte destes “grupos étnicos” que trazem à luz do espaço público a sua condição social e económica diminuída. Enquanto as desigualdades sociais (mais gritantes) e as condições materiais que outras comunidades migrantes tiveram de experienciar no início do Século XX eram em grande parte invisíveis, na medida em que eram percecionados de forma fatalista e conformista pela sociedade (“a ordem normal das coisas”), o desenvolvimento de uma consciência democrática entre os descendentes de migrantes da era do globalismo torna impossível aceitar as desigualdades materiais existentes: se os emigrantes de outrem aceitavam sacrificar-se para que a geração seguinte pudesse beneficiar de melhores condições de vida, os primeiros pretendem resultados rápidos (Safi, 2006; Schnapper, 2006) .

Neste sentido, cada comunidade desenvolve uma estratégia específica de integração na comunidade francesa, devendo ser inseridos no contexto da “coexistência de processos complexos de integração e de processos de exclusão ou marginalização em qualquer organismo social” (Schnapper, 2006, p. 762). Gérard Noiriel (2006) acrescenta a este respeito que a questão da integração não pode ser abordada sem se ter em conta a questão da exclusão, uma vez que são

¹⁶ A primeira diz respeito à adoção dos modelos culturais do país de acolhimento, sendo normalmente a mais rápida a ser “conseguida” pelo sujeito que se integra. A segunda remete para a participação nos diferentes níveis da vida coletiva e para as interações sociais na sua generalidade.

“duas facetas do mesmo problema”¹⁷. Pode-se mesmo afirmar que esta coexistência pode até resultar numa síntese/simbiose, na medida em que a marginalização social não representa necessariamente o contrário da assimilação: um indivíduo pode estar “integrado” na sociedade e ser considerado um marginal (Lopes, 1998; Hily, 1997, Safi, 2006, Sayad, 1994).

2.1.3 - População

A definição de população deve ser interpretada como um conceito dinâmico que conheceu mudanças históricas profundas, pelo que nos socorremos das análises de Michel Foucault (2004) para esquematizar uma relação que assenta no binómio Estado-População. De acordo com o autor supracitado, a conceção de população (no mundo ocidental) vinha desde os tempos antigos a conhecer uma conotação que apontava para um cunho povoador, na medida em que este era percecionado como o oposto da desertificação, de um vazio deixado por catástrofes naturais ou humanas. Ou seja, encontra-se uma visão limitada que valoriza a presença de população como tendo uma função equilibradora e repositora, representadora do poder do seu soberano pela presença numérica que pretendia complementar a extensão dos seus domínios e as suas riquezas.

O sistema de poder que constitui o exercício de soberania sobre o corpo social começou a tomar contornos mais positivistas e menos generalistas com o advento das teorias mercantilistas, figurando como o dínamo central do funcionamento do Estado. Nesta ótica, o conjunto da sua população emerge duplamente enquanto fonte e instrumento da sua soberania, poder e riqueza, cuja valorização se mede pela sua grandeza. No seu desenrolamento económico, sobressai a contribuição produtiva da população enquanto força de trabalho para garantir a autossustentabilidade na produção nacional agrícola e industrial, bem como a competição que se cria entre esta pelo acesso ao emprego, tornando possível a manutenção de baixos custos de produção (e salários) e a exportação a preços competitivos (Foucault, 2004; Pereira, 2014).

De forma a assegurar o funcionamento do sistema mercantilista, o Estado tem de desenvolver um *appareil* que enquadre e regule as dinâmicas funcionais do seu coletivo, de forma a explorar ao máximo o seu potencial produtivo. Isto abrange a restrição dos fluxos migratórios e o potenciamento do crescimento demográfico, bem como o regramento restrito da cadeia de produção, nos seus meios, objetos e salários. A importância de mecanismos reguladores imprime também o carácter disciplinador que o Estado assume face a uma população que é percecionada enquanto súbdita no seu sentido político-jurídico, na medida em que deve obedecer ao seu soberano e submeter-se a uma aprendizagem que é matizada nas infindáveis leis, decretos e regulamentos produzidos que visam uma otimização idealizada (Foucault, 2004).

¹⁷ Não me foi possível localizar a página exata, uma vez que consultei o livro sob a forma de e-book.

Ainda que esta concepção tenha sido eventualmente ultrapassada pelas correntes fisiocratas do Século XVIII e XIX, que colocavam um enfoque na população enquanto elemento imbuído de uma naturalidade própria que cabia ao Estado analisar e descortinar para o bom funcionamento da sua governação¹⁸, o Estado Novo português assumirá acima de tudo uma visão mercantilista em relação à emigração que se estende ao período temporal em estudo, procurando equilibrar a concepção valorizadora da sua população com a realidade da imperatividade da emigração num contexto de excedência demográfica (Paulo, 1998; Pereira, 2010, 2014).

De facto, é possível encontrar aqui todos os fatores da abordagem acima descrita, na medida em que o aparelho regulador do Estado expõe uma visão eminentemente paternalista que assenta nos dogmas do povoamento e da defesa dos valores rurais, segundando considerações económicas e sociais marcadamente mercantilistas. Num nível ideológico, a população portuguesa é percecionada enquanto, de acordo com o que Victor Pereira (2010) descreve, como sendo o povo-plebe e o povo étnico.

Este povo português é, ao mesmo tempo, um povo da classe trabalhadora, inculto e irracional; mas também um povo que é o sustentáculo da nação, o propulsor da glória e poder nacional. A concepção positivo-negativista encontra a sua síntese no paternalismo salazarista, que enquadrado no projeto migratório-imperial do Estado Novo, socorre-se destas diferentes ferramentas interpretativas para desenhar um idealizado Portugal rural e multicontinental, colocando em primeiro plano a proteção dos seus “filhos” face aos perigos e ilusões de uma emigração para fora do conjunto nacional (conjunto que incluía os territórios ultramarinos), que se materializavam num potencial desenraizamento e depopulação do seu idílico território rural, rompendo com os milenares modos de vivência e reprodução campestres (Leeds & Mendes, 1983; Pereira, 2010, 2014).

No fundo, o “povo que tinha o deslante e a arrogância de mudar a sua condição e recusar uma pobreza honrada” (Pereira, 2010, p. 145) é deslegitimado no seu “desvio” em busca por melhores condições de vida na Europa, prova da inexorabilidade administrativa em conceder facilidades no acesso à saída legal do país para essa rota (que será abordado no próximo capítulo), pois empobrece a sua pátria na sua capacidade produtiva e povoadora.

Chegados a França, os portugueses, de uma diversidade na pluralidade regional das suas práticas sociais, religiosas e culturais, são confrontados com o ideal francês da identidade nacional, opressor no seu objetivo assimilador e homogeneizador das suas diferentes partes. Paradoxalmente, a percepção de cima que a esfera governativa portuguesa assume da sua população, como parte de um extenso corpo que não consegue funcionar corretamente sem se

¹⁸ De uma forma resumida, a população é concebida como um conjunto diversificado de indivíduos caracterizados pelo seu ativo relacionamento com o seu contexto humano e natural e dotados de um desejo próprio, cabendo ao governo/autoridade modelar a sua política em função do bem-estar da sua população. (Foucault, 2004).

encontrar pleno, é uma representação que assume contornos mitológicos e com uma aplicabilidade quase impalpável na prática. Como Victor Pereira (2012) afirma, a identificação dos portugueses com os seus símbolos regionais no espaço francês é coberta por um verniz assente em referências nacionais em relação à sociedade francesa no seu novo espaço de vivência, pelo que esta homogeneização utilitária nacional ultrapassa as simbologias ligadas ao trabalho ou à política abordadas por Abdelmayek Sayad, advindo de uma maior valorização do seu espaço intercomunitário, no qual procuram desenvolver as suas redes de sociabilidade e reproduzir as suas práticas e valores culturais (Carvalheiro, 2008; Jelen, 2004; Pereira, 2012; Sayad, 1999).

2.2 - Contextualização histórica

2.2.1 - Portugal no ocaso do Estado Novo (1960-1974)

Na entrada para a década de 60, Portugal era cada vez mais um país isolado na arena internacional. A senda da descolonização que começava a trazer os ventos da mudança para África enfrentava nas possessões coloniais portuguesas uma forte resistência de Salazar face a possíveis aspirações independentistas, cuja conceção lusotropicalista empurraria o país para uma Guerra Colonial a partir de 1961. A sua dimensão vir-se-ia a avolumar com o alargamento da extensão bélica para os territórios da Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964) e iria estender-se até ao final da ditadura. A posição irreduzível de Salazar era partilhada por poucas ou nenhuma potências coloniais europeias, mas a continuação de uma política de isolamento começava a mostrar claramente as suas fragilidades nos domínios económico e financeiros, o que revelaria a insustentabilidade do modelo conservador salazarista e levaria à efetivação de mudanças profundas em todos os domínios da vida portuguesa (Pereira, 2014a, 2017a).

De um ponto de vista económico-financeiro, este enorme esforço de guerra iria constituir em primeiro lugar uma grande sobrecarga para as finanças do Estado¹⁹. As políticas seguidas por Salazar nesta área eram marcadas pela grande disciplina financeira, no qual o equilíbrio de contas figurava como uma das suas marcas de água. Contudo, esta obsessão pelo equilíbrio também constituía um fator agravante para o desempenho económico do país: o subdesenvolvimento crónico de Portugal tornava-se cada vez mais notório no contexto de recuperação económica europeia do pós-Segunda Grande Guerra, no qual a maioria dos países da Europa Ocidental viveram anos de um *boom* impulsionado pela ajuda financeira americana (via Plano Marshall), a qual Portugal optou por aceitar parcialmente (Anido & Freire, 1978; Baganha, 2003; Pereira, 2014a; Poinard & Roux, 1977).

Na verdade, a abertura portuguesa às tendências modernizadoras atlânticas manteve-se limitada. A ausência de Portugal no processo de convergência europeia matizado na formação e alargamento progressivo da CE foi um símbolo desta postura reticente. Contudo, a entrada do país na EFTA em 1959 constituiu um tímido aceno de Salazar à abertura económica, que por esta altura se começava a mostrar como um dos principais fatores de divergência dentro das cúpulas interiores do poder político (Pereira, 2002, 2006).

Profundamente conservador nas suas conceções sociais, políticas e económicas, Salazar encontrava nas suas grandes bases de apoio sociais os pequenos industriais e o patronato agrícola. De um ponto de vista económico, os bastiões conservadores acima mencionados desejavam continuar a contar com uma grande competitividade entre os seus assalariados de forma a pagar

¹⁹ Os gastos com a guerra representaram em média 50% da receita pública durante o período em que a mesma decorreu. (Baganha, 2003).

salários baixos. Ora, a abertura de Portugal aos mercados exteriores que se começava a desenhar pressupunha então aos olhos da franja modernista o seu contrário: para o país se tornar competitivo tornava-se imperativo libertar a sua capacidade produtiva através de uma racionalização e aperfeiçoamento dos processos de produção, o que implicava uma força de trabalho mais qualificada e mais reduzida (Baganha, 2003; Pereira, 2002, 2006, 2009, 2014a).

Neste sentido, a entrada de Portugal na EFTA mostrava a impossibilidade da continuação de um isolamento absoluto por parte de Salazar, que se continuava a apoiar nos mercados coloniais para escoar e potenciar a sua produção nacional que apresentava uma competitividade muito baixa. Em primeiro lugar, o sistema corporativista (que colocava fortes entraves a alterações no sistema de produção económica) não poderia continuar estruturado à volta de uma população predominantemente ruralizada e com índices muito baixos de qualificação, que laborava principalmente na agricultura e na pequena indústria (Pereira, 2014a; Leeds, 1983; Leeds & Mendes, 1983).

Em segundo lugar, a impossibilidade da continuidade encontrava-se também na impossibilidade de a economia nacional absorver parte da sua mão de obra, e assim criar um excedente que não podia ser canalizado para atividades produtivas. O surgimento de novas indústrias e serviços nas grandes aglomerações urbanas (principalmente na área de Lisboa) apresentava-se como uma possível e saturada solução para este contingente populacional (migração interna), sendo que a outra era a emigração, um processo que não era de todo estranho à população portuguesa: especialmente no Norte do país, a tradicional rota brasileira marcava a vida de muitas famílias portuguesas, com a figura do “Brasileiro” a emergir como um símbolo de esperança para os que almejavam encontrar melhores condições de vida (Cravo, 1995; Rocha-Trindade, 1976; Rocha-Trindade & Arroiteia, 1986).

Paradoxalmente, este escoamento vai “drenar” também a reduzida mão-de-obra qualificada que importava absorver para o processo modernizador. A escassa valorização estatal da formação profissional e escolar da sua população, que durante tanto tempo havia servido como um guarnecimento de apoios por parte do patronato agrícola e industrial (como descrito acima), virava-se agora contra as necessidades do país, com as indústrias menos capitalizadas (nomeadamente no Norte) a verem-se a braços para pagar salários mais elevados e a garantir uma formação adequada dos seus trabalhadores (Leeds & Mendes, 1983)²⁰.

Neste contexto de dissensão interna e de tímida aproximação à Europa, e enfrentando uma possível erosão das suas bases de apoio tradicionais, Salazar vai optar por manter uma política interna que se vai pautar pela ambiguidade e pelo seu cariz ilusório, à qual Victor Pereira (2006) denominou *politique en trompe l’oeil*. Alinhado com as tendências conservadoras, o seu foco principal continua a estar na manutenção da ordem social vigente, não ignorando ao mesmo tempo

²⁰ Isto é disputado por Maria Ioannis Baganha (2003), que argumenta que a perda de mão-de-obra qualificada foi marginal, e sem prejuízo para a economia.

a realidade demográfica e socioeconómica que se pudesse traduzir numa ameaça séria a esse *status quo*. Apesar das constantes queixas e protestos do patronato agrícola face à necessidade vital (real ou imaginada) de manter a mão de obra no país, a manutenção forçada desta importaria possíveis tensões sociais que Salazar não se podia dar ao luxo de enfrentar também devido ao foco que a situação de disputa bélica em África implicava. Neste sentido, a sua conduta em relação à questão emigratória vai-se guiar pela adoção de uma postura conservadora no papel, mas salutar na prática (Pereira, 2002, 2006, 2009, 2010, 2014a).

Esta duplicidade era notável no plano legislativo-ideológico. A legislação antiliberal em relação à emigração emerge como um emaranhado opaco que deliberadamente dificultava a saída para destinos que não se enquadravam no projeto colonizador do Estado Novo e nos seus desígnios mercantilistas (já tratados na parte conceptual). Permeada pela ineficiência e arbitrariedade na atuação das suas instituições administrativas responsáveis (Junta da Emigração e Câmaras Municipais), a saída pela via legal emerge como um sem-fim de despesas e requisitos que fragilizam e marginalizam os candidatos, retirando-lhes a legitimidade e a agência nas suas ambições (Paulo, 1998; Pereira, 2009, 2010).

Os efeitos perniciosos destes fatores político-económicos imbricavam também em condicionantes sociais que variavam um pouco pelo território português. A um nível assistencial, a política de apoio social salazarista até ao Marcelismo foi largamente inexistente: foi só apenas a partir do início dos anos 70 que os trabalhadores agrícolas começaram a beneficiar da mesma proteção social que já se aplicava aos profissionais de outros setores económicos, apesar de serem muito mais numerosos que os restantes²¹. Abandonadas à sua sorte por um Estado que se afirmava como protetor de influências perniciosas à manutenção da hierarquia e dos valores sociais vigentes, caracterizada pelo foco na frugal vida rural e a exclusão da participação na vida política e civil, as populações olhavam com distância e desconfiança nas suas interações com este, percecionando que apenas podiam depender delas mesmas para assegurar condições de vida condignas (Leeds & Mendes, 1983; Paulo, 1998; Pereira, 2006, 2010).

No cômputo geográfico nacional, as formas de vida variavam bastante consoante a região, reflexo das formas de organização e produção económica que se adaptava à diversa orografia que se estendia de norte a sul do país e aos condicionamentos legislativos que vieram diminuir em termos absolutos as potencialidades produtivas. As pressões socioeconómicas que se avolumavam iriam fazer-se sentir de uma forma diferente na totalidade do território, levando a movimentos migratórios internos e externos que eram motivados por um fator comum: a busca por uma perspectiva de vida melhor (Leeds, 1983)²².

²¹ Ver Costa, A. (2011). *Evolução da Previdência Social em perspectiva comparada: 1935-1974*. (Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro).

²² Excluímos destas considerações a emigração política, que ainda que não-negligenciável na sua quantidade, não se constitui como o objeto de estudo principal.

Nas regiões setentrionais do país, caracterizadas pela predominância da exploração minifundiária de base familiar e por uma maior concentração populacional, as pressões sociais derivadas do subemprego e desemprego foram mais intensas. O impacto a longo prazo da instauração da Lei dos Baldios, que agravou as já precárias condições de vida dos camponeses através da deterioração dos seus meios de subsistência²³, colocava uma maior pressão no meio tradicional de obtenção de recursos: a exploração dos terrenos agrícolas familiares. Quando os jovens que se viam privados de acesso a estes devido a partilhas ou se constituíam um fardo para o sustento da família, as escassas condições de acesso ao emprego que constituíam a alternativa empurravam-nos para uma situação de extrema precariedade (Leeds, 1983; Silva, 2011; Volovitch-Tavares, 2006a).

O sul português era geralmente pautado pela predominância de trabalhadores agrícolas sazonais, conhecidos como jornaleiros, que eram recrutados como assalariados nos latifúndios que pautavam as extensas planícies alentejanas (e algarvias). A pressão demográfica pressionava ainda mais a precariedade e dependência que marcava a vida dos seus habitantes, pelo que alguns olhavam para França como forma de assegurar ou complementar o seu sustento, quer fosse através de uma emigração permanente ou sazonal: enquanto alguns camponeses passavam parte do seu ano na apanha da beterraba em França (tal como no Norte)²⁴, muitos outros decidiram abandonar o país permanentemente (Silva, 2011; Volovitch-Tavares, 2006a).

Ainda que a preponderância da migração externa fora superior nas regiões a norte do Tejo, a emigração para França tornou-se um fenómeno que atingiu de forma significativa a totalidade do país: se, por um lado, no Sul a maioria da população migrante movimentou-se tendencialmente no sentido interno (zona de Lisboa), a incidência emigratória para França tomou dimensões muito maiores comparativamente ao ciclo transatlântico (Anido & Freire, 1978; Arroiteia, 1983; Silva, 2011).

A fragilização também se estendia ao plano profissional. Nos anos 60, a escolarização da população portuguesa caracterizava-se por uma baixa taxa de alfabetização (cerca de 50% a 60% nas regiões menos desenvolvidas) e por uma qualificação laboral muito pobre. A grande maioria da população em idade ativa que era letrada possuía no máximo a quarta classe (os requisitos mínimos para saber ler e escrever) e pouca ou nenhuma especialização. A predominância da economia de base familiar e de empregos baseados no trabalho físico nas áreas agrícolas e

²³ Tendo já totalmente desaparecido no sul, os baldios eram uma parte fundamental da economia rural do Norte, pois constituíam um dos pilares das atividades agroalimentares da população, sendo utilizadas para o pastoreio e criação de gado. A criação da Lei dos Baldios em 1932 destes terrenos tornou-os propriedade do Estado que seria ultimamente utilizado para a exploração de produtos florestais, de forma a constituir mais uma fonte de produção de riqueza (Leeds, 1983).

²⁴ É pertinente notar que numa entrevista realizada para um trabalho anterior para a UC de História Oral debruçando-se sobre uma temática semelhante, a entrevistada (oriunda do Alentejo) apontou que fora acompanhada na sua viagem para França com um vizinho seu que se dirigia para Orleães para participar na apanha da beterraba. Entrevista realizada à Sra. Maria a 5 de Dezembro de 2020 em Palmela.

industriais, que se aplicavam tanto aos homens como às mulheres, moldavam assim uma força de trabalho que se distinguia pela sua indiferenciação (Anido & Freire, 1978; Condon, 2000; Pereira, 2014a).

Por outro lado, o impacto do esforço bélico que Portugal enfrentava teve consequências demográficas profundas que moldaram o processo migratório. O recrutamento em massa de jovens em idade ativa ao longo da duração do conflito (envolveu cerca de 1% da população no conflito) levou a que muitos procurassem evitar o serviço militar, pela perspectiva de combater uma guerra que encaravam como distante e pelos óbvios riscos físicos e mentais que tal implicava, para o qual a emigração se tornava uma solução natural (Pereira, 2002).

Portanto, foram aqui apresentados de forma bastante sucinta alguns dos principais fatores que contribuíram para a criação da tempestade perfeita que seria o fenómeno da emigração portuguesa para França. A degradação progressiva das condições de vida da população portuguesa, em especial nas zonas mais ruralizadas, fora o fruto de um equilíbrio político que procurava ao mesmo tempo mitigar os efeitos perniciosos da Guerra Colonial e manter intactos os eixos centrais da estrutura social e económica tradicionalista num contexto marcado pela imposição da modernização e da ameaça da emigração.

A subida ao poder de Marcelo Caetano em 1969 trouxe consigo um cunho mais modernizador na forma de abordar a economia e sociedade portuguesa, sem, contudo, operar uma profunda mudança no sentido de operar uma liberalização do regime e desafiar abertamente os poderes conservadores instalados. No domínio económico, a imperatividade de racionalizar a capacidade produtiva garante à emigração um carácter de maior legitimidade, com a descriminalização em 1969 da emigração clandestina e com a assinatura de um acordo de mão-de-obra com França em 1971 imbuída de um carácter mais liberal (previa a saída anual de 65 mil portugueses) e com um maior foco na proteção dos emigrantes e as suas famílias (garantias de apoios sociais aos mesmos), mantendo no entanto os jovens em idade de serviço militar como uma exceção²⁵. De resto, é na tentativa de um desígnio de um Estado-Providência que o novo chefe de estado procura minimizar o descontentamento das camadas mais baixas da população e legitimar o seu governo, sem conseguir inculcar uma verdadeira alternativa à emigração no que tocava à obtenção de melhores condições de vida (Pereira, 2002, 2006, 2014a; Volovitch-Tavares, 2006a).

Votados a uma difícil subsistência pela crescente pressão demográfica e pelo condicionamento das estruturas de poder e interesses locais, cujo zelo pela manutenção das hierarquias sociais tradicionais impunha uma subalternidade e deferência na sua relação com a população e esmagava qualquer indício de mobilidade social; num clima de grande hostilidade à participação na vida cívica e política e com a possibilidade constante (entre os homens) de uma participação na guerra, foram muitos os portugueses que responderam à chamada vinda de França,

²⁵ Os acordos de mão-de-obra entre Portugal e França não são tratados neste trabalho por motivos de concisão.

“mostrando a vontade ou uma obrigação a dizer "não" a um estado de coisas insuportável” (Serrão, 1974, p. 65), mostrando indiretamente o seu descontentamento face às estruturas sociais e económicas vigentes.

Assim, pôs-se a descoberto o falhanço do projeto político e económico ditatorial e o profundo atraso de uma nação orgulhosamente só, pelo que o fenómeno migratório abriu os horizontes de todas as camadas populacionais face aos possíveis benefícios da democracia: desde os conterrâneos dos emigrantes até aos setores tradicionalmente beneficiados pelo regime, a população portuguesa realizou como um modelo baseado na ausência de igualdade, proteção e mobilidade social os privava da obtenção das condições de vida que se assistiam nos demais países da Europa Ocidental, pelo que, nas palavras de Pereira (2004, p. 11), “ninguém veio em socorro de Marcelo Caetano” aquando da queda do seu regime. (Pereira, 2004, 2014a; Silva, 2011).

2.2.2 - França no final dos Trinta Gloriosos (1960-1974)

Por volta do início dos anos 60, França encontrava-se no auge do seu período de expansão económica. O rasto de destruição e ruína material e humano deixado pela Segunda Grande Guerra tinha obrigado a um esforço de reconstrução que passava por reerguer um país com um grande défice ao nível infraestrutural e industrial, sendo este colmatado a diferentes velocidades durante o período que se estendeu até 1974/1975. A exigência de mão-de-obra para uma reestruturação económica baseada na indústria pesada e nas obras públicas levou à importação de largos contingentes de trabalhadores estrangeiros. Esta também se motivou em parte devido ao movimento ascendente social e profissional dos franceses e estrangeiros de gerações anteriores, e a sua recusa em realizar trabalho que era considerado como sendo bastante duro e mal pago (Anido & Freire, 1978; Arroteia, 1983; Cross, 1983; Noiriel, 1986, 2006; Sayad, 1999, Volovitch-Tavares, 2006; Weil, 2005).

Quanto a este aspeto, Gérard Noiriel (2006) perfaz uma reflexão longitudinal que sintetiza o modelo imigratório francês. O autor argumenta que França foi pioneira na utilização da imigração como forma de ultrapassar a rigidez do mercado de trabalho (ou a resistência das classes populares francesas), recrutando massivamente mão-de-obra estrangeira que não partilhava dos mesmos direitos civis e que podia ser empregue nos trabalhos industriais indesejáveis. Para além disso, a emigração servia uma função malthusiana, na medida em que vinha colmatar os défices demográficos que haviam sido exacerbados com ambas as guerras mundiais.

A convulsão trazida pela Guerra da Argélia²⁶ significara um grande desgaste político e social dentro do Hexágono que também se traduzira numa reconfiguração punitiva face à representação

²⁶ Também conhecido como Guerra da Independência ou da Libertação Argelina, este sangrento conflito iniciou-se em 1954 opondo o então território colonial da Argélia à metrópole francesa, findando com a

da uma imigração vinda deste primeiro, que durante o período inicial de recuperação económica dos Trinta Gloriosos se havia apresentado como a principal fonte de trabalhadores estrangeiros. Ao nível político procurava-se por agora em prática²⁷ a ideia de uma “repopulação” que assentasse em características vistas como semelhantes ou idênticas com o conjunto francês: a população portuguesa, de raízes católicas e europeias, era bem vista como uma opção para reconstruir França e contrabalançar a opção original magrebina, que pressupunha uma suposta assimilabilidade mais fácil também devido à sua percecionada discrição e serventia (Cravo, 1995; Noiriél, 2006; Pereira, 2012, 2014; Sayad, 1997; Silva, 2011).

Neste contexto, a falta de vínculos histórico-migratórios de grande intensidade desempenhou um papel importante na estimulação/aceitação da imigração portuguesa. As feridas em aberto causadas pelo conflito bélico com o ex-território colonial magrebino que convidavam ao distanciamento contrapunham-se à falta de contencioso histórico recente com Portugal, cujo último acontecimento que os ligava diretamente remontava a cerca de centena e meia de anos. Para as autoridades políticas francesas, este “espaço sem história”²⁸ aparecia como um elemento convidativo para a aproximação a um país que era percecionado como distante geográfica e economicamente. No plano político e diplomático, França apresentava-se como um dos únicos países que se solidarizava com a conceção colonial portuguesa e os seus esforços de manutenção dos territórios pela via bélica, constituindo-se como seu o principal exportador de equipamento militar (Cordeiro, 1988, 1989, 1993; Hily & Cordeiro, 1999; Pereira, 2014a, Poinard, 1993).

A perceção de um vácuo histórico faz-se essencialmente através da representação e da atenção/relevância que é atribuída a um dado fenómeno ou processo. Neste caso, a emigração portuguesa para França é um processo que se estende de forma quantitativamente significativa desde o início de Novecentos. Na década de 10, o interesse de mão-de-obra de um país aliado por França tendo em vista o guarnecimento da sua economia de guerra levou à decuplicação do número de residentes portugueses no país, verificando-se um crescimento de 1262 nacionais para 10788 entre 1911 e 1921, respetivamente. Na década seguinte, o curto período de recuperação económica entre guerras no Hexágono atrairia muitos portugueses que procuravam escapar ao declínio económico e instabilidade social, vindo colmatar a necessidade crescente de trabalhadores de baixa qualificação, quintuplicando o seu número de efetivos para 50 mil em 1931. A Grande Depressão trouxe consigo a estagnação e o aumento do desemprego, pelo que a

assinatura dos Acordos de Evian em 1962, que estabeleceu formalmente o fim do conflito e a independência do primeiro.

²⁷ O plano migratório francês pós-guerra apontava para uma imigração que se pretendia essencialmente europeia, contudo, rapidamente se percebeu que os clássicos “fornecedores” italianos e da Europa de Leste não poderiam suprimir as necessidades francesas, pelo que foram os argelinos o principal grupo a afuir para o hexágono até ao início dos anos 60 (Cross, 1983; Noiriél, 2006).

²⁸ Ver Raveau, F. (1998). *Espaces Pluriculturels et Ethnicité : Presence Portugaise en France*. Em Rocha-Trindade, M. B. & Raveau, F. (Eds.), *Présence Portugaise en France* (pp. 151-159). CEMRI.

consequente política de proteção dos trabalhadores nacionais levada a cabo pelo governo²⁹ causou uma redução significativa na população portuguesa para 28 mil em 1936. A disrupção causada pela Segunda Guerra Mundial iria acentuar esta tendência decrescente, trazendo o número de efetivos portugueses para 22 mil em 1946 (Cross, 1983; Noiriel, 1998; Pereira, 2017a; Noiriel, 1998).

Chegado a 1954, a comunidade emigrante portuguesa não contava com mais de 20 mil efetivos, refletindo a sua residual participação na corrente migratória do imediato pós-guerra, possuindo uma representação bem inferior à comunidade espanhola, italiana e polaca, e ainda mais afastada da forte representatividade argelina. Contudo, a inversão de tendência se iria verificar a partir de 1956, primeiramente com um crescimento modesto (mas considerável) para 50 mil portugueses até 1962. Neste período em que os espanhóis representavam o maior influxo de imigrantes europeus, pouco preveria o fluxo massivo que teria lugar na dúzia de anos seguintes, que colocaria a comunidade portuguesa como a maior comunidade estrangeira de França (Branco, 1986; Cross, 1983; Lebon, 1988; Noiriel, 1998).

Os imperativos económicos e demográficos das autoridades gaulesas³⁰ em relação aos imigrantes ofuscaram as considerações de índole social, nomeadamente no que concernia as condições de trabalho e habitação³¹. Durante os Trinta Gloriosos, a ausência de um plano de assistência e integração dos mesmos ao nível estatal levou a que os esforços assistenciais iniciais ficassem a cabo de associações de índole civil e/ou religiosa, ficando especialmente visível na lentidão da tomada de ação “de cima” em relação aos problemas habitacionais (Weil, 2005; Volovitch-Tavares, 2006b).

A destruição de infraestruturas acentuou o crónico problema de habitação francês no pós-guerra, que não conseguiu dar resposta às necessidades dos trabalhadores imigrantes (e das suas famílias) que chegavam em grande número às variadas zonas urbanas, entre as quais se destacou a região parisiense. Durante o período dos Trinta Gloriosos, a impossibilidade de acesso a habitações condignas levou à criação de extensos bairros de lata por toda a *banlieue* parisiense, agregando conjuntos de vários milhares de imigrantes (na sua maioria ilegais). No caso português,

²⁹ A expulsão deliberada de trabalhadores estrangeiros e o levantamento de barreiras à sua entrada impactou fortemente os desprotegidos portugueses, parcialmente devido à aversão do Estado Português pela legalização da emigração e a naturalização de uma parte desta população, bem como pela ausência de um capital social e de domínio da língua francesa entre os mesmos (Pereira, 2017a).

³⁰ Apesar do forte caráter clandestino da emigração portuguesa, o Estado francês garantia facilmente a legalização da entrada de portugueses no país. Neste prisma, um paradoxo emergia: enquanto o Estado Novo “clandestinizava” a maioria dos seus nacionais em solo gaulês, eram as autoridades francesas que lhes garantiam essa legalidade (Poinard, 1993).

³¹ A prioridade na obtenção de uma mão-de-obra numerosa, barata e submissa terá também reflexão na negociação dos acordos de migração entre Portugal e França (aqui não abordados por questões de concisão), sendo apenas no governo de Marcello Caetano que o aspeto dos benefícios sociais começa a ter maior destaque. Ver Pereira, V. (2014a). Op. cit.; Silva, M. N. (2011). *Os Trilhos da Emigração. Redes clandestinas de Penedono a França*. Edições Colibri.

entre os quais cerca de metade se fixou na região parisiense³², emergiu o infame bairro de lata de *Champigny*, que chegou a albergar mais de 10 mil portugueses na década de 60 e se constituiu como o maior da cidade (Dewitte, 2005; Gastaut, 2006; Volovitch-Tavares, 1995, 1997).

Apesar das opções providenciadas por alguns empregadores da construção civil e das indústrias com a disponibilização de barracões e estruturas pré-fabricadas para alojar os seus trabalhadores, estas não permitiam absorver senão uma reduzida parte de uma mão-de-obra que não se podia contentar com a escassa oferta de acesso a habitações sociais (ainda muito antes do período da construção em larga escala de bairros sociais para os emigrantes) e que desconhecia profundamente o funcionamento do país para o qual emigraram (Dewitte, 2005; Sousa, 1972; Volovitch-Tavares, 1995, 1997).

Ligado à questão habitacional, o desconhecimento da generalidade dos portugueses face às dinâmicas funcionais da realidade francesa e a sua ausência geral de qualificações profissionais e habilitações agravaram ainda mais o seu processo de inserção na sociedade de acolhimento, acentuando a sua condição fragilizada. A língua constituía logo à partida um entrave significativo à adaptação, uma vez que apenas uma ínfima parte dos emigrantes possuíam conhecimentos de francês. Para além disso, as articulações dos trâmites administrativos e legais franceses eram uma incógnita para o português recém-chegado, enquanto os imigrantes magrebinos não partilhavam dessa falta de experiência devido ao seu passado e enquadramento colonial (Cordeiro, 1989, 1997a, 1997b; Volovitch-Tavares, 2006b).

A proliferação de mercados paralelos de habitação e trabalho será uma consequência dos fatores de cariz limitativo acima elencados. Fazendo-se valer da escassez habitacional e da ignorância dos migrantes, bem como de uma desconfiança e discriminação enraizada numa desestima social dos mesmos (vulgo racismo e xenofobia), muitos são empurrados para uma dimensão mais negra do círculo vicioso da degradação e marginalização. A sua condição de estrangeiro e/ou de clandestino tornava-os no alvo ideal para quem procurasse tirar a maior rentabilidade das suas fragilidades socioeconómicas.

Por exemplo, senhorios colocavam à disposição habitações sem qualquer rentabilidade no mercado real (devido à sua insalubridade) aos migrantes por preços exorbitantes, que se viam obrigados a aceitar devido à frequente ausência de opções. Já os patrões faziam-se valer da docilidade e a serventia dos trabalhadores decorrente da sua fragilidade para manipular as condições contratuais a seu favor, oferecendo-lhes um salário inferior e um horário de trabalho superior ao praticado dentro da legalidade num contexto marcado pela ausência de quaisquer preocupações pela segurança, saúde ou bem-estar do trabalho, explorando desta forma o medo que pautava a sua situação precária no país em caso de incumprimento. Até entre os seus compatriotas, certos indivíduos se disponibilizavam para “arranjar papéis” (reais ou imaginários),

³² Citando os dados estatísticos do Insee relativos aos anos de 1975, estes apresentavam que 45,6% da população imigrante portuguesa estava fixada em Paris (as cited in Leandro, 1993, p. 348).

como autorizações de residência e trabalho por somas monetárias desproporcionais, num aspeto que será explorado mais à frente (Cravo, 1995; Sousa, 1972, 1973; Volovitch-Tavares, 2006a).

Neste sentido, o forte pendor de solidariedade interna dentro da comunidade vai servir como um paliativo para este choque sociocultural, na medida em que as redes de entreaajuda informais vão desempenhar um papel de grande relevo na fixação e estabelecimento dos emigrantes portugueses. Dada a importância das ligações informais e familiares no processo de emigração portuguesa, muitos dos emigrantes vão procurar acima de tudo o elemento de familiaridade num contexto que lhes é em grande parte estranho, articulando-se entre si na facilitação do acesso ao trabalho, habitação e na interação com as autoridades civis no qual Victor Pereira (2010) denominou de sociedade-providência dentro de outra sociedade (Cordeiro, 1997a; Hily & Cordeiro, 1999; Leandro, 1993, 1995; Rocha-Trindade, 1976; Volovitch-Tavares, 2002).

A mudança para um meio sociocultural novo, nas palavras de Anido e Freire (1978, p. 138), leva a que o indivíduo numa situação de vulnerabilidade e fragilidade satisfaça a necessidade de construir uma “pseudo-estabilidade” na qual o meio sociocultural de origem é reconstruído, de forma a atenuar o choque psicossocial e permitir uma adaptação progressiva do mesmo à sociedade de acolhimento. A reconstrução do espaço português serve assim como a primeira fase de adaptação para muitos emigrantes cujo desenquadramento social os leva a uma inicial radicalização cultural (Rocha-Trindade, 1976, p. 985) em que os seus hábitos culturais minoritários são priorizados, sendo que a aceitação dos novos elementos socioculturais se faz de uma forma bastante reduzida, remetendo-se exclusivamente para o espaço público.

Este processo desenrolar-se-á lentamente no sentido da redefinição de laços sociais assentes numa preponderância crescente da sociedade local, na medida em que tem lugar uma adaptação de modelos socioculturais decorrentes de contactos mais intensos e abertos com a mesma na vida privada que imbricará numa sintetização híbrida que junta elementos rurais e urbanos nos domínios privados e públicos das suas vidas (Leandro, 1993, 1995).

Capítulo 3: Os Emigrantes

3.1 - Caracterização dos emigrantes entrevistados

O retrato que é possível traçar aqui baseia-se na informação recolhida através da efetuação de entrevistas a cerca de 20 emigrantes que fizeram a viagem de Portugal para Colmar entre os anos de 1963 e 1973, dos quais 17 são homens e 3 são mulheres. O processo que torna possível a apresentação destes resultados envolve três fases principais já abordadas em maior profundidade no capítulo respetivo à metodologia, que consistem na definição da informação a recolher, que passa pela definição do perfil dos entrevistados e da elaboração de um guião de entrevista; na obtenção da informação, e no tratamento da mesma.

Em primeiro lugar, procurou-se *a priori* definir o entrevistado-alvo em dois critérios-base (chamadas variáveis sociodemográficas): a proveniência portuguesa, e ter emigrado para Colmar entre a década de 60 e 1974, dada a pertinência do mesmo para os propósitos geográficos e temporais do estudo. A isto adicionou-se a elaboração de um perfil com as informações básicas dos entrevistados (variáveis pertinentes), como a idade, a naturalidade, o local de residência antes da partida, o sexo, as habilitações, o domínio do francês, a legalidade *a priori*, entre outros. Partindo destes pressupostos-base, elaborou-se o guião de entrevista, pretendendo abarcar cronologicamente a experiência de vida do entrevistado, como a sua situação socioprofissional pré-partida, as razões que motivaram a partida, e a forma como esta ocorreu. De seguida, deu-se a recolha de informação, que se efetuou principalmente através do registo áudio das entrevistas pelo gravador do meu telemóvel pessoal. Por último, a informação foi tratada através de um processo de transcrição, análise e crítica que a tornou passível de ser utilizada para o propósito do trabalho.

A emigração para França fez-se, entre o conjunto de entrevistados, nas suas causas pessoais e exógenas, como fruto de um conjunto de condicionantes que raramente são incomplexas para cada caso. Combinando razões de ordem política, económica e familiar, e integrando uma tipologia legal ou ilegal, os testemunhos dos entrevistados deixam entrever um mosaico de fortes contrastes na hora da partida. Neste sentido, apresentamos nos seguintes parágrafos alguns modelos de emigração, na esperança de poder cobrir a diversidade de experiências pessoais.

Em primeiro lugar, encontramos uma emigração motivada por questões de necessidade económica. Associados predominantemente ao Ribatejo, estes emigrantes encontravam-se numa situação socioeconómica que se prefigurava como indesejável, dada a exiguidade do salário e das míseras condições de vida face às exigências do trabalho. Estando empregues em atividades profissionais variadas (serviços, indústria e agricultura) que requeriam longas jornadas diárias de trabalho braçal, o contacto com o sucesso perçecionado que a realidade emigratória (através de

amigos ou conhecidos) constituiria do ponto de vista das suas perspetivas de vida, colocou a mudança para França como algo que seria equacionado e efetivado.

Em segundo lugar, encontramos uma emigração masculina no Norte que encontra na sua principal motivação a fuga ao serviço militar. Marcados pelos relatos das consequências nefastas da guerra nos seus círculos sociais próximos, estes jovens pretendiam evitar a recruta para o exército e assim escapar à participação na temida Guerra Colonial, tendo partido para França de uma forma ilegal pouco antes de terem atingido a sua maioridade. No entanto, as considerações socioeconómicas dos entrevistados no momento da sua partida estavam longe de ser uma prioridade: estes relataram possuir um emprego bem remunerado e disfrutar de boas condições de vida antes de terem partido para França³³.

Complementando estas tipologias, encontramos jovens emigrantes que vieram primariamente para França para se juntar à família ou acompanhar familiares. Na sua composição mulheres ou jovens rapazes e raparigas, estes tornavam-se um elo secundário de uma motivação individual económica ou social³⁴.

A viagem para França assumiu assim um carácter que se prefiguraria nuançado na sua dimensão jurídica, uma vez que a partida se fez tanto de uma forma clandestina como legal. Entre os clandestinos encontravam-se todos os que de uma forma ou outra não tinham um passaporte no momento de saída. Dentro do setor masculino da população, o cumprimento do serviço militar apresentava-se como uma forma de ter acesso ao passaporte, que dificilmente seria obtido por conta da sua condição socioeconómica (Pereira, 2014b). Neste sentido, a emigração clandestina fazia-se de forma consciente e deliberada, fruto dos entraves jurídico-administrativos já evocados num subcapítulo anterior³⁵.

O mesmo se aplicava à população feminina, que (à semelhança dos menores de idade) partiria normalmente por via legal se esta fosse feita no sentido de integrar a família por via das cartas de chamada. Caso contrário, a via ilegal prefigurava-se como uma opção natural, ou então por via de favorecimentos locais na obtenção de passaportes. O exemplo de Maria Alice, esposa de Manuel do Carmo, é exemplificativo desta “arbitrariedade”: quando o seu marido voltou a Portugal (10 meses após a partida) no final de 1970 para a trazer legalmente para França, o facto de conhecer um amigo do Governador Civil de Santarém mostrou-se como um fator decisivo na fácil obtenção de um passaporte de turismo.

Quanto à situação socioprofissional dos emigrantes, tal amostra também nos permite retirar algumas ilações, se bem que com as devidas precauções. Em primeiro lugar, a quase totalidade

³³ Sob o risco de poder incorrer em algum enviesamento, este conjunto de entrevistados era maioritariamente proveniente de famílias com mais meios económicos.

³⁴ No que toca à presença de uma emigração feminina singular, já estudada com alguma profundidade noutras regiões de França, o espetro da amostra não conseguiu abranger esse tipo de emigração.

³⁵ Na generalidade do fluxo, Victor Pereira (2014b, p. 108) estima que mais de metade dos emigrantes que se fixaram em França entre 1957 e 1974 (550 mil entre 900 mil) o fez ilegalmente.

dos entrevistados já se encontrava na vida ativa antes de partir para França, estando predominantemente empregados no setor fabril ou agrícola desde tenra idade: as informações recolhidas apontam para um início da idade ativa na parte inicial da adolescência (12/13/14 anos).

Em segundo lugar, as habilitações literárias e profissionais dos emigrantes não ultrapassavam normalmente a escolaridade mínima obrigatória (4ª classe), como se depreendeu pelas informações obtidas entre os entrevistados. Face a estes dois aspetos, encontramos como razão mais palpável para impossibilidade de continuação dos estudos e/ou entrada na vida ativa a sua precária situação familiar socioeconómica; mas também por razões pessoais. Se num caso os pais não permitiam que os filhos ficassem ou entrassem na escola de forma a contribuírem para o sustento da sua numerosa família, noutros a condição familiar mais desafogada e o desejo dos pais de uma melhor formação dos filhos não se refletiriam numa maior qualificação dos mesmos, optando por começar a desempenhar trabalho braçal desde cedo.

Ainda que alguns tenham prosseguido momentaneamente com os estudos (realizaram pelo menos o exame de admissão ao liceu), a prevalência de analfabetismo parece ter sido dominante dentro de uma parte considerável dos emigrantes da geração dos anos 30 e 40. Manuel do Carmo (82 anos; partiu para França em 1970) relevou esta incidência de analfabetismo pelo seu “hábito de domingo” de escrita de cartas para os familiares dos seus compatriotas em Colmar. Uma vez que Manuel havia completado a 4ª classe (graças a ter frequentado professores privados durante o início da sua vida adulta), muitos dos colegas e amigos pediam-lhe ajuda em troca de um almoço nas suas casas.

O conhecimento de francês desenvolveu-se normalmente após a chegada ao destino. Entre todos os entrevistados, apenas um reportou ter um conhecimento mais elaborado da língua antes da partida: a dona Helena, que tinha feito o segundo ano para o Liceu antes de partir para França com 14 anos, aprendeu as bases da língua durante o ano que precedeu a sua partida.

3.2 - A viagem

Dependendo da via empregue na partida para França, o nível de complexidade da viagem dos entrevistados poderia assumir contornos bastante elaborados.

Independentemente da legalidade (ou não) da viagem, esta enquadrar-se-ia na sua generalidade no eixo ferroviário Sudexpress. Esta combinação de linhas, que ligava Lisboa a Paris, configurou-se como a principal artéria de circulação migratória para França. Tendo como seus pontos de contacto transfronteiriços em Vilar Formoso (Portugal) e Irún/Hendaia (Espanha/França), as rotas migratórias vão passar irremediavelmente por esses eixos.

Neste sentido, ambos os emigrantes legais e clandestinos utilizavam até certo ponto o comboio na sua viagem até França, diferindo principalmente no trajeto que realizavam até atingir a fronteira espanhola. Enquanto os documentados integravam o comboio ainda do lado português

da fronteira, seguindo naturalmente o trajeto até Paris e transbordando para a linha oriental rumo a Colmar, os clandestinos transpunham a fronteira normalmente a pé em Vilar Formoso e integravam a Sudexpress numa das estações posteriores, sendo o posto mais comum a localidade transfronteiriça de Fontes de Onor.

Num período³⁶ em que a viagem clandestina por território espanhol se tinha em grande parte facilitado pela tomada de uma atitude mais permissiva pelas autoridades espanholas no controlo da emigração portuguesa (desde 1965)³⁷, a descrição que encontramos entre os entrevistados atesta a uma frequência menor da participação de engajadores, passadores ou transportadores, pelo menos no sentido tradicional/profissional do termo³⁸.

Assim sendo, foram pouco frequentes as ocasiões em que os que partiram de forma ilegal fizeram um uso mais alargado das redes clandestinas de transporte de emigrantes³⁹. Levando na sua generalidade uma direção para Colmar pela ligação com contrerrâneos ou familiares que já lá se tinham estabelecido, foi também por vezes pela mão dos seus colegas de viagem (familiares e amigos) que já tinham emigrado anteriormente que a viagem foi enquadrada, havendo ajudas pontuais pelo caminho do que Victor Pereira (2014b, p. 116) descreveu como “atores secundários da emigração”, no qual encontramos taxistas, albergadores e até empresas de autocarros espanholas. Um dos entrevistados, o Sr. Artur, fora o que Marta Silva (2011, p. 55) descreveu como um “engajador de ocasião”, levando e

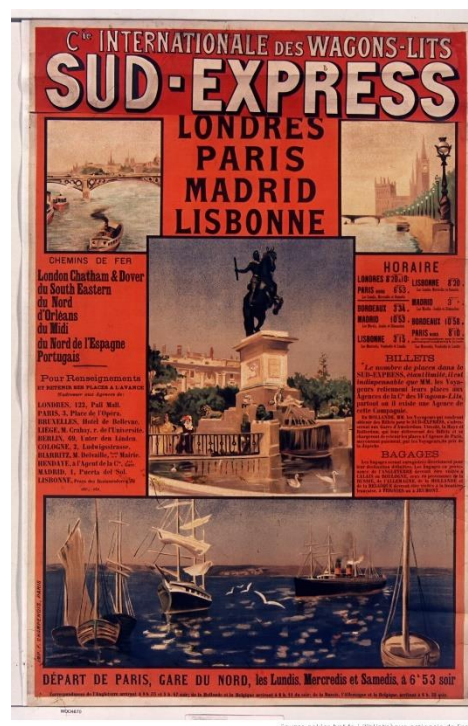


Figura 2 – Poster comercial do Sud-Express datado de 1890, anunciando as principais paragens da linha.
Fonte: Biblioteca Nacional Francesa

³⁶ Importa ressaltar que a quase totalidade dos entrevistados emigraram após 1965, concentrando-se entre os anos de 1969 e 1970. Este aspeto será explicado de seguida.

³⁷ Durante os primeiros tempos de maior vigilância, as viagens clandestinas eram predominantemente caracterizadas pela sua carestia e pela sua dureza. Vendo-se muitas vezes na obrigação de recorrer aos serviços de um passador, os emigrantes contraíam grandes dívidas para poder passar a fronteira em segurança em viagens de uma extensa duração e em condições muito precárias, ficando por vezes à mercê da boa vontade deste intermediário e da sua rede (Pereira, 2014b, p. 115).

³⁸ O passador seria de uma forma geral alguém que auxiliava na passagem da fronteira para Espanha e/ou para França, enquanto os engajadores eram o canal de ligação entre o emigrante e o passador da fronteira. Já os transportadores eram responsáveis pelo transporte dos emigrantes num âmbito mais extenso, podendo fazê-lo numa dimensão nacional ou transfronteiriça/internacional. A utilização do termo “profissional” remete latamente para a efetuação destas atividades com o objetivo de obter com isso lucro. Sobre a fluidez da definição dos elementos constituintes das redes de transporte e angariação dos emigrantes, ver Silva, M. N. (2011). Op. cit., pp. 51-66.

³⁹ É necessário ter em conta a informação apresentada anteriormente sobre os anos de partida dos entrevistados, ressaltando a “facilitação” da viagem e o reforço das redes informais/familiares migratórias. Entre os entrevistados, apenas Manuel Dias e o Senhor Morais partiram antes de 1965, descrevendo viagens com a intervenção de mais agentes.

engajando nas suas idas ocasionais de férias a Portugal familiares, amigos e conterrâneos consigo para França, não procurando com isso obter qualquer proveito económico.

O aluguer de um táxi até à zona transfronteiriça espanhola foi a opção mais comum entre os entrevistados que partiram clandestinamente, dada a distância que se impunha entre os seus locais de residência e a primeira. Neste processo, os emigrantes pagavam uma soma avultada ao taxista, que era frequentemente alguém de seu conhecimento próximo, com a finalidade de serem levados até a uma zona próxima da fronteira. O transporte não era feito diretamente para eixos transfronteiriços como Vilar Formoso, uma vez que os taxistas receavam ser intercetados pela PIDE e enfrentar as possíveis consequências próprias ao carácter criminal inerente a auxiliar/facilitar a emigração (Pereira, 2014b).

Desta forma, o Sr. Costa (entrevistado) relata ter sido ajudado por uma dona de uma mercearia pouco depois de ter atravessado a fronteira em Chaves com os seus dois amigos (um deles já havia feito a viagem para França anteriormente), que lhes ofereceu dormida numa caserna para burros por 20 escudos e os informou que passaria na madrugada seguinte um autocarro que os levaria para a estação de Zamora. No caso do Sr. Palma (entrevistado), a promessa inicial dos seus familiares de ajuda na transposição da fronteira em Vilar Formoso aquando de um jantar na noite anterior em Coruche revelou-se uma ilusão: chegado à localidade, o Sr. Palma esperou casualmente durante horas num café depois de se ter apercebido que a ajuda não se iria efetivar, tendo sido interpelado por uma senhora idosa que o interrogou sobre as suas motivações e o informou sobre os préstimos do seu filho na passagem da fronteira ao final da tarde, que o ajudou a fazê-lo a pé e o levou até à estação de Fontes de Onor, onde comprou um bilhete de ida para Colmar e recebeu 2 contos (por iniciativa própria) do Sr. Palma.

Fazendo-se a viagem dentro de território espanhol por comboio, a chegada à estação transfronteiriça de Irún mostrava-se como o último obstáculo de relevância à concretização da viagem. Dentro das experiências dos entrevistados encontramos uma diversidade de “sortes” na chegada a Irún, dividindo-se entre a passagem ilegal da fronteira e a obtenção de uma guia (*récépissé*) no posto fronteiriço para posterior regulação da sua estadia no destino.

No primeiro caso, encontramos um exemplo marcadamente diferente (diferindo da comum passagem fora dos olhos das autoridades): um dos entrevistados (Sr. João) afirma ter passado a fronteira recorrendo a uma falsificação local do passaporte, uma vez que estava a emigrar sem o acompanhamento dos pais e só lhe seria validada a passagem se fosse maior de idade, tendo sido interpelado por um rapaz que o levou a uma senhora que lhes alterou a idade na cédula de identidade de 17 para 18 anos. Já o Sr. Morais passou a fronteira com um passaporte falso que lhe foi entregue pelo seu passador, beneficiando de uma inspeção menos cuidada por parte dos agentes fronteiriços.

No segundo caso, os emigrantes dirigiam-se ao posto fronteiriço de forma a obterem uma guia pela polícia francesa. Apesar do enquadramento das regras formais, que estabelecia a

existência de um contrato de trabalho *a priori* assinado numa representação da ONI⁴⁰, e da assinatura de acordos de mão-de-obra com o Estado Português com vista a regulamentar e enquadrar a emigração vinda do primeiro, as autoridades francesas decidiram adotar uma postura leniente no acolhimento de emigrantes clandestinos portugueses a partir de 1964, contrastando com uma atitude mais restritiva tomada em relação a emigrações de outras proveniências (especialmente a magrebina).

Num contexto marcado pela dificuldade das autoridades portuguesas em agilizar o processo de recrutamento de mão-de-obra e da limitação da área de ação da ONI à cidade de Lisboa, contrastando com as necessidades quantitativas e qualitativas laborais do lado francês, as autoridades de imigração recebem instruções para simplificar e facilitar o processo de regularização, exigindo apenas uma prova de identidade e direcionando os recém-chegados para o seu destino de preferência. Para este propósito específico, é aberto nos finais dos anos 60 um diretório do Ministério do Trabalho e do Interior que propõe aos trabalhadores portugueses contratos de trabalho e um *récépissé* (guia) permitindo o pedido da *carte de séjour* (título de estadia) e a *carte de travail* (título de trabalho) (CCSSTM, 1969; Noiriel, 2006; Pereira, 2014b; Silva, 2011; Volovitch-Tavares, 2006a).

O exemplo de Manuel do Carmo é ilustrativo desta descrição. Chegado à fronteira franco-espanhola em Hendaia, Manuel é retido pela polícia francesa devido à sua ausência de passaporte e enviado para uma sala onde se encontravam outros dos seus compatriotas em semelhante situação. Uma vez que um dos polícias falava espanhol, Manuel foi interrogado quanto ao motivo da sua visita e sobre o seu destino final, tendo recebido uma guia e um bilhete de comboio para chegar até Colmar. Seguindo o trajeto Hendaia-Paris-Estrasburgo-Colmar, recebeu ordem para se apresentar no posto da polícia em Colmar à chegada, tendo a polícia contactado um patrão que lhes havia feito um pedido de recrutamento⁴¹. De acordo com o entrevistado, tal era prática comum devido à penúria de mão-de-obra na região, tendo este processo em vista o recrutamento imediato dos emigrantes que chegavam.

⁴⁰ O *Office National D'Immigration* (Gabinete Nacional de Imigração, em Português) foi um gabinete criado pelo Estado francês em 1945 que visava a centralização do recrutamento dos trabalhadores imigrantes, servindo como intermediário entre o patronato e o trabalhador, canalizando a mão-de-obra estrangeira para as regiões mais necessitadas nesse sentido (Noiriel, 2006).

⁴¹ De acordo com o boletim informativo da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes (1969, p. 9), os emigrantes deviam dirigir-se dentro de um máximo de 8 dias à *Mairie* ou ao posto da polícia mais próximo de forma a regularizar a sua estadia.

Capítulo 4: Alsácia e Colmar no quadro nacional

Longe das zonas contíguas de maior concentração portuguesa encontramos na zona mais oriental do Hexágono a região histórica da Alsácia. Esta região, delineada pelo vale do rio Reno e constituindo de grosso modo o elo fronteiriço moderno a Noroeste com a Alemanha e a Suíça, destaca-se pelo seu hibridismo cultural e o seu papel enquanto zona de interseção geográfica crucial. As influências históricas dos reinos francos e germânicos pautaram a rica história desta região transfronteiriça, com a integração no Reich Alemão entre 1871 e 1918 e depois entre 1940 e 1945, emergindo como uma faceta recente de um processo complexo que resultou numa síntese cultural franco-germânica (toponímia, gastronomia, arquitetura) que é única no território francês (Martins, 1989; Poinard, 1993).

Descrita adequadamente como o entroncamento da Europa pela sua localização e características geográficas e orológicas, esta região que cruza as principais artérias fluviais e viárias europeias cedo se constituiu como uma região de imigração principalmente pela sua riqueza económica: tipicamente dotada de solos férteis e tradicionalmente reputada pela sua pujante industrialização característica das regiões circundantes do Reno, a Alsácia era no início do período contemporâneo um polo de atração para as populações transfronteiriças (Bischoff, 2015; Frey, 2009; INSEE, 1978).

Nas duas décadas que antecederam a anexação alemã da Alsácia (1851-1871), esta região apresentava uma taxa de população estrangeira duas vezes superior à média nacional, caracterizada pela emigração alemã e suíça. O período de domínio germânico inaugurou uma reconfiguração estrutural da sua população com a entrada numerosa de alemães, nomeadamente na área da função pública e militar, chegando a constituir cerca de um em cada cinco alsacianos, sendo que os franceses eram agora a “maioria estrangeira” juntamente com comunidades de países de proximidade geográfica (Luxemburgo, Suíça, Bélgica, Itália) (Frey, 2008, 2009).

O regresso da Alsácia a domínio francês durante o período entre guerras manteve a região dentro da média da taxa de população estrangeira, podendo-se enquadrar parcialmente no processo de emigração massiva e organizada de polacos para o Hexágono neste período para dar nomeadamente vazão a uma necessidade de mão-de-obra para a indústria mineira (do potássio, no caso alsaciano) que era desprezada pelos locais, e que se dispersaria com o começo da Segunda Guerra Mundial (Noiriel, 1986; Frey, 2008, 2009).

O fluxo massivo de trabalhadores estrangeiros decorrente do movimento de recuperação económica francesa no pós-guerra não encontrou reflexão igual na Alsácia, que espelhou de forma algo tímida a entrada de trabalhadores magrebinos característica desde período inicial e até 1954 preservava a sua lógica migratória transfronteiriça (Noiriel, 1986; Frey, 2009).

A sua localização numa das principais fraturas políticas da Europa no período que envolveu as duas Grandes Guerras trouxe uma extensão de destruição social, cultural e económica a uma grande escala no já gravoso contexto francês que se traduziria num estado de forte debilitação no pós-Segunda Guerra. De acordo com Vogler e Hau (1997), ambos os departamentos alsacianos (Haut-Rhin e Bas-Rhin) figuravam como os 4º e 5º mais sinistrados a nível nacional.

Os estragos económicos refletiram-se numa razia infraestrutural e ao nível de equipamentos industriais que combinava a sua destruição, requisição, espoliação e degradação pelo uso intensivo das autoridades alemãs, pelo que cerca de 430 unidades industriais desapareceram neste período (300 no Haut-Rhin); no desaparecimento de um grande número de terras agrícolas e localidades rurais devido ao combate armado nas mesmas; e na destruição de cerca de 10% parque habitacional alsaciano (10% no Haut-Rhin e 8% no Bas-Rhin), causando estragos na ordem dos 18 mil milhões de euros ao câmbio atual (Vogler & Hau, 1997, p. 300-301).

A sociedade alsaciana era nas primeiras décadas do pós-guerra um agregado que procurava recuperar das feridas criadas pela guerra e abertas pelas vãs promessas da libertação. A sua já referida peculiar posição no xadrez político-social nacional foi percecionada pelo poder central como uma ameaça à uniformidade nacional, sendo que o fim da ocupação alemã trouxe uma onda de “harmonização” sociocultural *top-down* de Paris que se caracterizava pela inflexibilidade face a autonomismos e regionalismos. Os postos das principais instituições e organismos regionais foram maioritariamente ocupados por indivíduos não-alsacianos, e os elementos linguístico-culturais alsacianos começaram a ser vistos como um sinal de “antifrancesismo” e traição, sendo a sua reprodução, utilização e ensino deixadas de lado e incutido na sociedade alsaciana um sentimento de vergonha e inferioridade pela sua alteridade identitária. A subjugação da Alsácia à “tirania do nacional”⁴² e a sua estigmatização cultural vão significar o desenvolvimento de uma dinâmica identitária caracterizada pelo fechamento dos alsacianos sobre os seus particularismos no espaço privado, enquanto

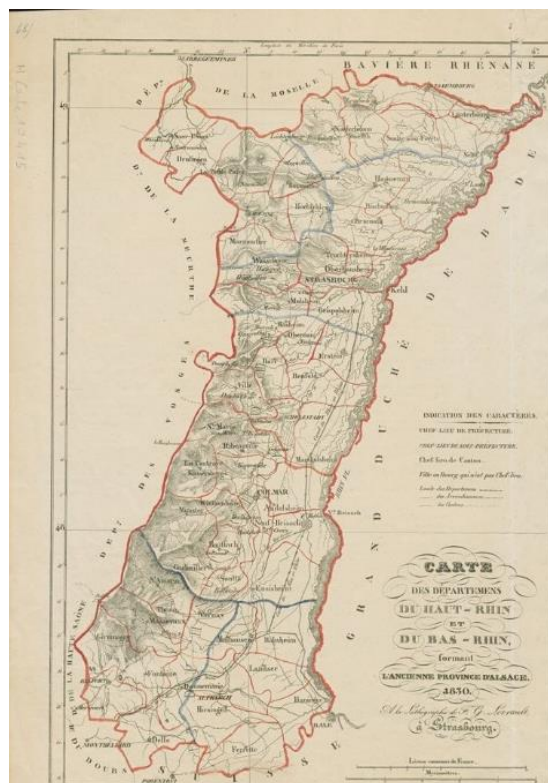


Figura 3 - Mapa dos departamentos do Haut-Rhin (Sul) e Bas-Rhin (Norte) com a linha separatória a norte de Colmar (escala 1:462960) datado de 1830.

Fonte: Biblioteca Nacional Francesa

⁴² Ver Noiriel, G. (1991). *La Tyrannie du national. Le droit d'asile en Europe (1793-1993)*. Calmann-Lévy.

procuram de forma arrojada ostentar símbolos de pertença ao nacional no espaço público (Vogler, 1995; Frey, 2009).

O franco crescimento da indústria alsaciana durante os anos 60 e a primeira metade dos anos 70, fazendo-se principalmente a partir do florescimento da indústria automóvel (Citröen e Peugeot em Mulhouse, General Motors em Estrasburgo) e da indústria metalúrgica (Liebherr e Timken em Colmar), tiveram na sua base um forte investimento estrangeiro que também contribuiu para a introdução de novas técnicas e métodos de produção que haviam sido fortemente descurados durante o conturbado período anterior de crise e de guerra. As necessidades de reconstrução e expansão da região a nível infraestrutural e industrial e a carência de mão-de-obra local obrigou a uma forte importação de trabalhadores braçais estrangeiros (Vogler & Hau, 1997).

É então na viragem para os anos 70 que a incidência migratória alsaciana começa a acelerar como fruto dos fluxos português e turco, vendo a sua população estrangeira crescer ao dobro do ritmo do país entre 1968 e 1975 (62% versus 31%) (ORIV, 2007). Em 1975, a maioria da população estrangeira na Alsácia (70%) provinha dos países que correspondiam de grosso modo à bacia mediterrânica (Itália, Espanha, Argélia, Portugal, Marrocos), sendo que em termos absolutos esta triplicou entre 1955 e 1974 (34 para 106 mil) (Frey, 2009).

Ao contrário da imigração turca, um pouco mais tardia e também mais prolongada no tempo, a imigração portuguesa destaca-se pela sua focalização e intensidade temporal, tendo verificado o grosso do seu crescimento entre 1968 e 1975, durante o qual quintuplica a sua dimensão (Frey, 2009). O relatório do Insee para a economia alsaciana de 1978 torna bem claro este *boom* migratório: no período referido anteriormente, a população portuguesa na Alsácia sobe de 2984 para 16525 efetivos⁴³, tornando esta numa das maiores comunidades estrangeiras da região durante as décadas seguintes (Frey, 2009; Idiri, 1997; Martins, 1989).

Neste sentido, a maior incidência migratória verificar-se-ia nas aglomerações urbano-industriais de Mulhouse, Colmar e Estrasburgo, que absorveram a maior parte deste contingente geral durante o período em estudo. No departamento mais industrializado da Alsácia (Haut-Rhin⁴⁴), no qual 56% da população ativa estava empregada no setor secundário, cerca de metade dos portugueses que para aí emigraram até 1975 (por volta de 8000⁴⁵) encontraram em Colmar o seu ponto de fixação. Se em 1960 a população portuguesa em Colmar era negligenciável, em 1980 já representava cerca de 30% da totalidade da população estrangeira na cidade (Frey, 2009, Insee, 1978; Braeuner, 1983).

⁴³ Insee. (1978). Op. cit., p. 26.

⁴⁴ A Alsácia encontra-se dividida em dois departamentos: Alto-Reno a Sul (que inclui Colmar e Mulhouse) e Baixo-Reno a Norte (que tem como a maior urbe Estrasburgo). No caso português, a sua maioria (cerca de 8600) encontrava-se no Baixo-Reno (dos quais a grande maioria se tinha fixado em Estrasburgo).

⁴⁵ Ibid.

4.1 - A fixação portuguesa em Colmar

A presença de portugueses em Colmar remontará ao início da Idade Moderna. A sua posição como terra de trânsito entre a grande via que liga os grandes centros populacionais do Mar do Norte e do Mediterrâneo (Flandres e Norte de Itália) tornava a presença de viajantes estrangeiros uma ocorrência comum. Em meados do Século XVI, um ourives burguês chamado Gaspard Hentschelot, de origens incertas, foi identificado como tendo servido de intérprete entre alguns viajantes identificados como “cristãos-novos que falavam apenas português” e as autoridades locais, tendo em vista uma estadia prévia na sua viagem que tinha como destino final os Países Baixos. Também em 1547, um grupo de quase 50 cristãos-novos portugueses em trânsito para Itália são parados e presos em Colmar por ordem imperial, procedendo a uma identificação que descortinou um grupo de famílias principalmente originárias do Alentejo que tinham como ofícios o comércio e o artesanato (Ginsburger, 1927; Schmitt, 1991).

Contudo, será apenas no período entreguerras (1918-1939) que a presença portuguesa começa a assumir contornos de maior significância. De acordo com Manuel Dias, deve-se perfazer uma distinção entre “nova emigração” e “antiga emigração”, apontando para a existência de um pequeno *noyau* português (de poucas dezenas de indivíduos) que se estabeleceu na cidade depois da Primeira Guerra Mundial. Estes portugueses teriam integrado o CEP durante a guerra, lutando nas frentes de batalha do Norte e Leste de França, e acabando por se fixar na região alsaciana, casando com mulheres francesas. Neste sentido, a comunidade portuguesa “antiga” seria constituída por portugueses de segunda e terceira geração que já estariam integrados na sociedade francesa, estando largamente desassociados da comunidade que se viria a formar nos anos 60⁴⁶.

A década de 60 é de grande expansão para a cidade de Colmar. Esta cidade histórica, fundada em meados do Século XIV como cidade-estado, era um retrato exemplar de uma cidade alsaciana por excelência. Localizada no coração da planície que se estende os Vosges e o Reno, Colmar contrasta com a vocação europeia de Estrasburgo e a tradição industrial de Mulhouse pela sua historicidade nos diferentes campos económicos e sociais. Dotada de uma tradição religiosa matizada na presença de estruturas protestantes e católicas centrais no plano alsaciano, englobando o famoso Museu Unterlinden e variadas sociedades científicas no plano artístico-académico, e apresentando um dinamismo comercial, vitivinícola e turístico sustentado pela abundância de vias de transporte viárias, fluviais e ferroviárias, Colmar era, contudo, no início dos anos pós-guerra também um exemplo da lenta recuperação económica e demográfica da Alsácia.

Acabada de ultrapassar o patamar importante dos 50 mil habitantes em 1959 (contava com 40 mil em 1910), Colmar olhava para o futuro com otimismo no seu desenvolvimento urbano e

⁴⁶ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

industrial, depois de uma fase de dificuldades e privações na última década e meia. Estes serão os anos em que os fundamentais empreendimentos de renovação urbanística do centro histórico, a construção da afamada ZUP (Zona Urbana Prioritária) na zona ocidental da cidade e a expansão da zona industrial norte correrão a todo o vapor, bem como importantes infraestruturas religiosas e culturais serão concluídas. No final da década, a cidade possuía uma versão modernizada da sua célebre Feira dos Vinhos (Foire aux Vins) e um Parque de Exposições novo em folha, uma dúzia de novas escolas e igrejas, e poder-se-ia também vangloriar de ter ultrapassado a marca dos 60 mil habitantes, chegando aos 67 mil em 1975 (Braeuner, 1983, 2014).

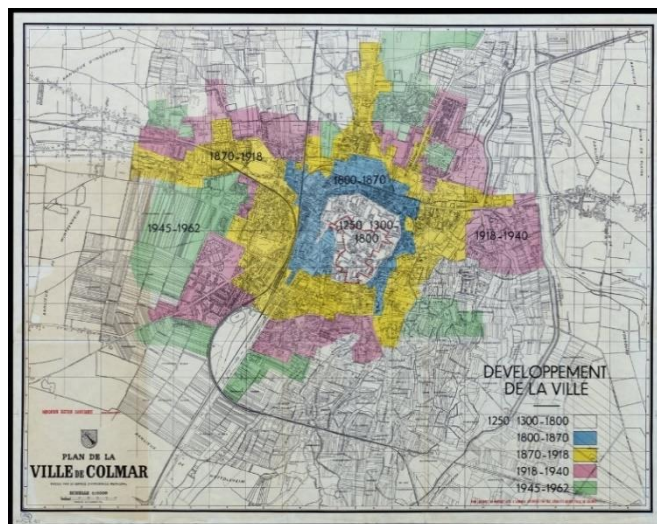


Figura 4 - Mapa da expansão de Colmar entre 1250/1300 e 1962
Fonte: Biblioteca Nacional Francesa

Podemos traçar esparsamente a chegada dos “novos emigrantes” ao período que compreende o final dos anos 50 e o início dos anos 60. Carlos Rodrigues, cujo pai se estabeleceu na cidade em 1963, relatou que um jornalista português que depois teria emigrado para os Estados Unidos faria parte deste novo contingente⁴⁷. O Sr. Morais chegou em meados de 1963 a uma localidade perto de Colmar (Ammerschwir) para trabalhar nas vinhas⁴⁸ por via de um contrato assinado numa agência em Paris; e o Senhor Artur, proveniente de Coimbra, relata que o seu irmão mais novo haveria chegado entre 1964 e 1965, “altura em que só havia um ou dois de Coruche”⁴⁹. Neste contexto, o historiador Georges Braeuner (2014) releva que em meados de 1964, as emigrações portuguesa e espanhola tinham ultrapassado a italiana em número de chegadas, esta última que em 1960 representava 52% da população estrangeira da vila (num total de cerca de 2000 imigrados).

O acontecimento que terá figurado como ponto de viragem no desenrolar da emigração portuguesa deu-se em 1965, quando pouco mais de uma centena de trabalhadores portugueses chegaram a Colmar vindos do bairro de lata de *Champigny*, fruto de um esforço de uma empresa alemã que os fora contratar e transportar em autocarros para os empregar nos diversos trabalhos públicos de grande magnitude na região que se encontrava a completar. Manuel Dias⁵⁰ relata que

⁴⁷ Entrevista a Carlos Rodrigues a 28 de Fevereiro, 3 de Março de 2022, e 20 de Setembro de 2022, em Colmar.

⁴⁸ Entrevista ao Senhor Morais a 21 de Setembro de 2022, em Colmar.

⁴⁹ Entrevista ao Senhor Artur a 20 de Março de 2022, em Colmar.

⁵⁰ Uma das principais figuras da comunidade portuguesa de Colmar, Manuel Dias Vaz (ou “Manuel Vaz Dias”, como era conhecido entre os entrevistados) esteve na base da organização e articulação da mesma,

deste grupo faziam parte o seu irmão mais novo e um dos seus tios, aos quais o mesmo se iria juntar no Verão de 1965 proveniente de Lyon.

Escrever sobre a comunidade portuguesa de Colmar em profundidade sem o contributo de Manuel Dias não seria certamente possível. Visto entre os entrevistados como a principal figura da comunidade nos seus primeiros tempos, Manuel Dias residiu em Colmar entre 1965 e 1972, tendo estado profundamente envolvido nos diferentes aspetos da vida comunitária e contribuindo de forma decisiva para a sua dinamização e integração na sociedade local. Fugido clandestinamente de Portugal pelas austeras condições socioeconómicas e pela sua posição antifascista, a defesa da causa dos trabalhadores veio com a sua participação num sindicato ilegal na Covilhã para França. A saída de Colmar em 1972 significou a continuação desta contribuição, integrando diversos cargos de relevo ligados às temáticas da imigração portuguesa e geral, como no Ministério Francês da Imigração, na FASTI⁵¹; e pela participação central em diversas estruturas ligadas ao estudo e ao desenvolvimento da comunidade portuguesa, como o CEDEP⁵² e o seu contributo para a sociologia da emigração portuguesa na Universidade de Bordéus (Cordeiro, 2017; Dias, 1974; Hily & Poinard, 1985; Viader, 2009).

Portanto, a necessidade de mão-de-obra braçal e de baixa qualificação significou a fixação de um núcleo português constituído por homens solteiros num conjunto de barracões das obras nas imediações de Colmar (Ingersheim), marcando o início do desenvolvimento de uma comunidade que se começaria lentamente a engrossar com o “chamar” de familiares e amigos. Nos anos que se seguem, a expansão da comunidade terá quatro polos principais de atração que em grande refletiriam a sua constituição geográfica inicial.

Em primeiro lugar, as regiões do Alto Minho e Trás-os-Montes, compreendendo algumas terras com tradição migratória localizadas perto da fronteira, como Chaves, Montalegre, Paredes de Coura, Viana do Castelo e Arcos de Valdevez. Em segundo lugar, a região (municipal) de Coruche, que traria provavelmente o maior contingente populacional (por representação regional) e que desempenharia um papel fulcral na organização da comunidade⁵³; em terceiro lugar, também se formaram alguns núcleos de reduzida dimensão provenientes do Centro: Marinha

pelo que as referências ao seu nome (e às informações providenciadas pelo mesmo) serão abundantes durante esta parte da dissertação.

⁵¹ A Federação das Asti (Associação de Solidariedade com todos os imigrados), criada em 1967 é provavelmente a principal organização de cariz assistencial em França, congregando diversas associações (Asti) por todo o território nacional. Fasti (2021). *Notre histoire : 50 ans de luttas*. <https://www.fasti.org/50-ans-de-luttas>

⁵² O Coletivo de Estudos e Organização da Comunidade Portuguesa, fundado entre 1982 e 1983, teve como principal objetivo galvanizar e reorganizar a relação da comunidade portuguesa com a sociedade civil portuguesa e francesa, marcando uma viragem representativa que pragmatizava a permanência dos Portugueses em França (Hily & Poinard, 1985; Cordeiro, 2017).

⁵³ De acordo com António de Sousa, um dos precursores da emigração coruchense terá sido um senhor chamado Francisco Aço, que depois difundiria junto dos seus conterrâneos as oportunidades em França quando voltava a Coruche. Entrevista a António de Sousa a 16 de Março de 2022, em Colmar.

Grande, Guarda, Castelo Branco e Cantanhede; por fim, remontando ao início dos anos 70, teve início uma forte corrente migratória originária da região da Póvoa do Varzim⁵⁴.

No geral, a maioria destes ciclos prolongaram-se para além de 1974 e funcionaram numa lógica do “passa-a-palavra”, em que a atração migratória se constituía essencialmente por uma cadeia de base aldeã e familiar: a totalidade dos entrevistados afirma ter vindo para França devido ao conhecimento ou influência exercida por alguém no seu círculo social próximo, nomeadamente ao nível familiar.

Os dados analisados por Rosa Silva (1991) em relação à emigração legal para a área consular de Estrasburgo⁵⁵ permitem corroborar e também complementar estas afirmações, identificando primeiramente, uma ligeira emigração singular masculina de carácter predominantemente clandestino de idades superiores a 40 anos até 1966/8, tomando a partir daí uma dimensão quantitativa e qualitativa bastante diferente. Esta alteração de dinâmicas caracterizou-se por uma forte intensificação de partidas masculinas seguida (em 1970) de um afluxo migratório de mulheres e crianças, no que constituiria uma alteração para um tipo de emigração predominantemente familiar (o que é parcialmente confirmado tendo em conta a amostra dos emigrantes entrevistados).

Atendendo aos dados de Georges Braeuner (2014, p. 266), no início de 1967 já se contavam oficialmente 253 portugueses a residir na cidade. Tendo em conta as informações acima elencadas, é possível afirmar que a emigração portuguesa para Colmar começa a tomar contornos significativos a partir de 1967/8, no qual o dinamismo de base associativista e comunitária vai ser o seu principal motor de desenvolvimento e inserção na sociedade local.

⁵⁴ Esta descrição baseia-se numa síntese feita a partir das informações orais providenciadas pelos entrevistados, destacando Manuel Dias e António de Sousa.

⁵⁵ O Consulado Português de Estrasburgo abrange a região da Alsácia, mas também departamentos da região da Franche-Comté (Belfort, Haute-Saône, Doubs) e da Lorena (Vosges).

Capítulo 5: Condições de Habitação e Trabalho

As condições de trabalho e habitação encontradas pelos emigrantes portugueses na chegada a Colmar pautaram-se na sua generalidade pelo seu carácter degradante, refletindo a baixa condição socioeconómica de uma comunidade que ocupava os trabalhos menos valorizados socialmente e as casas mais antigas e insalubres. As marcas gerais desta participação socioeconómica serão uma relativa estagnação ao nível profissional e uma progressão ao nível habitacional, uma vez que os portugueses manterão uma posição na escala inferior social, enquanto conseguem desenvolver a capacidade económica para sair de uma situação de precariedade e vulnerabilidade.

5.1 - Condições de Habitação

Dentro das condições habitacionais, encontramos uma primeira vertente que dizia respeito aos barracões das empresas de construção civil e da indústria, bem como instalações agrícolas dos proprietários das plantações. Esta primeira vertente está principalmente ligada com emigração masculina não-familiar. Ao chegarem a Colmar nos primeiros tempos da “nova emigração”, estes integravam normalmente uma de três atividades económicas: a indústria, a construção civil e (em menor grau) a agricultura. Muitas das empresas que recrutavam trabalhadores concediam alojamento aos seus trabalhadores, nomeadamente devido à sua localização em localidades mais arredadas da cidade de Colmar.⁵⁶

Como primeiro exemplo encontramos o já referido coletivo de trabalhadores masculinos solteiros das obras públicas que habitavam em barracões pré-fabricados cuja construção remontava ao período pós-guerra. De acordo com Manuel Dias, este conjunto de “casas precárias” teria sido construído pouco depois da guerra de forma a garantir alojamento aos locais, dada a destruição a larga escala que tinha pejado a Alsácia, sendo mais tarde atribuído aos imigrantes necessitados aquando da sua chegada⁵⁷. Outros exemplos dados por entrevistados atestam à existência de sistemas semelhantes nos setores industrial e agrícola.

O Sr. Costa, pouco depois de chegar a Colmar em 1971, encontrou trabalho numa empresa alemã (Hild) através de uns conterrâneos que havia conhecido nas ruas da cidade. Esta empresa familiar⁵⁸ do ramo metalúrgico estava localizada em Jepsheim (a 12 quilómetros de Colmar), onde trabalhariam já bastantes portugueses, e possuía alojamentos que havia arrendado/comprado naquela localidade. De acordo com este entrevistado, as condições de habitação seriam satisfatórias, havendo uma cozinha e um quarto para si e os seus dois amigos com os quais

⁵⁶ Informação elaborada com base no coletivo das entrevistas realizadas.

⁵⁷ Baseado nas entrevistas a Manuel Dias e o livro de sua autoria (Dias, 1974).

⁵⁸ Galva-Hild. (n.d.). *Historique*. <https://www.galvahild.fr/lentreprise/historique/>

emigrou⁵⁹. O Sr. Artur chegou à região de Colmar em 1968, juntando-se à sua irmã e ao seu cunhado em Mittelwihr (11 quilómetros de Colmar) para trabalhar na vindima durante cerca de um ano, ficando alojado num edifício comum para os trabalhadores agrícolas⁶⁰. Semelhante situação ocorreu com o Sr. Morais, que em 1963 assinou um contrato previamente em Paris para trabalhar numa quinta vinícola em Ammerschwihr que lhe garantia alojamento e alimentação⁶¹.

O avolumar da chegada de portugueses, quer seja pela intensificação da emigração masculina singular ou pelo começo de uma emigração de tipo familiar, fez aumentar a procura por habitações e deslocá-la para os locais que seriam capazes de corresponder com semelhante oferta. Na primeira metade dos anos 60 em Colmar (1961), tinha-se começado a empreender a construção de uma zona residencial (ZUP) na parte ocidental da cidade que criaria cerca de 3400 alojamentos, até então uma extensão de terrenos agrícolas, que apenas paulatinamente conseguiria dar vazão aos crónicos problemas habitacionais que a mesma enfrentava desde a guerra e que se agravavam com a crescente chegada de migrantes: um relatório municipal de 1963 estimava que, apesar da construção de 5 mil alojamentos (1/3 do parque habitacional) até então, seriam necessários mais 1500 para cobrir as necessidades dos habitantes (Braeuner, 1982, 2014).

Neste sentido, o centro da cidade de Colmar cedo se tornou um local de habitação por excelência dos emigrantes portugueses. As casas em enxaimel tradicionais da Alsácia que pautavam o centro encontravam-se fortemente degradadas devido à sua antiguidade (a construção de várias destas casas remontava à Idade Média), constituindo-se como uma das únicas opções disponíveis para os emigrantes que teriam de procurar alojamento por sua conta. De acordo com as informações apresentadas pelos entrevistados, a insalubridade e a exiguidade do espaço era a marca de água destes alojamentos⁶², bem como atestando à importância das ligações familiares e informais no processo da sua obtenção.

O Sr. Palma ficou alojado na casa de uma das suas tias no centro quando chegou à cidade em 1971 (e alugaria uma na mesma zona alguns meses depois, aquando da chegada da sua mulher) relatando as “poucas condições” que estas casas tinham: a existência de sistemas de saneamento básico, como casas de banho, não era algo que fazia parte das habitações; o fogão da casa era utilizado tanto para aquecimento da habitação como para a elaboração de refeições; o equipamento mobiliário era bastante reduzido, o que se mostrava na existência de um sofá em que Joaquim dormia com a sua mulher⁶³. António de Sousa, que emigrou com a sua família ainda em criança (7 anos) confirma esta descrição geral, atestando também à inexistência de privacidade

⁵⁹ Entrevista ao Senhor Costa a 8 de Março de 2022, em Colmar.

⁶⁰ Entrevista ao Senhor Artur a 20 de Março de 2022, em Colmar.

⁶¹ Entrevista ao Senhor Morais a 21 de Setembro de 2022, em Colmar.

⁶² Podemos encontrar um paralelismo com o estudo de Michel Poinard sobre os portugueses em Lyon, no qual identifica uma grande presença portuguesa nos edifícios antigos (pela via da ocupação) no centro da cidade. Poinard, M. (1972). Les Portugais dans le département du Rhône entre 1960 et 1970. *Revue de géographie de Lyon*, 47(1), 35-58.

⁶³ Entrevista ao Senhor Palma a 18 de Março de 2022, em Colmar.

entre os diferentes andares das casas: as escadas de acesso aos andares eram comuns e passavam no meio dos apartamentos⁶⁴.

Manuel do Carmo providencia também um relato pertinente: o seu primeiro alojamento fixo foi obtido em meados do ano de 1970 (chegou em Janeiro desse ano), que consistia num quarto no sótão de uma casa no centro da cidade (Rue des Marchands). Apesar da exiguidade do seu espaço, Manuel ainda aí viveu durante alguns anos com a sua mulher, que chegou no final do ano com ambos os filhos, e que seria ainda aumentada com o nascimento da sua terceira filha no ano seguinte. De acordo com o entrevistado, o sótão fazia parte de uma casa antiga com seis quartos que eram ocupadas maioritariamente por famílias de portugueses, fazendo-se valer do carvão que os antigos habitantes tinham deixado para se aquecer durante os frios invernos⁶⁵.



Figura 5 - Rue des Marchands, Colmar
Fonte: Archi-wiki, através dos Arquivos Municipais de Colmar

Quanto a esta questão, Manuel Dias afirma que a maioria das casas em que os portugueses viviam no centro da cidade pertenceriam a famílias de imigrantes italianos que já estavam em Colmar há algumas décadas, falando de “uma exploração de imigrantes por imigrantes”. Ou seja, face à falta de opções de alojamento, os portugueses eram levados a aceitar a pagar rendas desproporcionalmente altas pelas paupérrimas condições das habitações que alugavam, agravando ainda mais a sua precariedade e degradação⁶⁶.

Para além destes casos mais específicos, não podemos deixar de fora todas as outras variantes de partilha de alojamento aqui não referidas. Foram muitos os emigrantes que recorreram a amigos e família para a obtenção de alojamento temporário, servindo como um período intermédio para a obtenção de uma casa para a retoma/construção de uma vida em família. Para além destes, também chegaram a Colmar vários emigrantes portugueses que se viram sem a possibilidade de encontrar alojamento por estas vias, ficando à mercê de uma eventual ajuda dos serviços de assistência das associações civis de Colmar⁶⁷.

Mais uma vez, o testemunho de Manuel do Carmo é revelador das dificuldades que alguns emigrantes encontraram à chegada. Tendo emigrado com um conterrâneo que levava a direção de um cunhado, Manuel tinha rapidamente arranjado trabalho para uma empresa paisagista, mas as

⁶⁴ Entrevista a António de Sousa a 16 de Março de 2022, em Colmar.

⁶⁵ Entrevista a Manuel do Carmo a 26 e 28 de Fevereiro, 1, 3 e 7 de Março de 2022, 20 de Setembro de 2022, em Colmar.

⁶⁶ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

⁶⁷ Esta informação baseia-se numa síntese realizada através dos testemunhos orais recolhidos por via das entrevistas realizadas.

condições climatéricas (costumava nevar intensamente durante o inverno)⁶⁸ não permitiram que começasse logo a trabalhar. Todavia, o seu companheiro ficou alojado na casa do seu familiar e Manuel ficou entregue à sua sorte, sem os meios para conseguir obter um teto sobre a sua cabeça. Dormiu durante alguns dias na Gare, até ter encontrado um português que lhe falou de um centro de acolhimento para os portugueses dirigido por Manuel Dias (este aspeto será explorado mais tarde) e que o acompanhou até lá, onde pôde então por uma soma simbólica dividir um quarto com outro emigrante, tendo direito a uma cama com cobertores e serviço de lavandaria até que encontrasse trabalho e mediante a prestação de ajuda com a manutenção do aquecimento⁶⁹.

Com o passar dos anos, a progressiva construção da ZUP (que apenas se finalizaria em 1977 e iria alojar um em cada cinco colmarianos⁷⁰) começou a constituir-se como um garante de alojamento para alguns emigrantes portugueses⁷¹, enquanto o centro da cidade sofreria trabalhos de reconstrução a partir de 1968⁷² que pressionariam a saída das pessoas mais desfavorecidas. Tem-se como exemplo o Sr. Palma, que em 1973 foi morar com a sua mulher para o novo *quartier*⁷³. Manuel Dias explica que outra das soluções encontradas pelos portugueses foi a compra de terrenos e/ou habitações antigas que procuravam reconstruir, dado o *savoir-faire* de muitos destes na construção civil⁷⁴.



Figura 6 - A construção do quartier Europe (ZUP) em 1965

Fonte: Site do Concelho de Cidadãos de Colmar

5.2 - Condições de Trabalho

As atividades económicas ocupadas pelos portugueses em Colmar estavam dispersas por todas as áreas. Desde a agricultura aos serviços, estes foram desempenhar os trabalhos que os franceses viam como “não-desejáveis”, caracterizados por uma valorização socioeconómica reduzida ou

⁶⁸ É importante ressaltar que Manuel do Carmo chegou a Colmar no mês de Janeiro, no início do Inverno.

⁶⁹ Entrevista a Manuel do Carmo a 26 e 28 de Fevereiro, 1, 3 e 7 de Março de 2022, 20 de Setembro de 2022, em Colmar.

⁷⁰ C.Colmar. (2020, September 7). *Le Quartier Europe-Schweitzer*. <https://c.colmar.fr/le-quartier-europe-schweitzer>.

⁷¹ O Centro dos Portugueses de Colmar conseguiu reservar junto da *Mairie* um “lote” de apartamentos direcionados ao aluguer dos portugueses. Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

⁷² Société d’Histoire et d’Archéologie de Colmar (2004). *Colmar de 1945 à 1970 : entre tradition et modernité (Annuaire 2003-2004)*. Publication de la Société d’Histoire et d’Archéologie de Colmar, p. 285.

⁷³ Entrevista ao Sr. Palma a 18 de Março de 2022, em Colmar.

⁷⁴ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

inexistente e um pendor eminentemente físico. Num contexto de uma necessidade premente de mão-de-obra para a reconstrução da economia alsaciana, cada homem e mulher que pudesse fazer valer as suas competências laborais essencialmente indiferenciadas (dada a baixa escolaridade da maioria dos emigrantes e a procura de mão-de-obra dentro destes parâmetros pelo patronato) era bem-vindo a este esforço coletivo que requeria acima de tudo o elemento quantitativo (Noiriel, 2006).

À semelhança de outras regiões francesas, a representação económica dos portugueses de Colmar vai-se fazer sentir com particular intensidade na indústria e nos serviços. Ainda que a agricultura absorvesse uma parte não-negligenciável de emigrantes no período inicial migratório, este forte setor da economia alsaciana vai progressivamente perdendo força com o desenrolar dos Trinta Gloriosos, fruto da sua (lenta) modernização e mudança na forma de exploração agrícola (da exploração familiar para a exploração de cereais em escala): entre 1968 e 1975, a população ativa na agricultura desceu de 11 para 4,7% (Vogler & Hau, 1997, p. 308-310).

A indústria colmariana, à semelhança da alsaciana, sofre também uma profunda modernização a partir do final dos anos 50, com a declinante indústria têxtil (que empregava nessa altura 61% dos trabalhadores industriais colmarianos) a ser suplantada pela vinda de uma quantidade considerável de empresas (muitas delas estrangeiras⁷⁵) de diversos setores industriais que ali se implantaram: a indústria automóvel, aeronáutica, mecânica, metalúrgica, das obras públicas, cerâmica e química foram as que mais criaram emprego neste período (Braeuner, 1983, 2014; Braeuner & Lichtlé, 2006; Vogler & Hau, 1997). No caso de Colmar, a indústria mostrava poucos sinais de fulgor desde a recuperação da guerra, sendo descrita pela Câmara de Comércio local em Abril de 1958 como “estando a marcar passo” (Braeuner, 2014, p. 250).

Com isto em mente, as autoridades locais iriam avançar com a criação de um polo industrial na zona norte da cidade com vista a procurar dar a volta à estagnação industrial colmariana, como parte de um plano de desenvolvimento desenhado a partir de 1955-6 que tinha como base a atração de pequenas e médias indústrias descentralizadas no plano nacional através de benefícios fiscais e da sua posição geográfica, o que se mostrou numa aposta certa. Esta marcaria um ponto de viragem no dinamismo industrial da cidade, uma vez que alguns meses depois as autoridades locais conseguiram atrair a multinacional americana Timken (fabrico de rolamentos) a fixar na zona industrial as suas operações francesas, com vista a substituir o seu declinante polo em Asnières (Paris) (Braeuner, 1983, 2014; Braeuner & Lichtlé, 2006; Pruitt, 1998).

De acordo com Georges Braeuner (1983, 2014), este acontecimento pode ser visto como o prelúdio para um desenvolvimento industrial mais vasto, permitindo atrair outras empresas e dinamizar as indústrias existentes, e acima de tudo garantir emprego aos locais, muitos dos quais que até então tinham de o procurar nas minas de potássio ou nas fábricas de Mulhouse. A

⁷⁵ Braeuner (1983) aponta que entre as 13 maiores empresas colmarianas em 1980, apenas 5 eram francesas.

instalação da Liebherr na diversificada zona industrial norte e a criação de uma nova zona industrial no setor oriental da cidade em 1963 seriam manifestos sinais dessa nova vitalidade, que se iria acentuar no desenrolar da década (Braeuner, 1983; Braeuner & Lichté, 2006; Société d'Histoire et d'Archéologie de Colmar, 2004).

Para além disto, a reconstrução e desenvolvimento infraestrutural na região colmariana seria, como já vimos, um fator de absorção e atração de mão-de-obra estrangeira, tendo os emigrantes portugueses desempenhado um papel importante nas atividades relacionadas com as obras públicas e a construção civil. Enquanto o segundo termo se aplica à generalidade das empreitadas (e trabalhos) de construção para empresas privadas, o primeiro termo refere-se às grandes obras civis que o Estado francês colocou a cargo de variadas empresas para a sua completação, tendo Manuel Dias destacado alguns dos seus eixos principais.

Em primeiro lugar, as diversas estradas e equipamentos que se foram construindo pela Alsácia naquele período, como a construção da autoestrada 35 que atravessa a Alsácia longitudinalmente, ligando mais facilmente o país à Alemanha e Suíça (finalizado em 1965), bem como (por exemplo) outros trabalhos de abertura de valas e canais; em segundo lugar, a construção do sistema de aquecimento urbano na periferia de Colmar (começou em 1960) que garantiria aquecimento às casas da cidade na generalidade; a já falada construção da ZUP, o extenso bairro da zona ocidental da cidade cuja construção se estendeu durante 14 anos (1963-1977) e passaria a albergar 20% dos habitantes da cidade; e ainda o alargamento do hospital Louis Pasteur em Colmar, que fora concluído em 1968⁷⁶.

Em consonância com a descrição anterior, a totalidade dos entrevistados masculinos relatou trabalhar na indústria ou na construção civil em alguma altura do seu percurso profissional. O relatório da Insee de 1978 para a economia alsaciana mostra que nos anos 1968 e 1973 a generalidade dos setores industriais apresentavam um salário médio superior à construção civil, que se apresentava como o setor de atividade mais mal remunerado⁷⁷. Entre os ramos em que se concentraram, encontramos uma miríade de empresas industriais: desde a indústria têxtil (Tricot France⁷⁸), passando pela indústria da celulose (Béghin⁷⁹) e a indústria da serração (Scerie Olry⁸⁰), até à metalurgia (Louis Matussièrre, Pistons de Colmar, Liebherr), prova de um dinamismo industrial na região que concentrava muitas fábricas dispersas pelos arredores de Colmar, em vilas como Ingersheim, Turckheim, Kunheim e Jebnheim.

⁷⁶ Informação baseada nas entrevistas a Manuel Dias e (Braeuner, 1983, 2014; Braeuner & Lichté, 2006; Société d'Histoire et d'Archéologie de Colmar, 2004).

⁷⁷ Insee. (1978). Op. cit., p. 145.

⁷⁸ Les Echos (1992, March 19). *Tricot-France renonce au jersey*. <https://www.lesechos.fr/1992/03/tricot-france-renonce-au-jersey-922952>. Joaquim Palma (entrevistado) trabalhou durante toda a sua vida profissional nesta empresa, referindo a progressiva desaceleração da sua atividade.

⁷⁹ Bodin, L., & Sollier, D. (2015, February 18). *Ça roule pour le papier Lotus à Kunheim*. L' Alsace. <https://www.lalsace.fr/haut-rhin/2015/02/18/ca-roule-pour-le-papier-lotus-a-kunheim>

⁸⁰ L'Alsace. (2010, June 8). *Turckheim. La Scierie Olry Cherche un repreneur*. Retrieved May 23, 2022, from <https://www.lalsace.fr/haut-rhin/2010/06/09/la-scierie-olry-cherche-un-repreneur>

Quanto aos empregadores da construção civil, não foi possível recolher entre os entrevistados os nomes exatos dos mesmos, mas existem informações que apontem para uma presença muito ativa dos portugueses neste setor de atividade. De acordo com Manuel Dias, teriam sido fundadas naquele período algumas empresas portuguesas dedicadas à construção civil por alguns membros da comunidade, como Filipe Balsa, permitindo o potenciamento e valorização profissional e social da mesma⁸¹. Nos dias de hoje, a principal referência empresarial ligada à comunidade portuguesa é a Armindo Frères (Irmãos Armindo), fundada por dois irmãos portugueses que se haviam especializado na construção civil⁸².

A pequena amostra entre a população feminina permitiu também reforçar uma imagem comum da historiografia da emigração, relevando uma maior representação no setor dos serviços, seguindo-se pela indústria e a agricultura. Neste contexto, os trabalhos desempenhados pelas mulheres centravam-se sobretudo na limpeza, compreendendo espaços como edifícios públicos e privados, e casas particulares.

A título ilustrativo, Alice do Carmo (esposa de Manuel do Carmo) conseguiu trabalho como empregada de limpeza na Biblioteca de Colmar, tendo depois trabalhado como “governanta” em casas particulares⁸³. António de Sousa relata que a sua mãe trabalhou durante toda a sua vida em Colmar como “governanta” do Convento dos Dominicanos de Colmar⁸⁴. Ainda, o Sr. Artur relata que a sua mulher trabalhou nos espaços verdes da *Mairie* de Colmar (jardinagem) numa primeira fase, sendo que esta última facilitaria a obtenção de habitação para a sua família.⁸⁵ A este respeito, Manuel Dias acrescenta que a primeira empresa portuguesa de dimensão relevante constituída em Colmar seria dedicada a serviços de limpeza⁸⁶.

O horário de trabalho dos emigrantes variava consoante as motivações dos mesmos, ainda que o horário regular de trabalho estabelecido por lei fosse de 8 horas diárias⁸⁷. Na verdade, a maioria dos mesmos fazia-se valer da procura e da necessidade (sua e dos patrões) para estender as suas jornadas laborais ao máximo, aproveitando (também) o pagamento de horas suplementares. A perspetiva do emigrante comum era a de amealhar o máximo de dinheiro possível com vista a um regresso ao país, olhando para a sua estadia em Colmar como temporária⁸⁸.

⁸¹ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

⁸² Armindo Frères Construction (n.d.). *Notre Histoire*. <http://armindo-freres.com/notre-histoire/>

⁸³ Entrevista a Manuel do Carmo a 26 e 28 de Fevereiro, 1, 3 e 7 de Março de 2022, 20 de Setembro de 2022, em Colmar.

⁸⁴ Entrevista a António de Sousa a 16 de Março de 2022, em Colmar.

⁸⁵ Entrevista ao Senhor Artur a 20 de Março de 2022, em Colmar.

⁸⁶ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

⁸⁷ Informação baseada no coletivo das entrevistas e no relatório do Insee para a economia alsaciana em 1978. Insee. (1978). Op. cit.

⁸⁸ A informação presente neste parágrafo e no parágrafo seguinte baseia-se numa síntese realizada através dos testemunhos orais recolhidos por via das entrevistas realizadas.

Os salários que auferiam encontravam-se normalmente dentro dos mínimos decretados por lei, pelo que era normal entre os emigrantes trabalhar-se mais do que 10 horas diárias. Para além disso, muitos deles aproveitavam também para trabalhar de forma não declarada ao fim-de-semana, fazendo por exemplo “biscates” para famílias francesas⁸⁹. Estes trabalhos envolviam serviços de jardinagem e limpeza nas casas dos últimos, como também a ajuda na sua construção: Manuel Dias relata que neste período muitos franceses se encontravam a construir as suas casas, pelo que os préstimos de portugueses especializados nesta área eram comuns⁹⁰.

As condições enfrentadas pelos trabalhadores no local de trabalho admitem uma interpretação subjetiva pelos entrevistados. Pode-se partir de uma base comum que aponte o grande esforço físico como algo que perpassava os trabalhos na construção civil e na indústria, uma vez que as funções desempenhadas pelos emigrantes obrigavam frequentemente a um transporte e montagem manual de objetos pesados, adicionando também a precariedade que pautava os locais de trabalho. No que diz respeito a este último aspeto, torna-se difícil qualificar de forma específica como seria esta “dureza” no dia-a-dia dos trabalhadores. À exceção de um entrevistado (Carlos Rodrigues), que mencionou especificamente o peso das condições climáticas (o frio) e a falta de descanso dada pelos chefes de equipa⁹¹, e de Helena Costa, que referiu em específico a dificuldade inicial em adaptar-se ao trabalho operário devido à sua idade e às árduas condições que enfrentou⁹²; os restantes deram respostas muito vagas ou evitaram falar sobre este tema de uma forma algo lisonjeira, o que poderá ser uma mostra de uma reticência em lembrar tempos de maior dificuldade.

Contudo, encontra-se neste evitamento um dado relevante para a compreensão deste aspeto. Quando questionados sobre as condições de trabalho, muitos entrevistados responderam que a dureza do trabalho era um fator comum, todavia relativizando-o face à experiência laboral que levavam de Portugal. Manuel do Carmo resume bem esta descrição empírica, afirmando que em França “nunca corriam atrás da gente como faziam lá em Portugal”⁹³.

⁸⁹ Ver Cravo, 1995. De acordo com o autor, a perceção social do trabalho “por biscates” em Portugal era (e é) visto de forma positiva e normalizada, sendo um hábito fortemente ancorado na cultura nacional.

⁹⁰ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

⁹¹ Carlos Rodrigues relata que na sua empresa havia um grande problema de organização laboral, pelo que haveria demasiados operários para o trabalho que seria necessário fazer. Nesse sentido, os chefes de equipa procuravam manter a força de trabalho sempre ativa, mesmo que fosse a desempenhar tarefas que não servissem nenhuma utilidade aparente, de forma a agradar aos seus superiores. Entrevista a Carlos Rodrigues a 28 de Fevereiro, 3 de Março de 2022 e 20 de Setembro, em Colmar.

⁹² Helena Costa referiu que os seus pais não queriam que esta andasse na escola com os franceses após a sua chegada (em 1968, quando tinha 14 anos), devido às potenciais influências negativas que poderia ter no seu crescimento e educação. Esta visão familiar conservadora ditou o começo da sua vida profissional no ano seguinte, acordando todos os dias às quatro horas da madrugada para trabalhar 40 horas por semana numa fábrica de tecelagem a partir dos seus 15 anos. Entrevista a Helena Costa a 8 de Março de 2022, em Colmar.

⁹³ Entrevista a Manuel do Carmo a 26 e 28 de Fevereiro, 1, 3 e 7 de Março de 2022, 20 de Setembro de 2022, em Colmar.

Ou seja, a exploração laboral a que estavam frequentemente sujeitos em Portugal (Manuel do Carmo trabalhava 16 horas por dia numa bomba de gasolina antes de partir para França a ganhar 1\$800 por mês) tornavam a sua perceção das condições encontradas em França como relativamente mais ligeiras, ao que se acrescentava a existência de benefícios laborais (pagamento de horas extraordinárias e o cumprimento de um horário fixo de trabalho) que conheciam uma mais frequente aplicação para além do nível teórico, para além de um salário que em termos comparativos lhes garantia um poder de compra maior tanto em França como em Portugal: Carlos Rodrigues passou de ganhar 60\$ por dia em Portugal para o equivalente a 32\$ (4 francos) por hora em França a trabalhar na construção civil, atestando à diferença avassaladora dos rendimentos entre ambos os países⁹⁴.

Dentro do local de trabalho, a quase totalidade dos entrevistados relatou possuir uma boa relação com os patrões. Pode-se incorrer aqui num enviesamento, uma vez que uma grande parte dos entrevistados relataram trabalhar durante um período significativo (senão na sua totalidade) da sua vida profissional para apenas um empregador, descrevendo percursos de 30 a 40 anos. A qualidade de uma “boa relação” patrão-empregado pode ser descrita nas informações recolhidas como uma ausência de conflitos, o que também poderia derivar de uma exiguidade na comunicação que se reduzia aos aspetos mais práticos e objetivos do cumprimento das tarefas.

É importante acrescentar que a falta de domínio da língua francesa por parte dos trabalhadores se constituía como uma barreira a uma comunicação mais aprofundada, especialmente nos primeiros tempos. Por exemplo, Carlos Rodrigues e o Sr. Morais apontaram que quando começaram a trabalhar, a comunicação com os patrões se fazia essencialmente através de gestos⁹⁵; João Pires aponta que um dos problemas mais comuns consistia na incompreensão de ordens verbais dos chefes: “o patrão mandava ir buscar uma coisa, a gente ia buscar outra”⁹⁶.

Por outro lado, não queremos dizer que os emigrantes se demonstravam como totalmente submissos ou distantes no relacionamento com as suas chefias. O Sr. Costa descreve o exemplo do seu conflito com o primeiro patrão, que iria resultar na sua própria demissão: após regressar de umas férias que tirou para ir a Portugal passado um ano e meio de trabalho, o entrevistado foi informado (ainda dentro do período de férias) que teria de ir trabalhar no dia seguinte, apesar de não se encontrar fisicamente capaz (fora jogar futebol na noite em que voltou de uma viagem bastante longa e cansativa); uma vez que não se apresentou ao trabalho, o patrão ameaçou-o de despedimento em caso de reincidência, o que levou o Sr. Costa a demitir-se⁹⁷.

No outro polo, temos a exceção (positiva) de Manuel do Carmo. Manuel desenvolveu uma relação de maior proximidade com o seu chefe ao longo dos anos, fruto do seu comprometimento

⁹⁴ Baseado nas entrevistas da generalidade dos entrevistados.

⁹⁵ Informação baseada nas entrevistas a Carlos Rodrigues e ao Senhor Morais.

⁹⁶ Entrevista a João Pires a 5 de Março de 2022, em Colmar.

⁹⁷ Entrevista ao Sr. Costa a 8 de Março de 2022, em Colmar.

e dedicação ao trabalho, o que levou a que o último lhe confiasse a representação da filial da empresa nas reuniões do Conselho de Administração em Paris (mesmo que o domínio do francês de Manuel fosse reduzido). De acordo com o entrevistado e o seu antigo chefe de equipa, isto teria suscitado alguma inveja entre os seus colegas de trabalho, pois a perceção da promoção/valorização de um trabalhador português era algo bastante estranho à realidade laboral francesa, levando a que um dos subchefes procurasse causar a sua demissão com base em preconceitos étnicos⁹⁸.

No relacionamento com os colegas de trabalho, os entrevistados destacaram a existência de uma entreajuda entre os trabalhadores portugueses e também um bom relacionamento com colegas de outras proveniências (Itália, Jugoslávia, Argélia, Marrocos), ainda que fosse mais comum trabalharem em equipas compostas maioritariamente ou totalmente por portugueses. Contudo, referiram certas formas de discriminação por parte dos trabalhadores locais (alsacianos), que se serviam do dialeto local alsaciano para comunicar entre eles de forma que os portugueses não pudessem compreender: de acordo com Francisco Tiago, por vezes esta recusa de comunicação era uma forma de os prejudicar no trabalho⁹⁹.

Quanto à progressão laboral dos emigrantes, a sua evolução não se estenderia além da chefia de uma equipa de trabalho. A falta de qualificações laborais e académicas mostrava-se como um forte entrave à obtenção de postos de maior responsabilidade e remuneração, que se aliava a variados fatores perniciosos de carácter pessoal e contextual.

Em primeiro lugar, a já falada limitação geográfica e profissional obrigava os trabalhadores portugueses a ocupar os postos de trabalho disponíveis, que se entendiam normalmente como os que não eram pretendidos pelos franceses. Em segundo lugar, esta estruturação laboral limitante *a priori* do seu estatuto socioeconómico aliava-se também à vontade do patronato em manter uma mão-de-obra flexível e barata, pelo que a menor abertura ou ignorância dos próprios emigrantes em potenciar o seu capital profissional era frequentemente vista com bons olhos. Estes cursos, que de resto, que em si eram de difícil acesso aos emigrantes portugueses: em 1968, o acesso dos mesmos aos cursos nacionais FPA (Formação Profissional para Adultos) representava cerca de 6% dos 10% alocados aos emigrantes (0,6% do total), enquanto representavam 33% da população estrangeira em França (Sousa, 1972; Cravo, 1995).

Ainda, alguns entrevistados mencionaram a existência do que António Cravo descreveu como “terceiro homem (...) o intermediário entre o dinheiro e a miséria” (Cravo, 1995, p. 54). Estes seriam emigrantes que chegaram numa fase mais inicial do processo migratório português, servindo-se do seu conhecimento mais aprofundado da realidade local para explorar os seus compatriotas. Recorrendo às palavras do Senhor Morais, a ingenuidade e inocência dos portugueses, que “vinham de olhos fechados para Colmar”, era manuseada por indivíduos que

⁹⁸ Informação baseada nas entrevistas a Manuel do Carmo e Jean-Claude.

⁹⁹ Entrevista a Francisco Tiago a 5 de Março de 2022, em Colmar.

lhes arranjavam trabalho através de uma soma monetária, ou até de alguém que se fazia passar por agente bancário e prometia em vão o envio de remessas para Portugal¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Informação baseada nas entrevistas a Manuel do Carmo, Carlos Rodrigues, Senhor Morais e Senhor Andrade.

Capítulo 6: Os portugueses de Colmar: da obscuridade à visibilidade social

O desenvolvimento, dinamização e organização da comunidade portuguesa de Colmar vai-se eschematizar com base numa cooperação que terá como intervenientes as principais instituições de cariz assistencial e associativo na região, e um conjunto de portugueses imbuídos de uma maior preocupação e consciência face aos desafios sociais e políticos presentes na inserção do seu conjunto em Colmar, entre os quais se nomeiam Manuel Dias e António Martins.

Como já fora falado, Manuel Dias chegou a Colmar em Agosto de 1965, por ocasião de uma visita de férias ao seu irmão mais novo e ao seu tio, que faziam parte do contingente migratório que havia sido recrutado do *bidonville* de Champigny. Esta pequena comunidade portuguesa da “nova vaga”, constituída por cerca de uma centena de portugueses que se tinha estabelecido à volta de um *chantier* de obras públicas, tinha desenvolvido uma forte solidariedade e entreajuda interna¹⁰¹ que evocou em Manuel a mudança face à sua difícil condição de vida em Lyon, rapidamente se juntando aos seus familiares e arranjando trabalho na sua empresa.

A vivência em condições precárias e numa situação caracterizada pela degradação e marginalidade levou ao desenvolvimento de uma forte solidariedade intercomunitária: a baixa valorização das suas atividades socioeconómicas e a sua falta de organização e visibilidade traduzia-se numa perceção de distanciamento e afastamento por parte da sociedade local, que mantinha uma relação praticamente inexistente com os primeiros. A negatividade desta imagem acentuava-se com a agressividade reativa de uma comunidade inicialmente constituída por homens sozinhos, que por vezes provocavam desacatos em eventos sociais locais devido à perceção de uma estigmatização constante¹⁰².

A expansão da comunidade nos anos seguintes com base em redes familiares e de amizade (a vinda de familiares e conterrâneos) contribuíram para o aumento da visibilidade da comunidade, que se mostrava acima de tudo na sua vertente mais negativa. A falta de meios socioeconómicos entre os portugueses, que se traduzia na ocupação de trabalhos desvalorizados e de habitações fortemente degradadas, imbricava em imagens de pobreza e miséria como a que Manuel Dias descreveu: “a maioria dos portugueses ia aos aterros buscar bicicletas e móveis velhos” que os franceses se haviam desfeito, projetando uma imagem de “pessoas vindas de um país pobre e pacatas”¹⁰³.

¹⁰¹ Podemos desenhar uma analogia com o exemplo das redes de solidariedade desenvolvidas entre os emigrantes de Queiriga estudados por Maria Beatriz Rocha-Trindade. O facto de um reduzido número de emigrantes partilhar um espaço habitacional conjunto num espaço que lhe é desconhecido tornou necessário a manutenção de uma forte coesão dentro do seu pequeno núcleo, levando a um reforço de laços entre os seus membros (muitas vezes de carácter familiar ou de proveniência comum), isto é, o desenvolvimento de uma identidade e ação coletiva. (Rocha-Trindade, 1973).

¹⁰² Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica e (Dias, 1974).

¹⁰³ Ibid.

É neste contexto de falta de organização e invisibilidade/visibilidade negativa que Manuel Dias começa a assumir um papel determinante dentro da comunidade portuguesa. As competências linguísticas adquiridas aquando da experiência laboral anterior em Lyon desde cedo o tinham tornado numa espécie de “intérprete ou de mediador (...) entre os chefes de equipa e a comunidade portuguesa”¹⁰⁴ (Viader, 2009), pelo que a solicitação constante dos seus compatriotas e o seu sentido de dever político e cívico levaram a que se destacasse como um dos responsáveis do coletivo e da ação coletiva portuguesa, tornando-se um elo de ligação chave entre a comunidade e a sociedade local ao lado de António Martins¹⁰⁵.

António Martins era a principal figura representativa entre os portugueses da Alsácia. Um intelectual religioso progressista que trabalhava como professor de francês e inglês em Portugal, António ter-se-á refugiado em Estrasburgo em 1966 junto da sua irmã, tornando-se o *aumônier* dos portugueses nessa cidade¹⁰⁶. De acordo com Manuel Dias, António Martins tinha começado a fazer estudos em jornalismo em Estrasburgo e começou a consolidar uma rede de contactos e conhecimentos com a sociedade local nos domínios da assistência social e religiosa que se provaria vital no impulsionamento e dinamismo da comunidade portuguesa em Colmar (para além da generalidade das comunidades portuguesas da Alsácia)¹⁰⁷.

6.1 - A organização associativa da comunidade portuguesa

Neste sentido, a primeira tentativa de juntar/organizar a comunidade portuguesa de Colmar dá-se no Natal de 1967, quando António Martins lidera a organização (dentro do Conselho Paroquial da Catedral de Saint-Martin) de uma missa para os portugueses da cidade no seio dessa igreja¹⁰⁸. Manuel Dias havia passado entre parte dos anos de 1966 e 1967 a realizar uma formação profissional em Le Havre¹⁰⁹, pelo que no seu regresso é lhe pedido para fazer a intermediação entre a paróquia e a comunidade na promoção desta atividade, que juntou cerca de quatrocentos portugueses vindos de todos os cantos da região. Durante o jantar que sucedeu à missa (que ocorreu durante a tarde), António Martins, que havia fundado uma associação portuguesa em Estrasburgo alguns meses antes¹¹⁰, lançou a ideia de uma organização ao nível associativo em Colmar¹¹¹.

¹⁰⁴ Viader, A. (2009, March 10), Manuel Vaz Dias (Partie 1), Rahmi.

¹⁰⁵ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

¹⁰⁶ L'Alsace (2014, April 27). *Décès : Antonio Martins, ancien journaliste à « L'Alsace »*. <https://www.lalsace.fr/actualite/2014/04/27/antonio-martins-ancien-journaliste-a-l-alsace>

¹⁰⁷ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

¹⁰⁸ Martins, A. (1989). Op. cit., p. 45.

¹⁰⁹ Viader, A. (2009, March 10), Manuel Vaz Dias (Partie 1), Rahmi.

¹¹⁰ O próprio escreve que esta associação foi criada no início de 1967 para oferecer cursos de francês a trabalhadores que chegavam clandestinamente. (Martins, 1989, p. 44).

¹¹¹ Informação construída com base nas entrevistas a Manuel Dias e em (Dias, 1974).

É daqui que nascem várias iniciativas fundamentais para compreender a evolução/desenvolvimento da comunidade a partir de 1968, sendo a primeira a fundação do Centro Português de Colmar.

A criação em fevereiro de 1968 do Centro Português de Colmar, presidida por Manuel Dias, constitui um passo decisivo para uma maior visibilidade e expressão da comunidade. Tendo como sede original a sua casa na Rue des Cloches, será neste apartamento de um edifício bastante degradado onde os elementos mais politizados da comunidade¹¹² se começam a reunir durante o fim-de-semana, criando um espaço para a discussão e partilha de ideias em relação à vida comunitária, e de convívio e acolhimento de imigrantes portugueses, sendo que no mês de Junho alugaram uma casa localizada no andar de baixo exclusivamente para este efeito.

Deste grupo original integrariam quase na sua totalidade portugueses da zona de Coruche, que, de acordo com Manuel Dias, constituíam o subgrupo português “mais unido e com uma consciência política e sensibilidade cívica mais desenvolvida”¹¹³. A ligação à sociedade local também se mostraria como vital para a constituição da associação, encontrando junto da Paróquia de Saint-Martin¹¹⁴ e de outras associações locais (abordadas adiante) o apoio necessário para levar este projeto a avante em todas as fases do seu desenvolvimento¹¹⁵: de acordo com Manuel Dias (1974), a associação iria logo no seu início demorar cerca de um ano para conseguir se oficializar junto das autoridades francesas, como parte de um longo processo burocrático.

A data da fundação oficial ficou marcada no quadro exposto na sede (20 de Novembro de 1969), mostrando os membros da direção fundadora: Manuel Dias (Presidente, meio), Filipe Balsa (Tesoureiro, esquerda) e Guilhermino Lobeiro (Secretário, direita), ambos originários de Coruche.

Em 1970, o Centro iria começar a sua realocação para um edifício que pertencera à Igreja de Saint-Antoine na Route de Neuf-Brisach, que se mantém até aos dias de hoje como a sua sede. Um amigo de Manuel Dias (colega dele no Sindicato Progressista Católico) conseguiu interceder junto da sua mãe, que era governanta desta paróquia, de forma a conseguir o aluguer de um terreno e um edifício num estado bastante degradado. De acordo com António de Sousa,



*Figura 7 - Fundação do Centro Português de Colmar com os seus sócios fundadores.
Foto tirada pelo autor.*

¹¹² Alguns entrevistados identificaram entre os membros originais elementos da comunidade como Isaías, José Florindo, António Florindo, Mário “Padeiro”, João Mediano, Joaquim Cabeço, entre outros, como os membros fundadores Manuel Dias, Guilhermino Lobeiro e Filipe Balsa.

¹¹³ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

¹¹⁴ Manuel Dias e António Martins faziam parte do Conselho da Paróquia de Saint-Martin. A ligação e influência do último a esta instituição garantiu um apoio importante por parte da mesma na organização da comunidade. Viader, A. (2009, March 10), Manuel Vaz Dias (Partie 2), Rahmi.

¹¹⁵ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

esta antiga sala de desporto da escola da Igreja ter-se-ia tornado num estaleiro de animais durante a Segunda Grande Guerra, cabendo aos membros da comunidade um grande esforço de reparação e remodelação, que levaria cerca de um ano e meio a ser totalmente finalizado¹¹⁶.

A inauguração da nova sede dar-se-ia em 1971¹¹⁷ com toda a pompa e circunstância, contando com a presença de elementos de grande relevo da sociedade política e civil local (Presidente do Departamento do Alto Reno, Presidente da *Mairie* de Colmar, Presidente da Câmara do Comércio de Colmar, Cônsul português de Estrasburgo) e dos meios de comunicação escritos e audiovisuais da região (*L'Alsace*, DNA¹¹⁸, a rádio e televisão locais), num momento de grande exposição da comunidade portuguesa. O Centro possuía duas atividades principais, que serão exploradas mais à frente: o futebol e um centro de acolhimento¹¹⁹.

O segundo acontecimento de grande relevância diz respeito à realização bimensal (uma vez em cada duas semanas) de uma missa dominical para a comunidade portuguesa, organizada por António Martins e Manuel Dias como resposta a um pedido vindo da mesma de desenvolver uma atividade religiosa regular. Servindo de continuidade ao primeiro evento de congregação da mesma, o último afirma que isto permitiu à comunidade católica cristã em Colmar (a mais numerosa) desenvolver uma imagem mais positiva dos portugueses, uma vez que a identificação com o elemento religioso católico se apresentava como um símbolo de pertença bastante importante na cidade¹²⁰.

Este processo de abertura progressiva e gradual entre os membros da comunidade local e os portugueses vai-se adensando com outras iniciativas lideradas por Manuel Dias e António Martins. Primeiramente, a organização plurianual (3 a 4 vezes por ano) de festas/encontros em direção da comunidade, com o convite de elementos “amigos” e próximos da mesma, como representantes das autoridades francesas, as principais associações católicas da região e a comunidade italiana: a primeira teve lugar em Junho de 1968, contando com a participação de 700 portugueses. Em segundo lugar, a participação de uma comitiva portuguesa no Carnaval de Colmar em 1969/1970, uma das festividades mais populares da cidade, que permitiu servir de mostra para a comunidade no seu aspeto identitário sociocultural: a comitiva era constituída por dois portugueses que ostentaram trajes típicos do Ribatejo e do Minho¹²¹.

É no primeiro encontro dos portugueses da Alsácia em 1968 em Mont-Saint Odille (a sudoeste de Estrasburgo), que reuniu cerca de 900 pessoas, e na qual se reúnem as duas

¹¹⁶ Descrição efetuada com base nas entrevistas feitas a António de Sousa e Manuel Dias.

¹¹⁷ Esta terá sido uma das primeiras associações portuguesas em França, uma vez que não estavam recenseadas mais do que 23 associações em 1971 no Serviço de Programação e Apoio às Comunidades (SPAC) da Secretaria de Estado da Emigração. (Poinard & Hily, 1983).

¹¹⁸ O *L'Alsace* e o *Dernières Nouvelles d'Alsace* (Últimas Notícias da Alsácia) são ainda hoje as principais publicações jornalísticas da região alsaciana.

¹¹⁹ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

¹²⁰ Informação construída com base nas entrevistas a Manuel Dias e em (Dias, 1974).

¹²¹ *Ibid.*

associações portuguesas existentes naquela altura (Estrasburgo e Colmar), que se assistiria a um grande impulso para a dinamização da vida associativa na região. No seguimento do mesmo, um amigo de Manuel Dias e António Martins, que residia em Mulhouse, contactou-os no sentido de informá-los sobre o seu interesse em criar uma associação nessa cidade e pedindo ajuda para a efetivação do mesmo, para o qual o Centro contribuiu de forma significativa. A emergência desta associação convidava a uma agregação formalizada destas três comunidades, ficando a sua criação à responsabilidade de um jovem seminarista português de Estrasburgo¹²². Neste sentido, a criação da FAPA (que ficará sediada em Colmar) tem um papel de propulsão na criação de outras associações, como em Obernai e Saint-Louis, bem como o Núcleo Social dos Portugueses de Colmar, que será abordado em seguida.

Apesar da identificação política progressista do Centro e a sua postura de abertura e tolerância em relação às sensibilidades dentro da comunidade, a sua crescente proximidade com o elemento religioso trouxe consigo vozes internas de discordância. Um setor de tendências antifascistas e/ou comunistas¹²³ dentro da comunidade (principalmente prevalente entre os Coruchenses¹²⁴) via com maus olhos esta aproximação, criticando o carácter “reacionário” de uma crescente identificação da comunidade com o símbolo do catolicismo, fruto de um equacionamento da tradicional associação presente no território português entre a religião católica e o fascismo. Esta desconfiança inicial face à associação do Centro à figura de António Martins como alguém que “seria do regime”, bem como o ímpeto dinâmico associativo que se vivia, marcou a primeira grande cisão dentro da comunidade, que culminaria com a fundação da segunda associação portuguesa, o Núcleo Social Português de Colmar¹²⁵.

Fundado na nova zona urbana do *Quartier Europe* (ZUP) entre o final de 1968 e o início de 1969 por alguns membros do Centro em desacordo com o rumo “religioso” que a associação estava a tomar, o Núcleo Social emerge como o contrapeso associativo. De acordo com Manuel do Carmo e o Senhor Morais, que desempenharam funções na direção nesta associação, a fixação do Núcleo dá-se ao pé do Hospital Louis Pasteur¹²⁶, inicialmente funcionando numa garagem e pouco depois numa casa pré-fabricada. A associação cedo se depara com a limitação imposta pela

¹²² Informação construída com base nas entrevistas a Manuel Dias e em (Dias, 1974; Viader, 2009).

¹²³ Manuel Dias relata que muitas das vozes discordantes vinham de elementos opositores ao regime que não se assumiam publicamente como comunistas (o entrevistado explica que estes o revelavam em conversas privadas), devido ao medo de possíveis retaliações por parte do regime. Podemos encontrar esta “exportação do medo” de forma mais aprofundada na obra de Victor Pereira. Ver Pereira, V. (2014a). Op. cit., pp. 365-370.

¹²⁴ Manuel Dias providencia uma explicação que se apresenta plausível no contexto histórico português. De acordo com o mesmo, a “religiosidade” seria mais prevaletente entre os membros provenientes do Norte de Portugal, espelhando uma divisão existente dentro do país. António Martins relata que era rara a presença dos Coruchenses nas missas. Ver Martins, A. (1989). Op. cit.

¹²⁵ Nas variadas entrevistas (Manuel do Carmo, Sr. Andrade, António de Sousa, Carlos Rodrigues) foi mencionada a fundação do Núcleo devido a um desentendimento. Contudo, foi Manuel Dias que explicou a base do mesmo.

¹²⁶ O hospital é normalmente referenciado como o marco que separa a zona central da zona ocidental (ZUP) da cidade, uma vez que foi a partir daqui que a construção desta última se deu.

escassez de condições, identificando um terreno nas redondezas que continha uma capela velha e pedindo à *Mairie* a sua cedência para uma posterior realocização. A aceitação e disponibilização de materiais por parte da última encetou o início da construção por parte dos membros de um edifício de dois andares na Rue de l'Abbe Lemire, que funcionou até ao fecho da associação em 2019 como a sua sede¹²⁷.

A rivalidade entre ambas as associações cingia-se essencialmente à “questão paroquial”, dissipando-se eventualmente com a conciliação da imagem de António Martins como uma figura da resistência política antifascista. Neste sentido, há um acontecimento nesse mesmo ano de 1969 que faz relevar a convergência de valores entre o Centro e o Núcleo: a criação de uma associação ligada ao regime fascista português dirigida por dois indivíduos da zona de Viana do Castelo.

Esta tentativa de imiscuição e penetração na vida sociocultural da comunidade portuguesa dos desígnios do regime, que contava com o enquadramento e apoio do Consulado-Geral de Estrasburgo e alguns bancos e companhias de seguros portugueses¹²⁸, é largamente fracassada. A realização de iniciativas de convívio e de aproximação, como a organização de duas festas; e o aliciamento do Centro e do Núcleo pela via do apoio financeiro por parte destas instituições¹²⁹, encontram na comunidade portuguesa de Colmar uma fraca ressonância, pelo que a duração de vida da terceira associação portuguesa desta cidade seria bastante curta, fechando ao fim de um ano¹³⁰.

Com o passar do tempo, a população das regiões do Norte começa a ter um papel progressivamente mais ativo nas esferas superiores da vida associativa da comunidade portuguesa, o que se mostrou principalmente na composição das direções do Núcleo Social. Assim, matiza-se a partir dos anos 70 uma divisão regional no plano associativo, tendo o Núcleo como o representante das “gentes do Norte” e o Centro como o representante das “gentes do Sul”, assumindo contornos de cariz político após o 25 de Abril (com a vinda de elementos mais politizados para a comunidade), ainda que isso admitisse uma permeabilidade considerável: como já vimos, o entrevistado Manuel do Carmo, da zona de Coruche, integrou cargos diretivos no Núcleo Social; Manuel Dias relatou que as suas direções no Centro começaram a ter também elementos dos grupos do Norte¹³¹.

¹²⁷ Informação baseada em entrevistas a Manuel do Carmo e Carlos Rodrigues.

¹²⁸ Ver Pereira, 2014a e Volovitch-Tavares, 2006a. Os autores falam da ação do regime em França, guiada pelo medo da “desnacionalização” e “comunização” dos emigrantes. Face a um baixo alcance de ação em território francês, os bancos e companhias de seguros portuguesas a operar em França servem funções de controlo social/enquadramento das comunidades portuguesas.

¹²⁹ Os bancos iam às coletividades receber as remessas, utilizando esse meio para se tentarem implantar nas associações.

¹³⁰ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

¹³¹ Informação baseada nas entrevistas realizadas a Manuel do Carmo, Carlos Rodrigues, Manuel Dias, António de Sousa, e (Martins, 1989).

6.2 - Entreaajuda e interação com a sociedade local

A organização da comunidade portuguesa nas suas diferentes vertentes foi o produto de um trabalho coletivo entre diferentes indivíduos e associações religiosas e civis. As já mencionadas iniciativas de desenvolvimento e abertura da comunidade à sociedade local conheceram acima de tudo a ação do Centro Português de Colmar, tendo por de trás o apoio essencial da estrutura religiosa da Paróquia de Saint-Martin, a Associação *Pain et Liberté*, a Asti, a comunidade italiana de Colmar na figura de uma associação histórica cujo nome ficou por identificar, e ainda uma assistente social do SMOE¹³². A sua forte coordenação encontrava-se na interligação que se vai desenvolvendo ao longo do tempo entre as suas estruturas, fruto de um trabalho de aprofundamento de ligações entre os representantes da comunidade (António Martins e Manuel Dias) com as principais figuras da vida social e religiosa da cidade¹³³.

A Associação *Pain et Liberté* era a mais antiga das mesmas. Uma associação local (de alsacianos) fundada em 1964, de base cristã (católica e protestante), a *Pain et Liberté* dedicava-se à problemática da ajuda ao desenvolvimento do terceiro mundo, tendo como áreas de ação a elaboração de campanhas de solidariedade e consciencialização para com este grupo de países. O seu presidente era um senhor chamado Fernand Schüller, uma figura importante da sociedade local que estava intimamente ligado à Paróquia de Saint-Martin, à *Mairie* e ao sindicato progressista CDFT¹³⁴. Tendo conhecido Manuel Dias através da presença de ambos no Conselho da Paróquia, rapidamente se apercebeu e se começou a interessar com as questões da imigração, que se integravam numa espécie de “Terceiro Mundo cá dentro”¹³⁵.

É fruto deste conhecimento e simbiose de interesses que a fundação do Centro Português de Colmar e da Asti em 1968 é em grande parte possível. A integração de Manuel Dias na associação *Pain et Liberté* daria origem à criação por sua iniciativa da Asti¹³⁶ no seu seio, que seria uma vertente então mais centrada na questão do acolhimento dos emigrantes. Replicando na íntegra a estrutura da primeira associação, esta centraria a sua abordagem na inequívoca necessidade de

¹³² Poderemos teorizar que será a única associação italiana em Colmar presente nos dias de hoje, a AMICA (Association Migrants Italiens Colmar Alsace).

¹³³ Manuel Dias ressaltou que foi a rede de contactos de António Martins que permitiu alavancar a grande parte do trabalho que se conseguiu desenvolver no sentido de ajudar a comunidade. De acordo com o mesmo, o que tinha em energia e entusiasmo faltava-lhe em experiência. Por exemplo, é através de António Martins que Manuel Dias se junta ao Conselho da Paróquia de Saint-Martin. Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

¹³⁴ De raízes cristãs, a Confederação francesa democrática do trabalho (Confédération française démocratique du travail) é um sindicato de tendências progressistas fundado em 1919, sendo atualmente uma das maiores estruturas deste tipo em França.

¹³⁵ ASTI-Colmar (2011). « Entrons dans la dynamique des droits fondamentaux ou les droits au développement », <https://www.asticolmar.fr/solidaires-a-colmar/ccfd-2011-03-26/>

¹³⁶ A Associação de Solidariedade para com os Trabalhadores Imigrantes (ASTI) é uma associação de cariz assistencial que conhece um alcance ao nível nacional.

garantir condições de vida dignas aos imigrantes que chegavam em cada vez maior número à cidade, cuja visibilidade e urgência implicavam uma rápida ação¹³⁷.

O apoio destes diferentes setores da sociedade local (Paróquia, *Pain et Liberté*) tornou assim possível a criação do Centro Português, que também assumiria como uma das suas principais prerrogativas a assistência e apoio aos imigrantes portugueses, tanto que uma das suas atividades fundamentais seria a gestão de um centro de acolhimento (foyer). De acordo com Manuel Dias, no período que compreendia o final dos anos 60 e os inícios dos anos 70 o ritmo de chegada de trabalhadores portugueses sem capacidade para se alojar ascendia por vezes às dezenas por semana, pelo que havia uma grande dificuldade em garantir o seu alojamento.

Neste sentido, a *Mairie* irá conceder um apoio de enorme importância, colocando à disposição um edifício com dois andares onde se podiam acolher entre cerca de 25 pessoas, após um período inicial em que o centro colocou a sua própria sede para esse propósito e o de procurar resolver os problemas sociais da comunidade juntamente com uma assistente social que dava pelo nome de Madame Maugène. Coube ao Centro comprar camas e móveis para guarnecer os quartos, sendo que a direção do edifício ficaria a cargo de um jovem ribatejano chamado João Cartaxo, na altura sendo o seu pai dono de um dos principais cafés portugueses de Colmar¹³⁸.

A relação com a comunidade italiana também foi uma alavanca no desenvolvimento de um maior alcance de ação assistencial, estando representada no nome de um dos seus representantes, o Sr. Semprini. Este senhor de meia-idade presidia a uma das principais associações italianas da época, possuindo uma extensa rede de ligações. O seu apoio ao Centro foi inequívoco na abertura de uma delegação da agência Wasteels no centro de acolhimento que funcionava durante a noite de sexta-feira e a manhã de sábado. A Wasteels era uma sociedade de transportes belga-luxemburguesa fundada por italianos que providenciava bilhetes descontados aos emigrantes, permitindo assim aos portugueses auferir de melhores tarifas na compra de viagens de comboio para Portugal¹³⁹.

Ainda, uma ajuda de grande valor à comunidade portuguesa de Colmar terá vindo de dentro do Consulado-Geral de Estrasburgo, na pessoa do Vice-Cônsul Sebastião Lajes. Identificado entre os entrevistados como uma pessoa atenciosa e disponível para assistir os emigrantes nos diversos trâmites administrativos relacionados à obtenção de documentos (por exemplo, para fins de legalização da estadia ou chamada de familiares), Sebastião Lajes estabeleceu uma relação de confiança com o Centro (na pessoa de Manuel Dias), dada a ligação comum a António Martins, de quem Sebastião Lajes seria amigo¹⁴⁰.

¹³⁷ De acordo com o site da Asti de Colmar, a Asti acabaria por substituir a *Pain et Liberté* e tomar as suas prerrogativas. ASTI-Colmar (2011). Op. cit.

¹³⁸ Informação baseada nas entrevistas a Manuel Dias e António de Sousa e (Dias, 1974).

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Informação baseada nas entrevistas realizadas a Manuel do Carmo, Carlos Rodrigues e Manuel Dias. Manuel Dias aponta que Sebastião Lajes partilhava também a orientação política progressista, não se identificando com os desígnios do regime.

O alcance da sua assistência estendeu-se a toda a região da Alsácia, mas foi em Colmar e Estrasburgo que esta se terá feito sentir de forma mais intensa. Face à falta de eficiência dos serviços consulares portugueses, que era um problema comum a todo o país¹⁴¹, o vice-cônsul facilitava bastante o processo de tratamento dos documentos, fazendo-os por procuração: de maneira que os portugueses não perdessem um dia inteiro para tratar destes assuntos no Consulado, o vice-cônsul combinava com Manuel Dias uma hora na qual este trazia documentos das pessoas para tratamento, sendo depois reenviados para o Centro por carta registada. Para além disso, o vice-cônsul deslocava-se ocasionalmente a Colmar para providenciar pessoalmente assistência e informar a população face aos procedimentos administrativos¹⁴².

6.3 - O papel feminino

Ainda que a participação feminina na organização inicial da comunidade portuguesa se tenha feito de forma aparentemente indireta, a história dos portugueses de Colmar não se fez apenas no masculino. No que toca à sua dimensão quantitativa, é difícil estabelecer com precisão a representatividade da população feminina. De acordo com os dados apresentados por Rosa Silva (1991) quanto à evolução da emigração portuguesa para a Alsácia, é possível inferir que as mulheres não constituíam mais do que 1/3 da totalidade da comunidade portuguesa em Colmar.

O papel “menos visível” desempenhado pelas mulheres já explorado na historiografia, essencialmente presente ao nível privado e profissional, enquanto estruturadoras e dinamizadoras da vida familiar; e pela indução de uma maior abertura à sociedade francesa, fruto do desenvolvimento de conhecimentos e interações sociais aquando das suas funções profissionais, encontra uma reflexão não apenas na sua vida privada, mas também na vida associativa e religiosa de Colmar (Leandro, 1995; Portela e Nobre, 2001).

Em primeiro lugar, o desenvolvimento de relações com elementos da sociedade local permitiu o acesso a meios/formas/ferramentas que contribuíram de forma essencial para a integração no tecido seu tecido social, tendo como exemplo as ajudas mais ou menos pontuais dadas pelos seus empregadores, que se estendiam desde o nível habitacional ao nível jurídico-administrativo.

Os já referidos exemplos de António de Sousa e do Sr. Artur são ilustrativos de como o emprego feminino (a sua mãe e mulher, respetivamente) serviu como alavanca para a obtenção de uma habitação. No caso de Alice do Carmo, o trabalho para pessoas influentes em Colmar provou-se fundamental para a solução de situações de alguma gravidade. De forma a trazer os

¹⁴¹ Victor Pereira aborda a inércia do Estado Português quanto à melhoria das estruturas consulares, cuja fragilidade as tornava totalmente incapazes de providenciar aos portugueses que viviam em França, que não teve lugar de forma minimamente sustentada até 1970. (Pereira, 2014a, p. 325).

¹⁴² Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

seus filhos, que tinham ficado com a sua mãe no Alentejo, para Colmar pela via legal, uma vez que viera juntar-se ao marido sozinha, aproveitando a ida do mesmo a Portugal no final de 1970, Alice conseguiu junto da sua então empregadora, a presidente da Biblioteca Municipal de Colmar, uma declaração adulterada que comprovava a frequência de escolas francesas pelos seus filhos de forma a obter uma carta de chamada. Noutra situação de maior gravidade, em que um dos entrevistados foi detido provisoriamente na esquadra local por se ter envolvido numa briga no Centro Português, o trabalho de governanta que a sua mulher que desempenhava para um reputado advogado local valeu-lhe um solucionamento expedito do mesmo, na medida em que o último interveio de forma que no dia seguinte o entrevistado estivesse liberto¹⁴³.

Em segundo lugar, o “dia-a-dia” do Centro Português era fortemente pautado pela contribuição das mulheres, uma vez que os aspetos mais práticos da organização das celebrações de festas e missas ficavam a seu cargo, contribuindo fortemente para a expansão e intensificação da atividade associativa¹⁴⁴. Contudo, o seu acesso a posições de destaque e de maior responsabilidade eram vistos pelos homens com maus olhos, fruto de uma mentalidade tradicionalista que atribuía um valor reduzido às capacidades das mulheres, e, por conseguinte, ao trabalho desempenhado pelas mesmas. Por outro lado, estas viam com maus olhos a frequência dos maridos do Centro, uma vez que os mesmos passavam as horas de lazer principalmente dedicando-se ao consumo de álcool: era frequente que o telefone do Centro soasse com uma mulher preocupada pelo paradeiro do seu marido, desejando o regresso a casa¹⁴⁵.

O exemplo dado por Manuel Dias é elucidativo do mesmo, referindo-se ao seu primeiro conflito com os membros da associação na véspera da inauguração da nova sede em 1970. Após terem sido realizados por algumas mulheres dos membros trabalhos de limpeza e preparação do edifício necessários para o evento do dia seguinte, os homens juntaram-se no espaço a comer e beber, sujando de forma considerável parte do espaço. Deparando-se com esta atitude por parte dos mesmos, Manuel Dias (enquanto presidente) chamou-os à atenção pela falta de respeito mostrada em relação ao trabalho feito e pela necessidade de proceder a outra limpeza, pelo que não poderiam continuar com o convívio naquele dia. Não encontrando consenso do outro lado, o presidente decidiu entre grande contestação (e extraordinariamente) fechar o Centro naquele sábado à tarde¹⁴⁶.

¹⁴³ Entrevista a Manuel do Carmo a 26 e 28 de Fevereiro, 1, 3 e 7 de Março de 2022, 20 de Setembro de 2022, em Colmar.

¹⁴⁴ Ver por exemplo Cordeiro, A., Hily, M-A., & Meintel, D. (2000). La fête des Portugais: héritage et invention. *Revue européenne des migrations internationales*, 16(2), 59-76.

¹⁴⁵ Informação baseada nas entrevistas a Manuel Dias e ao Senhor Morais.

¹⁴⁶ Manuel Dias aponta que na altura era bastante jovem (22 anos), pelo que os seus compatriotas (sendo consideravelmente mais velhos, tendo idades mais perto dos 30 e 40 anos) tinham dificuldade em aceitar ordens de uma pessoa mais nova. Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

Outro dado importante diz respeito à frequência feminina do Centro dos Portugueses, que só fora permitida no período seguinte a 1974. O Sr. Costa afirmou que fora apenas na sua direção (após 1974) que tal decisão foi revertida, fruto de uma abertura de mentalidades induzida por esta direção constituída por jovens¹⁴⁷.

Uma área onde as mulheres desempenharam também um papel de grande relevância foi no ensino do português. Tendo uma ligação muito forte ao país de origem, os cada vez mais numerosos pais de primeira geração procuravam garantir e fortalecer a ligação dos seus filhos à cultura portuguesa, que não era de todo garantida pelo sistema escolar francês, o que de resto seria a norma no plano nacional¹⁴⁸. Neste sentido, surgiu um vazio de procura que terá sido parcialmente colmatado pelo Consulado Português de Estrasburgo através da contratação de uma professora portuguesa, que daria aulas todos os domingos de manhã na biblioteca do Centro. Para além disso, existiriam outras mulheres dentro da comunidade que providenciavam este tipo de serviços de uma forma mais informal, como a mulher de Ernesto Cordeiro (que será referido mais à frente), a Tucha¹⁴⁹.

Por último, e não obstante o nível cultural mais baixo e os entraves de cariz discriminatório colocados pelos seus maridos numa participação mais visível no seio da comunidade, Manuel Dias relata que algumas mulheres mais cultivadas e ativas se vão destacar na organização das missas (comunidade católica) e no Rancho Folclórico, constituindo um eixo fundamental no seu funcionamento¹⁵⁰.

6.4 - A vertente sociocultural

Primeiramente pela mão do Centro Português e seguido pelo Núcleo Social, a vida social e cultural da comunidade portuguesa vai conhecer uma evolução progressiva tendente à sua complexificação e diversificação. Quer seja através da criação de clubes de futebol e de grupos de folclore numa primeira fase, ou da organização de festas/concertos de maior dimensão e entrada no cenário das rádios após a liberalização estatal do seu funcionamento no início dos anos 80, a comunidade vai conhecer variadas décadas de intensa atividade visando a promoção e a preservação dos valores e tradições portuguesas, conhecendo um período mais declinante com a entrada no novo século, advindo da integração das novas gerações e da diminuição quantitativa da emigração.

¹⁴⁷ Entrevista ao Sr. Costa a 8 de Março de 2022, em Colmar.

¹⁴⁸ Ver por exemplo Cravo, A. (1995). Op. cit., p. 184-188.

¹⁴⁹ Elaboração do parágrafo baseado nas entrevistas a Fernando do Carmo, Cristina do Carmo e Helena Costa.

¹⁵⁰ Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

O Centro Português de Colmar tinha como atividade principal o seu clube de futebol, o FC Portugais de Colmar. O início do funcionamento da equipa teve lugar em 1968, com a fundação do Centro. O secretário do Centro, Filipe Balsa, estaria na base da sua criação, pelo que a íntima ligação ao Centro ficará espelhada na composição administrativa inicial do clube: a presidência do clube coube a Filipe Balsa, a secretaria estaria a cargo de Manuel Dias e a tesouraria nas mãos de Carlos Rodrigues¹⁵¹.

Por falta de meios, a equipa disputaria nos primeiros anos uma liga pertencente à Federação de Futebol ligada ao PCF e à CGT que reuniria equipas de associações estrangeiras, jogando num estádio “emprestado” (Stade Cronenburg). Face ao carácter estigmatizante deste funcionamento, o FC Portugais oficializa-se em 1971 na LAFA¹⁵², começando a disputar o campeonato regular¹⁵³.



Figura 8 - A equipa principal do FC Portugais de Colmar na época 1970/1971.

Foto tirada pelo autor.

As informações recolhidas entre antigos jogadores e dirigentes permitem ter uma noção da forte ligação entre a comunidade e o clube de futebol: a composição da equipa principal agregava portugueses de primeira e segunda geração, incluindo jogadores profissionais que haviam feito a sua formação em clubes da primeira e segunda divisão nacional portuguesa. O relativo alto nível apresentado pelos jogadores levou a uma grande competição pela integração na primeira equipa, que chegou a atingir os oitavos de final da *Coupe de France* (Taça de França), o que se apresentava como um símbolo de distinção e reconhecimento dentro da comunidade¹⁵⁴.

A sua segunda vertente sociocultural terá sido um Rancho Folclórico, intimamente ligado à população de Coruche. A fundação do Grupo dos Campinos do Ribatejo deu-se algures entre 1969 e 1970, sob a iniciativa de António Cartaxo e de Manuel Coutinho, este último colega de casa de Manuel Dias durante o seu alojamento inicial na Rue des Cloches¹⁵⁵. Em tempos mais recentes, no ano de 2009, entre a nova geração de portugueses foi criado um grupo folclórico em homenagem ao antigo¹⁵⁶, reavivando as tradições ribatejanas e a vertente folclórica do Centro,

¹⁵¹ Informação baseada na entrevista a Carlos Rodrigues e em Bertrand (ed.) (2002), p. 158.

¹⁵² O trabalho de Koebel e Gasparini, que se baseou essencialmente em dados da LAFA, parece confirmar (ainda que de forma errónea, uma vez que atribui esta data à da fundação) a entrada do FC Portugais de Colmar nos registos da Liga em 1971 (Gasparini & Koebel, 2017).

¹⁵³ Informação baseada nas entrevistas a Carlos Rodrigues e Manuel Dias, e Bertrand (ed.) (2002), p. 158.

¹⁵⁴ Parágrafo elaborado com base em entrevistas a Evenildo Lima, Carlos Rodrigues, António de Sousa, Senhor Palma, Manuel do Carmo, Senhor Morais, Manuel Dias e Senhor Costa.

¹⁵⁵ Parágrafo elaborado com base em entrevistas a Manuel Dias, Manuel do Carmo, António de Sousa e Carlos Rodrigues.

¹⁵⁶ Não me foi possível aferir quando é que o Grupo dos Campinos do Ribatejo encerrou a sua atividade.

denominado Grupo dos Campinos do Sorraia¹⁵⁷. Por último, e infelizmente apenas referida pelos entrevistados de forma superficial, o Centro contou também com um grupo de teatro¹⁵⁸.

O Núcleo Social dos Portugueses também contou com algumas atividades deste tipo, ainda que não se tenha conseguido aferir de forma concreta o seu funcionamento, uma vez que esta associação já se encontra fechada. À semelhança do Centro, o Núcleo possuiu também um grupo folclórico e uma equipa de futebol. No primeiro caso, teve-se a fundação nos anos 70 do Grupo Folclórico de Vila Verde, que estabelecia a já referida ligação representativa entre as gentes do Norte e o Núcleo que veio a emergir com o passar dos anos. Nesse mesmo plano, António de Sousa relata que houve uma tentativa de estruturação de uma equipa de futebol que rivalizasse com o FC Portugais, cuja duração foi relativamente curta, e que também criaram no seu seio um grupo de ciclismo casual. Manuel do Carmo falou também da existência de uma estrutura de criação de pombos-correio¹⁵⁹.

Para além disso, podemos também referir a existência de pelo menos dois estabelecimentos portugueses na cidade que remontam a este período. O café-restaurant de João Cartaxo, denominado *Ribatejo*, foi estabelecido no final dos anos 60 e terá funcionado até 2017. Tendo a sua última localização na *Route de Neuf-Brisach* (onde está também localizado o Centro), este estabelecimento foi descrito entre os entrevistados como um local de referência de sociabilidade entre os portugueses. Para além disso, o Bar Luso-Português, fundado no início dos anos 70, constituiu-se como outro dos principais espaços de convivialidade, que ainda hoje funciona na sua morada original no Chemin du Doring (uma rua perpendicular à *Route de Neuf-Brisach* na parte oriental de Colmar)¹⁶⁰.

Seguindo a descrição de António Martins (1989a, p. 45), que descrevia nesse ano a existência de “quatro associações, duas emissoras de rádio e a sede da Federação das Associações Portuguesas da Alsácia”, podemos traçar a crescente evolução temporal do cenário sociocultural da comunidade portuguesa nas décadas seguintes.

Para além das duas principais associações, foi frequentemente referido entre os entrevistados a existência de duas associações desportivas de fundação original estrangeira que passaram a ser geridas por portugueses: em primeiro lugar, o Olympique de Colmar (baseado no histórico *Olympique de Lyon*), que atualmente funciona sob a gerência de Mário Barbosa e se destaca como o principal espaço de sociabilidade da comunidade portuguesa na zona ocidental da cidade; em segundo lugar, o Colmar Unifié (baseado no clube inglês *Manchester United*), cujo funcionamento atual se desconhece. Também no campo do desporto e lazer, tem-se a fundação

¹⁵⁷ Informação baseada na entrevista a António de Sousa a 16 de Março de 2022, em Colmar e no site do Grupo Folclórico Os Campinos do Sorraia. Campinos do Sorraia (2012). *Bienvenue ! Présentation et Histoire*. <https://campinosdosorraia.skyrock.com/3053419563-Bienvenue-Presentation-et-Histoire.html>

¹⁵⁸ Entrevista a Carlos Rodrigues a 28 de Fevereiro, 3 de Março e 20 de Setembro de 2022, em Colmar.

¹⁵⁹ Parágrafo elaborado com base em entrevistas a António de Sousa e Manuel do Carmo.

¹⁶⁰ Parágrafo elaborado com base em entrevistas a António de Sousa, Manuel Dias, Carlos Rodrigues e Manuel do Carmo, e informações recolhidas por observação na visita ao Bar Luso-Português.

em 1982 de uma associação de pesca em Andolsheim (5km a este de Colmar) denominada *Étang des Portugais de Colmar* (Tanque de Pesca dos Portugueses de Colmar) estruturada à volta de um reservatório de trutas, que teve como um dos fundadores Manuel do Carmo e voltou à atividade recentemente após uma interrupção motivada pela situação epidémica durante os últimos dois anos.

Quanto à existência de rádios portuguesas, podemos distinguir três emissoras que estariam mais ou menos associadas à comunidade portuguesa: Rádio Cent (100), Rádio Voz de Portugal, e a Rádio Dreyeckland Libre. De acordo com António Martins (1989b), as rádios privadas que emitiam em português tinham na sua maioria apenas uma emissão semanal de algumas horas que era composta essencialmente por informações sobre Portugal e a comunidade portuguesa, bem como músicas e outras informações histórico-culturais. No caso de Colmar, a atividade das mesmas centrou-se essencialmente entre as décadas de 80 e 90.

De entre as três, a emissora Voz de Portugal era a única que não era originária de Colmar, mas de Estrasburgo, associada à recém-formada *Association Culturelle Portugaise de Strasbourg* (ACPS) e tendo uma forte difusão a nível regional. De acordo com António Martins, a emissão deu-se pela primeira vez no primeiro dia de Fevereiro de 1987, albergado na emissora associativa francesa *Strasbourg Bienvenue*¹⁶¹ e contando com o apoio de João Cartaxo, continuando a transmitir nos dias de hoje no seu tradicional horário de emissão durante a hora de almoço de Domingo.

A Radio Cent será provavelmente a mais paradigmática de entre as três. De origem e gestão francesa, esta rádio foi fundada em 1982 com o apoio financeiro de várias empresas e associações locais (Jornal DNA, *Banque Populaire*), tornando-se rapidamente numa das mais famosas emissoras da cidade, tendo funcionado neste formato até 1998¹⁶². De acordo com os entrevistados, Ernesto Cordeiro, um funcionário num banco português e uma das mais distintas figuras da comunidade portuguesa neste período, esteve entre os fundadores e financiadores da emissora¹⁶³.

Foi este que garantiu uma emissão dedicada à comunidade portuguesa na segunda-feira à noite, o Cantinho da Saudade, dirigida pela sua mulher (Tucha) no qual eram transmitidas novidades de Portugal e outros conteúdos culturais, como notícias e narrações desportivas e música portuguesa, para além de outros jogos e concursos, que contavam com uma grande participação das franjas mais jovens da comunidade. A promoção de artistas portugueses foi levada mais longe com a organização de concertos ao vivo com o convite de grandes nomes da música portuguesa, como os UHF, Amália Rodrigues e os Xutos e Pontapés, colocando assim todas as camadas da comunidade em contacto mais próximo com a cultura portuguesa. Sobre a

¹⁶¹ Esta emissora disponibilizava tempo de antena para emissões para as comunidades estrangeiras. (Martins, 1989c).

¹⁶² Schoop (2021). *Radio Cent Colmar : Histoire*. https://www.schoop.fr/histos/68_radio100.php

¹⁶³ Este senhor estaria a cargo do envio de remessas dos emigrantes para Portugal, possuindo provavelmente um maior fulgor financeiro.

Rádio Dreyeckland Libre, uma rádio local de cariz associativo, que foi fundada no mesmo ano¹⁶⁴ e possuiria uma emissão portuguesa de relevo que rivalizava com a da Rádio Cent, não foi possível obter mais informações mais detalhadas sobre a mesma¹⁶⁵.

¹⁶⁴ Radio Dreyeckland Libre (n.d). *Historique*. <http://rdl68.fr/historique-2>

¹⁶⁵ Informação baseada nas entrevistas realizadas a Fernando do Carmo, Cristina do Carmo, Carlos Rodrigues, Senhor Morais e António de Sousa.

Conclusão

Em jeito de conclusão, foi aqui apresentada uma primeira tentativa de esboçar a comunidade portuguesa de Colmar durante os seus primeiros anos de formação e desenvolvimento, numa descrição que não se pretende exaustiva na inclusão da multitude de realidades que compuseram o complexo mosaico das vivências de um agregado que se estende à escala dos milhares e cuja memória se limita na sua quase totalidade à transmissão oral.

Numa primeira fase, foi providenciada uma contextualização conceptual concisa que pretendeu dar a conhecer ao leitor algumas das categorias que enquadravam de forma mais direta as realidades geográficas e disciplinares do objeto de estudo, dividindo-se entre emigração, integração e população.

A análise da emigração enquanto conceito histórico e teórico fez sobressair o seu caráter constante e paradigmático no curso da história portuguesa, baseando-se no traçamento da evolução das suas características e significações durante a Era Moderna. Foi possível perceber a reconfiguração da figura do emigrante de um elemento fulcral no desenvolvimento das dinâmicas e eixos histórico-imperiais portugueses para um integrante dos fluxos económico-financeiros interatlânticos de oitocentos e intraeuropeus de novecentos, tendo como pano de fundo a perspectiva do seu impacto social, político e económico no território nacional.

De seguida, a tentativa de uma definição do significado da integração enquanto processo histórico, sociológico e antropológico no contexto do país de acolhimento toma o lugar central nesta análise conceptual, focando a redefinição do seu significado histórico no computo das dinâmicas imigratórias e da sua preponderância para a compreensão da realidade social e cultural francesa.

Ainda, a população portuguesa aparece na análise aqui realizada de um ponto de vista mercantilista, revelando os valores da doutrina ditatorial que assentavam na exaltação da sua numerosidade, lealdade e integridade moral. A combinação do peso das condicionantes psicológico-políticas no conjunto português com a sua contraparte francesa é abordada de forma breve, deixando entrever a dialética social que se desenrolará no seu processo de integração.

Em segundo lugar, foi realizada uma contextualização histórica das realidades portuguesa e francesa do período em estudo, no qual se olhou para a miríade de condicionantes que potenciaram e moldaram a ocorrência do processo migratório.

No Portugal dos anos 60, o equilibrismo político que pautou a governação ditatorial num contexto de um confronto interno entre forças modernizadoras e conservadoras, e de uma custosa e longa guerra colonial, levou ao agravamento das (já diminuídas) condições de vida da população portuguesa pela manutenção de estruturas sociais e económicas opressivas, deslegitimando a saída de muitos dos mesmos e forçando a sua clandestinidade e fragilidade na sua procura por uma vida melhor.

Os imperativos económicos e demográficos relevados pelo Estado Francês no contexto da sua revitalização económica dos anos pós-guerra colocou a emigração portuguesa como a escolha ideal, levando a cabo um esforço de atração de mão-de-obra que descurou largamente as considerações sociais. Face a um fluxo migratório massivo, as estruturas governamentais não conseguiram dar vazão a necessidades e elementos essenciais ao bem-estar e adaptação dos imigrantes portugueses (e na generalidade) à sociedade local, legando muito deste esforço para as entidades assistenciais e religiosas, e especialmente para as redes intercomunitárias.

Em terceiro lugar, colocou-se o enfoque nos emigrantes que se constituíram como o cerne do estudo do processo migratório. A análise do seu percurso de vida desde as suas vivências em Portugal até ao momento da emigração revelou um mosaico complexo de experiências pessoais que se pautaram por algumas constantes gerais. Na mesma, descortinou-se a predominância de uma baixa escolaridade que se traduziu em percursos profissionais caracterizados pela sua precocidade e baixa valorização socioeconómica, sendo a exiguidade de meios e a perspetiva de “uma vida melhor” como as principais razões de partida. A viagem para França caracterizou-se pela sua longa extensão temporal e pela centralidade do eixo ferroviário internacional Sudexpress (Lisboa-Vilar Formoso/Foros de Onor- Irun/Hendaia), que se agravava na sua complexidade no caso dos que fizeram o percurso de forma ilegal, combinando vários meios de transporte e mobilizando capitais sociais e financeiros locais. Já a escolha de Colmar como destino assentou essencialmente nas redes de sociabilidade familiares e locais, tendo sido realizada de forma premeditada.

O quarto capítulo englobou o objeto de estudo na sua especificidade geográfica e histórica, partindo de uma exposição do contexto histórico alsaciano na sua vertente imigratória, económica, social e cultural.

A centralidade e riqueza geográfica da região alsaciana ditou historicamente a sua posição como polo de atração migratória e ponto convergente dos conflitos entre as potências germânica e francesa, agravando o impacto da destruição que assolou o seu território durante as guerras mundiais. No rescaldo da Segunda Grande Guerra, a Alsácia apresentava uma deficiência industrial, demográfica e habitacional preocupante, tendo sido privada de uma parte significativa da sua população ativa e dos seus meios de produção, tendo também de enfrentar um ambiente político de grande hostilidade face à sua identidade cultural. Seria a partir dos anos 60 que a região e a cidade de Colmar começam a experienciar os efeitos mais significativos da imigração com o desenrolar do seu desenvolvimento industrial e infraestrutural, atraindo em 1965 um grupo de trabalhadores portugueses de Champigny (Paris) que seria provavelmente o precursor da comunidade que se formaria nos anos e décadas seguintes.

As redes de base informal e familiar iriam implantar-se com o passar do tempo e engrossar o contingente emigratório português, seguindo a tradicional lógica do passa-a-palavra, atraindo familiares e amigos que residiam em França e/ou nas localidades de origem. Foi assim que

Manuel Dias chega a Colmar em 1965, juntando-se ao seu irmão mais novo e ao tio no estaleiro da construção civil. É principalmente pela sua voz que é contada a história dos Portugueses de Colmar, dado a sua centralidade na organização e dinamização da comunidade portuguesa nos anos seguintes.

Os portugueses encontraram em Colmar condições de trabalho e habitação que espelhavam a sua condição socioeconómica, que se caracterizava essencialmente por uma baixa valorização e qualificação profissional. Os homens encontraram na dureza da construção civil e da indústria os seus principais postos de trabalho, complementando o horário regular de trabalho com biscates ou jornadas extra de trabalho, enquanto as mulheres encontraram nos serviços de limpeza e regência de casas de particulares como as atividades profissionais que frequentemente complementavam as suas volumosas responsabilidades familiares. A degradação e exiguidade de condições e espaço caracterizavam as habitações do centro da cidade que estavam ao alcance dos portugueses aquando da sua chegada fora o resultado de uma escassez habitacional e da exploração dos mesmos pelos proprietários destas habitações, que apenas seria gradualmente alterada com a construção do novo bairro na zona ocidental da cidade, o apoio de instituições assistenciais e religiosas, e o progresso socioeconómico da comunidade portuguesa.

A organização da comunidade portuguesa de Colmar tem o seu ponto de apoio central no associativismo, à semelhança de outros casos no panorama nacional francês. É pela ação de alguns indivíduos com maior sensibilidade política e cívica, como Manuel Dias e António Martins, que a comunidade se começa a articular dentro de si mesma e com alguns elementos da sociedade local, como a Igreja Católica (representada no Conselho Paroquial da Catedral de *Saint-Martin*), as Associações *Pain et Liberté/Asti* e uma associação italiana, bem como o Consulado-Geral de Estrasburgo na pessoa do seu vice-presidente.

Neste sentido, a comunidade vai encontrar nas instituições associativas e religiosas os principais parceiros sociais, num processo bidirecional de cariz socioeconómico e cultural que visava a inclusão da mesma a partir de alguns eixos fundamentais: a inclusão da comunidade católica portuguesa no conjunto local através da celebração de missas em português na Paróquia de *Saint-Martin* e da realização de eventos que congregavam a comunidade portuguesa e a sociedade local; a criação de uma associação cultural e desportiva portuguesa (Centro Português de Colmar) com o apoio da Paróquia e da associação *Pain et Liberté/Asti*; a garantia de condições de vida condignas através do estabelecimento de um centro de acolhimento para os recém-chegados e da alocação de habitações sociais para os portugueses pela ação conjunta com a Asti; e a sistematização e simplificação do tratamento dos procedimentos administrativos relativos à estadia em França em cooperação com o Consulado-Geral.

O passar do tempo vai fazer surgir divisões de cariz religioso dentro da comunidade, levando à formação de uma segunda coletividade que não se identificava com a matriz católica assumida pelo Centro Português. Contudo, as tentativas de imiscuição política dos “tentáculos” das

autoridades portuguesas no movimento associativo iriam levar a uma convergência de valores entre os dois setores da comunidade portuguesa, identificando-se pelo seu caráter progressista e antifascista. O dinamismo sociocultural seria outro dos principais símbolos da comunidade, com a emergência de clubes de futebol, grupos de folclore e espaços de convivialidade (como cafés e restaurantes) a espelharem a vontade da primeira em afirmar, preservar e reproduzir os seus valores e tradições culturais, colocando estas estruturas como um elo de valorização e formação social intracomunitária.

O processo de aglutinação da comunidade portuguesa de Colmar não seria possível sem a existência de uma forte estruturação de base familiar, uma contribuição superficialmente impercetível que tinha como força motriz o setor feminino da comunidade. Mais comumente em contacto com a realidade local pela natureza interativa dos trabalhos que desempenhavam, as mulheres portuguesas congregavam às pré-assumidas responsabilidades organizativas e de manutenção familiar uma maior abertura às influências socioculturais locais, estabelecendo também ligações sociais de grande relevância e proveito para a comunidade. Contudo, a baixa valorização social das suas funções começava pela percepção dos seus maridos, que as consideravam incapazes de assumir posições de responsabilidade e de poder dentro das estruturas associativas dentro da ótica tradicionalista/patriarcal da época, apesar do seu contributo constante na realização de atividades culturais e de lazer dentro da esfera comunitária, algo que iria sofrer transformações lentas a longo prazo.

No final de contas, os portugueses de Colmar enfrentaram obstáculos semelhantes aos demais compatriotas na sua luta pela afirmação e progressão no plano social, económico e cultural. Tal como no paradigmático exemplo parisiense, os empregos e as casas que esperavam os portugueses em Colmar estavam destinadas às camadas mais inferiores da população, espelhando a sua já mencionada pobre valorização socioeconómica. As situações de degradação e exploração da marginalidade dos portugueses mostravam-se pelas exíguas condições das suas habitações e da dureza dos seus trabalhos, trazendo à superfície a manutenção de um ciclo em que os recém-chegados são mantidos numa situação de fragilização pela apropriação da população local das oportunidades de maior valorização, agravado pela intrusão de terceiros que procuravam proveito e lucro.

Uma vez que a disciplina da História depende no seu âmago de fontes para uma reconstrução precisa e fiel do passado, o retrato aqui apresentado não fará juz às inúmeras figuras da comunidade que terão contribuído de forma preponderante para a sua estruturação, tendo-se como exemplo muitos dos restantes membros fundadores do Centro Português de Colmar. A impossibilidade de uma democratização da história inicial dos portugueses de Colmar é o resultado de variadas condicionantes impostas pela memória oral relativa ao tema, estando nomeadamente condicionada pelas limitações físicas e temporais das vivências dos entrevistados e pela escassez geral de fontes documentais. A respeito do último ponto, a possível desvalorização

do passado será um fator determinante, já que membros atuais e antigos da administração do Centro Português de Colmar e do FC Portugais de Colmar relataram que os arquivos foram destruídos no passado por alguém que havia desconsiderado a sua utilidade. Contudo, a existência de variadas estruturas de dimensão sociocultural associadas à comunidade portuguesa na Alsácia que se encontram ainda na obscuridade colocam em preponderância uma contribuição futura que englobe um estudo alargado dos portugueses na região, dando continuidade aos trabalhos iniciados por António Martins.

Fontes

Entrevistas:

Entrevista a Manuel Dias por Aurélie Viader, em Bordéus, no dia 10 de Março de 2009 e transcrita em formato digital. Retirado de <https://www.rahmi.fr/collecte-memoire-orale/portugais-en-aquitaine/manuel-dias-vaz-partie-1#> e <https://www.rahmi.fr/collecte-memoire-orale/portugais-en-aquitaine/manuel-dias-vaz-partie-2>

Entrevista à Dona Maria a 5 de Dezembro de 2020 em Palmela.

Entrevista a Manuel do Carmo a 26 e 28 de Fevereiro, 1, 3 e 7 de Março de 2022, 20 de Setembro de 2022, em Colmar.

Entrevista a Carlos Rodrigues a 28 de Fevereiro, 3 de Março de 2022, e 20 de Setembro de 2022, em Colmar.

Entrevista ao Senhor Andrade a 1 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista a João Pires a 5 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista a Francisco Tiago a 5 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista a Fernando do Carmo a 6 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista a Cristina do Carmo a 6 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista ao Senhor Costa a 8 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista a Helena Costa a 8 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista a Evenildo Lima a 8 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista a Carlos da Mota a 15 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista ao Senhor João a 15 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista à Dona Lucinda a 15 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista a António de Sousa a 16 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista ao Senhor Palma a 18 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista ao Senhor Francisco a 18 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista ao Senhor Artur a 20 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista ao Senhor Domingos a 20 de Março de 2022, em Colmar.

Entrevista a Manuel Dias a 26 de Abril e 16 de Maio de 2022, por via telefónica.

Entrevista a Jean-Claude a 19 de Setembro de 2022, em Colmar.

Entrevista ao Senhor Morais a 21 de Setembro de 2022, em Colmar.

Fontes publicadas:

Cravo, A., & Heitor, R. (dir.). (1983). *Vozes dos emigrantes em França: Antologia poética bilingue anos 1960-1982*. Tip. Mirandela.

Dias, M. (1974). *Cri d'un immigré*. Les Editions Ouvrières.

Guia de instruções para os trabalhadores portugueses em França/Guide d'instructions pour les travailleurs portugais en France. (1969). Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes.

INSEE. (1978). Tableaux de l'économie alsacienne. Institut national de la statistique et des études économiques. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34398302r/date>

Observatoire Régional de l'Intégration et de la Ville. (2007). *La Presence Etrangere en Alsace et L'Enjeu Linguistique*. https://www.oriv.org/wp-content/uploads/oriv_note_presence_etrangere_alsace_langue.pdf

Iconografia:

Chapenois. (1890). Sud-Express. Compagnie internationale des wagons-lits. Londres, Paris, Madrid, Lisbonne [Poster]. <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb398361548>

Levrault, F. G. (1830). Carte des départements du Haut-Rhin et du Bas-Rhin, formant l'ancienne province d'Alsace [Documento cartográfico]. <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb41908863>

Service d'arpentage municipal de Colmar (1960). Plan de la ville de Colmar [Documento cartográfico] / dressé par le service d'arpentage municipal. <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb419087392>

Sittler, R. (1965). Quartier Europe [Photo]. <https://c.colmar.fr/le-quartier-europe-schweitzer/>

Webgrafia

Archi-wiki. (2021). Rue des Marchands (Colmar) [photo]. [https://www.archi-wiki.org/Fichier:Marchands_\(neige\)_130719568_3525703044143750_9064833753084245754_o.jpg](https://www.archi-wiki.org/Fichier:Marchands_(neige)_130719568_3525703044143750_9064833753084245754_o.jpg)

Armino Frères Construction (n.d.). *Notre Histoire*. <http://armino-freres.com/notre-histoire/>

ASTI-Colmar (2011). *50ème anniversaire du CCFD, table ronde « Entrons dans la dynamique des droits fondamentaux ou les droits au développement »*. <https://www.asticolmar.fr/solidaires-a-colmar/ccfd-2011-03-26/>

Bodin, L., & Sollier, D. (2015, February 18). *Ça roule pour le papier Lotus à Kunheim*. L'Alsace. <https://www.lalsace.fr/haut-rhin/2015/02/18/ca-roule-pour-le-papier-lotus-a-kunheim>

Campinos do Sorraia (2012). *Bienvenue ! Présentation et Histoire*. <https://campinosdosorraia.skyrock.com/3053419563-Bienvenue-Presentation-et-Histoire.html>

- C.Colmar. (2020, September 7). *Le Quartier Europe-Schweitzer*. <https://c.colmar.fr/le-quartier-europe-schweitzer>.
- Fasti (2021). *Notre histoire : 50 ans de luttas*. <https://www.fasti.org/50-ans-de-luttas>
- Galva-Hild. (n.d.). *Historique*. <https://www.galvahild.fr/lentreprise/historique/>
- L'Alsace. (2010, June 8). *Turckheim. La Scierie Olry Cherche un repreneur*. <https://www.lalsace.fr/haut-rhin/2010/06/09/la-scierie-olry-cherche-un-repreneur>
- L'Alsace (2014, April 27). *Décès : Antonio Martins, ancien journaliste à « L'Alsace »*. <https://www.lalsace.fr/actualite/2014/04/27/antonio-martins-ancien-journaliste-a-l-alsace>
- Les Echos (1992, March 19). *Tricot-France renonce au jersey*. <https://www.lesechos.fr/1992/03/tricot-france-renonce-au-jersey-922952>.
- OnTheWorldMap (n.d). Regions and departements map of France [Map]. <https://ontheworldmap.com/france/regions-and-departements-map-of-france.html>
- Radio Dreyeckland Libre (n.d). *Historique*. <http://rdl68.fr/historique-2>
- Schoop (2021). *Radio Cent Colmar : Histoire*. https://www.schoop.fr/histos/68_radio100.php

Bibliografia

Estudos

- Almeida, J. F. (1964). A emigração portuguesa para a França: alguns aspectos quantitativos. *Análise Social*, 7-8, 599-622.
- Almeida, C., & Barreto, A. (1974). *Capitalismo e Emigração em Portugal* (2ª Ed). Prelo.
- Anido, N., & Freire, R. (1978). *L'émigration portugaise : Présent et avenir*. Presses Universitaires de France.
- Arroteia, J. C. (1983). *A Emigração Portuguesa – suas origens e distribuição*. Instituto da Cultura e Língua Portuguesa.
- Baganha, M. I. (1990). *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*. Garland Publishing.
- Baganha, M. I. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no Século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, 128(4), 959-980. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/40754>
- Baganha, M. I. (2003). From Closed to Open Doors: Portuguese Emigration under the Corporatist Regime. *E-journal of Portuguese History*, 1(1).
- Baganha, M. I., & Góis, P. (1998). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 229-280.

- Barou, J. (1997). En Auvergne, une immigration portugaise en milieu rural. *Hommes et Migrations*, 1210, 43-59. 10.3406/homig.1997.3052
- Beaud, S., & Noiriel, G. (1990). Penser «l'intégration» des Immigrés. *Hommes et Migrations*, 1133, 43-53. 10.3406/homig.1990.1487
- Bertrand, F. (ed.) (2002). *100 ans de football en Alsace*. Edito.
- Bischoff, G. (2015). *Pour en finir avec l'histoire d'Alsace*. Éditions du Belvédère.
- Braeuner, G. (1983). L'«Après-guerre» et ses problèmes (1945-1982). Em Livet, G. (dir.), *Histoire de Colmar* (pp. 251-280). Privat.
- Braeuner, G. (2014). *Colmar en France : Chronique des années cinquante et soixante*. Éditions du Belvédère.
- Braeuner, G., & Lichtlé, F. (2006). *Dictionnaire historique de Colmar*. Association pour la Restauration des édifices historiques de Colmar.
- Branco, J. de Portugal. (1986). *A Estrutura da Comunidade Portuguesa em França*. Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas.
- Branco, R. (2013). A Vida Política. Em Pinto, A. C. & Monteiro, N. (Eds.), *A Construção Nacional (1834-1890), vol. 2 História Contemporânea de Portugal (1808-2010)* (pp. 31-74). Fundación Mapfre/Objectiva.
- Brettel, C., & Callier-Boisvert, C. (1977). Portuguese immigrants in France: familial and social networks and the structuring of 'community'. *Studi Emigrazione*, 46, 149-203.
<https://drive.google.com/file/d/1UZgbqLI3JONJTI0fbUbMzNg5g0rQtKDm/view>
- Breyer, V. (1975). *Alsace*. Librairie Arthaud.
- Bruno A-S., Noiriel, G., Pitti, L., Rygiel, P., Scioldo-Zürcher, Y., Spire, A., & Zalc, C. (2008). Histoire et mémoires des immigrations en régions aux XIXe et XXe siècles. *Hommes et Migrations*, 1273, 6-17. 10.3406/homig.2008.4729
- Carvalho, J. R. (2008). *Do Bidonville ao Arrastão - Media, Minorias e Etnização*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Castelo, C. (2007). Passagens para África: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974). Edições Afrontamento.
- Castelo, C. (2013). O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio. *Revista Buala*. <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>.
- Condon, S. (2000). L'activité des femmes immigrées du Portugal à l'arrivée en France, reflet d'une diversité de stratégies familiales et individuelles? *Population*, 55(2), 301-330. 10.2307/1535035.
- Cordeiro, A. (1988). Uma Inserção Autocontrolada: O Exemplo da Comunidade Portuguesa em França. *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, 129-132.
- Cordeiro, A. (1989). Le paradoxe de Immigration portugaise. *Hommes & Migrations*, 1123, 25-32. [10.3406/homig.1989.1313](https://doi.org/10.3406/homig.1989.1313)

- Cordeiro, A. (1993). La communauté portugaise de France. Em M. B. Silva et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal* (pp. 362-370). Fragmentos.
- Cordeiro, A. (1997a). Les Apports de la Communauté Portugaise à la Diversité Ethno-culturelle de la France. *Hommes et Migrations*, 1210, 5-17. [10.3406/homig.1997.3049](https://doi.org/10.3406/homig.1997.3049)
- Cordeiro, A. (1997b). *Portugais de France, citoyens d'Europe: état des lieux et avenir : acte des Assises de la communauté portugaise de France, 3 et 4 avril 1993*. Ed. Acap 77.
- Cordeiro, A. (2002). Le va-et-vient des portugais en Europe. *Projet*, 272, 63-68.
- Cordeiro, A. (2017). Les Portugais de France en tant que sujet de recherche universitaire et contractuelle des années 1970 aux années 2000. *Cahiers de l'Urmis*, 17. 10.4000/urmis.1444
- Cordeiro, A., Hily, M-A., & Meintel, D. (2000). La fête des Portugais: héritage et invention. *Revue européenne des migrations internationales*, 16(2), 59-76. [10.3406/remi.2000.1727](https://doi.org/10.3406/remi.2000.1727)
- Costa, A. (2011). *Evolução da Previdência Social em perspectiva comparada: 1935-1974*. (Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro).
- Cravo, A. (1995). *Les Portugais en France et leur mouvement associatif (1901-1986)*. Ciemi-L'Harmattan.
- Cross, G. (1983). *Immigrant Workers in Industrial France*. Temple University Press.
- Cunha, M. C. (1988). *Portugais de France: essai sur une dynamique de double appartenance*. Ciemi-L'Harmattan.
- Diogo, H. (2009). A comunidade portuguesa em França e na região de Lyon: uma evolução sociodemográfica. *Cadernos - Curso de doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1, 141-166. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7691.pdf>
- Dewitte, P. (2005). 1945-1974, les Trente Glorieuses". *Hommes et Migrations*, 1257, 98-103. [10.3406/homig.2005.4876](https://doi.org/10.3406/homig.2005.4876)
- Échardour, A. (1996). La vie professionnelle des immigrés originaires du Portugal. *Espace, populations, sociétés*, 2-3, 421-430. 10.3406/espos.1996.1768
- Eco, H. (1997). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Editorial Presença.
- Foucault, M. (2004). *Sécurité, Territoire, Population : Cours au Collège de France (1977-1978)*. Seuil.
- Frey, Y. (2008). Les Alsaciens venus d'ailleurs. *Hommes et Migrations*, 1273, 52-73. 10.3406/homig.2008.4732
- Frey, Y. (2009). *Ces Alsaciens venus d'ailleurs : cent cinquante ans d'immigration en Alsace*. Place Stanislas.
- Gasparini, W., & Koebel, M. (2017). Le football communautaire : enquête dans les clubs alsaciens, France. *Sciences de la société*, 101, 144-167. 10.4000/sds.6469

- Gastaut, Y. (2006). Les bidonvilles, lieux d'exclusion et de marginalité en France durant les trente glorieuses. *Cahiers de la Méditerranée*, 69, 233-250. <http://journals.openedition.org/cdlm/829>
- Ginsburger, M. (1927). Des Marranes à Colmar. *Revue des études juives*, 83(165), 52-62. www.persee.fr/doc/rjuiv_0484-8616_1927_num_83_165_5545
- Godinho, V. M. (1978). L'émigration portugaise (XVe-XXeme Siècles). *Revista de História Económica e Social*, 1, 5-32.
- Hily, M-A. (1996). Immigrés et espace d'origine : le village des Portugais. *Espace, Population, Société*, 2-3, 507-512. 10.3406/espos.1996.1777
- Hily, M-A (coord.). (1997). *Le va-et-vient identitaire: Migrants Portugais et Villages d'origine*. Institut National d'Études Démographiques.
- Hily, M-A., & Cordeiro, A. (1999). Les Portugais entre discrétion et reconnaissance. *Sigila*, 3, 33-46.
- Hily, M-A., & Poinard, M. (1985). Fonctions et enjeux du mouvement associatif portugais en France. *Revue européenne des migrations internationales*, 1(1), 25-35. 10.3406/remi.1985.963
- Hily, M-A., & Poinard, M. (1997). Entre France et Portugal, l'attrait du va-et-vient. *Hommes et Migrations*, 1210, 63-72. 10.3406/homig.1997.3054
- Idiri, A. (1997). Les étrangers en Alsace. *Hommes et Migrations*, 1209, 12-19. 10.3406/homig.1997.3017
- Jelen, B. (2004). La presse portugaise et maghrébine des années soixante-dix, entre communauté et société. *Hommes et Migrations*, 1250, 101-111. 10.3406/homig.2004.4223
- Jerónimo, M. B. (2013). Portugueses no Mundo. Em Pinto, A. C. & Monteiro, N. (Eds.), *A Construção Nacional (1834-1890)* (pp. 77-108). Fundación Mapfre/Objectiva.
- Kotlok-Piot, N. (1996). La communauté portugaise de Cerizay (79). *Espace, populations, sociétés*, 2-3, 349-354. 10.3406/espos.1996.1760
- Le mouvement associatif portugais. De l'entraide au sport et au folklore, de la dynamisation à l'interaction... (1989). *Hommes et Migrations*, 1123, 38-42. 10.3406/homig.1989.1315
- Leandro, M-E. (1993). Portugueses na região parisiense: reinvenção dos laços sociais. Em M. B. Silva et al. (orgs.), *Emigração/Imigração em Portugal* (pp. 348-361). Fragmentos.
- Leandro, M. E. (1995). *Au-delà des Apparences: Les Portugais face à l'Insertion Sociale*. L'Harmattan.
- Lebon A. (1989). L'immigration portugaise en France. Dossier statistique. *Hommes et Migrations*, 1123, 7-21. 10.3406/homig.1989.1311
- Leeds, A. (1983). Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal. *Análise Social*, 19(77/79), 1023-1043. <http://www.jstor.org/stable/41010439>

- Leeds, E., & Mendes, F. R. (1983). Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural. *Análise Social*, 19(77/79), 1045–1081. <http://www.jstor.org/stable/41010440>
- Lopes, S. G. (1998). Le Portugal et ses émigrés. Em Rocha-Trindade, M. B. & Raveau, F. (Eds.), *Présence Portugaise en France* (pp. 53-89). CEMRI.
- Martins, A. (1989a). Les portugais d'Alsace. Ils sont là pour rester.... *Hommes et Migrations*, 1123, 43-45. [10.3406/homig.1989.1316](http://dx.doi.org/10.3406/homig.1989.1316)
- Martins, A. (1989b). Les radios locales privées émettant en portugais. *Hommes et Migrations*, 1123, 75. [10.3406/homig.1989.1325](http://dx.doi.org/10.3406/homig.1989.1325)
- Martins, A. (1989c). Une expérience à Strasbourg "Voz de Portugal". *Hommes et Migrations*, 1123, 75-76. [10.3406/homig.1989.5693](http://dx.doi.org/10.3406/homig.1989.5693)
- Mendes, J. (1988). A emigração Portuguesa nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa. *Revista Portuguesa de História*, 24, 293-308. <http://hdl.handle.net/10316/12789>
- Miranda, S. (1999). *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Salamandra.
- Niss, M. (1997). Ces alsaciens d'ailleurs. *Hommes et Migrations*, 1209, 5-11. <https://doi.org/10.3406/homig.1997.3016>
- Noiriel, G. (1986). L'immigration en France, une histoire en friche. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, 41 (4), 751-769. [10.3406/ahess.1986.28331](http://dx.doi.org/10.3406/ahess.1986.28331)
- Noiriel, G. (1991). *La Tyrannie du national. Le droit d'asile en Europe (1793-1993)*. Calmann-Lévy.
- Noiriel, G. (1998). Flux et reflux de la migration portugaise. Em Rocha-Trindade, M. B. & Raveau, F. (Eds.), *Présence Portugaise en France* (pp. 45-52). CEMRI.
- Noiriel, G. (2006). *Le Creuset français : Histoire de l'immigration XIXe-XXe siècle*. Éditions du Seuil.
- Oliveira, L. T. (2010). A história oral em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, 139-156. http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292010000200008&lng=pt&tlng=pt
- Oliveira, I. T. de et al. (2016). Regresso e circulação dos emigrantes portugueses no início do Século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 11-35. [10.7458/SPP2016817155](http://dx.doi.org/10.7458/SPP2016817155)
- Paulo, H. (1998). Estado Novo e a Emigração: Alternativas e Propostas. *Mathesis*, 7, 291-326. <http://hdl.handle.net/10316.2/23832>
- Pedreira, J. (2013). População e Sociedade. Em Pinto, A. C. & Monteiro, N. (Eds.), *A Construção Nacional (1834-1890)* (pp. 159-198). Fundación Mapfre/Objectiva
- Pereira, M. H. (2001). *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos Séculos XIX e XX*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Pereira, V. (2002). L'État portugais et les Portugais en France de 1958 à 1974. *Lusotopie*, 9, 9-27. www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2002_num_9_2_1505

- Pereira, V. (2004). Emigrés surveillés. La PIDE et les Portugais en France. *Latitudes*, 21, 3-12. https://www.revues-plurielles.org/uploads/pdf/17_21_2.pdf
- Pereira, V. (2006). Émigration et politique de main-d'œuvre au Portugal, de 1957 à 1974. *Hommes et Migrations*, 1263, 58-69. [10.3406/homig.2006.4509](https://doi.org/10.3406/homig.2006.4509)
- Pereira, V. (2009). Ineficiência, fragilização e duplicidade: o velho estado novo perante a emigração. *Ler História*, 56, 45–68. [10.4000/LERHISTORIA.1944](https://doi.org/10.4000/LERHISTORIA.1944)
- Pereira, V. (2010). Do povo à comunidade. Os emigrantes no imaginário português. Em Neves, J. (Coord.), *Como se faz um povo* (pp. 139-152). Tinta da China.
- Pereira, V. (2012). Os futebolistas invisíveis: os portugueses em França e o futebol. *Etnográfica*, 16(1), 97-115. [10.4000/etnografica.1403](https://doi.org/10.4000/etnografica.1403)
- Pereira, V. (2014a). *A ditadura de Salazar e a emigração: o Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*. Temas e Debates.
- Pereira, V. (2014b). Les réseaux de l'émigration clandestine portugaise vers la France entre 1957 et 1974. *Journal of Modern European History / Zeitschrift Für Moderne Europäische Geschichte / Revue d'histoire Européenne Contemporaine*, 12(1), 107–125. [10.17104/1611-8944_2014_1_107](https://doi.org/10.17104/1611-8944_2014_1_107)
- Pereira, V. (2017a). Football, identité et culture: Le football parmi les Portugais et leurs descendants en France. *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 6, 55-77.
- Pereira, V. (2017b). La mémoire de l'émigration portugaise : une mémoire de héros ? *Hommes & migrations*, 1317-1318, 37-43. [10.4000/hommesmigrations.3867](https://doi.org/10.4000/hommesmigrations.3867)
- Pires, R. P., Machado, F. L., Peixoto, J. e Vaz, M. J. (2010). *Portugal. Atlas das Migrações Internacionais*. Tinta da China e Gulbenkian.
- Poinard, M. (1979). *Le retour des travailleurs portugais*. La Documentation Française. (Bib. Iscte).
- Poinard, M. (1971). L'émigration portugaise de 1960 à 1969. *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 42(3), 293-304. [10.3406/rgpso.1971.2282](https://doi.org/10.3406/rgpso.1971.2282)
- Poinard, M. (1972). La stagnation de la population portugaise (1960-1970). *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 43(4), 427-444. [10.3406/rgpso.1972.3343](https://doi.org/10.3406/rgpso.1972.3343)
- Poinard, M. (1972). Les Portugais dans le département du Rhône entre 1960 et 1970. *Revue de géographie de Lyon*, 47(1), 35-58. [10.3406/geoca.1972.1600](https://doi.org/10.3406/geoca.1972.1600)
- Poinard, M. (1993). Bilans et leçons de l'immigration portugaise en France. *Espace, populations, sociétés*, 2, 389-398. [10.3406/espos.1993.1599](https://doi.org/10.3406/espos.1993.1599)
- Poinard, M., & Hily M-A. (1983). Réseaux informels et officiels dans la communauté portugaise en France. *Espace, populations, sociétés*, 2, 57-68. [10.3406/espos.1983.914](https://doi.org/10.3406/espos.1983.914)
- Poinard, M., & Roux, M. (1977). L'émigration contre le développement : les cas portugais et yougoslave. *Tiers-Monde*, 69, 21-53. [10.3406/tiers.1977.2687](https://doi.org/10.3406/tiers.1977.2687)

- Pruitt, B. H. (1998). *Timken: From Missouri to Mars - A Century of Leadership in Manufacturing*. Harvard Business School Press.
- Raveau, F. (1998). Espaces Pluriculturels et Ethnicité : Presence Portugaise en France. Em Rocha-Trindade, M. B. & Raveau, F. (Eds.), *Présence Portugaise en France* (pp. 151-159). CEMRI.
- Rocha-Trindade, M. B. (1973). *Les Immigrés Portugais*. Éd. ISCSPU.
- Rocha-Trindade, M. B. (1976). Comunidades migrantes em situação dipolar: Análise de três casos de emigração especializada para os E.U.A., para o Brasil e para França. *Análise Social*, 12(48), 983-997.
- Rocha-Trindade, M. B. (1998). Les temps mythiques des migrations. Em Rocha-Trindade, M. B. & Raveau, F. (Eds.), *Présence Portugaise en France* (pp. 25-37). CEMRI.
- Rocha-Trindade, M. B., & Arroteia, J. C. (1986). *A Emigração*. Centro de Estudos Judiciários.
- Safi, M. (2006). Le processus d'intégration des immigrés en France : inégalités et segmentation. *Revue française de sociologie*, 47, 3-48. [10.3917/rfs.471.0003](https://doi.org/10.3917/rfs.471.0003)
- Santos, I. dos (2005). Entre mémoire institutionnelle et mémoire personnelle: Quelle mémoire partagée de la migration portugaise en France. *Diasporas. Histoire et Sociétés*, 6, 84-95.
- Santos, I. dos (2017). Postures du chercheur dans les processus mémoriels et patrimoniaux des migrations. Réflexivité revisitée. *Communications*, 100, 57-71.
- Sayad, A. (1994). Que'est-ce que l'intégration?. *Hommes et Migrations*, 1182, 8-14. [10.3406/homig.1994.2341](https://doi.org/10.3406/homig.1994.2341)
- Sayad, A. (1999). *La double absence : Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Seuil.
- Sayad, A. (2006). *L'Immigration ou les paradoxes de l'altérité. Tome 1 : L'illusion du provisoire*. Raisons d'agir.
- Schmitt, P. (1991). Jörg Wickram, le maître-chanteur, et son ami Gaspard Hentschelot, l'orfèvre. *Annuaire de la Société d'histoire et d'archéologie de Colmar*, 38, 61-74.
- Schnapper, D. (1989). Un pays d'immigration qui s'ignore. *Le Genre Humain*, 19(1), 99-109.
- Schnapper, D. (2006). L'échec du « modèle républicain » ? Réflexion d'une sociologue. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 61(4), 759-776. [10.1017/S0395264900030390](https://doi.org/10.1017/S0395264900030390)
- Serra, E. (1975). O operário emigrante português na sociedade industrial capitalista. *Análise Social*, 11(41), 67-102. <https://www.jstor.org/stable/41008174>
- Serrão, J. (1970). Conspecto histórico da emigração portuguesa. *Análise Social*, 8, 597-617.

- Serrão, J. (1974). *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica* (2ª ed.). Horizonte.
- Serrão, J. (1985). Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, 21(87-88-89), 995-1004.
- Silva, R. (1991). Dois casos exemplificativos da emigração portuguesa desde 1966 à actualidade. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 7, 5-39. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1578.pdf>
- Silva, M. N. (2011). *Os Trilhos da Emigração. Redes clandestinas de Penedono a França*. Edições Colibri.
- Société d'Histoire et d'Archéologie de Colmar (2004). *Colmar de 1945 à 1970 : entre tradition et modernité (Annuaire 2003-2004)*. Publication de la Société d'Histoire et d'Archéologie de Colmar.
- Sousa, A. de (1972). Os trabalhadores portugueses na Região de Paris: Condições de habitação e de trabalho. *Análise Social*, 9(33), 11-78. <http://www.jstor.org/stable/41007594>
- Sousa, A. de (1973). Trabalhadores portugueses e sindicatos franceses na região de Paris. *Análise Social*, 10(39), 508-551. <https://www.jstor.org/stable/41008144>
- Tribalat, M. (1997). Chronique de l'immigration. Les populations d'origine étrangère en France métropolitaine. *Population*, 52(1), 163-219. 10.2307/1534513
- Trichilo, P. (ed.) (2021). *Italiens en Alsace : de l'intégration à la réussite*. Edição do autor.
- Valério, N. (Coord.) (2001). *Estatísticas Históricas Portuguesas*. INE.
- Vaz, M. D. (2013). Histoire d'une immigration portugaise. Le rôle de la région Aquitaine. *Hommes & migrations*, 1302, 154-156. 10.4000/hommesmigrations.2491
- Villanova, R. de., Leite, C., & Raposo, I. (1995). *Casas de Sonhos*. Edições Salamandra.
- Villanova, R. de (1997). L'espace résidentiel des Portugais de France. *Hommes & Migrations*, 1210, 32-42. 10.3406/homig.1997.3051
- Vogler, B. (1995). *Histoire culturelle de l'Alsace*. La Nuée Bleue.
- Vogler, B., & Hau, M. (1997). *Histoire culturelle de l'Alsace - Croissance, crises, innovations : vingt siècles de développement régional*. La Nuée Bleue.
- Volovitch-Tavares, M. (1995). *Portugais à Champigny, le temps des baraques*. Autrement.
- Volovitch-Tavares, M. (1997). Du temps des baraques au temps de la mémoire retrouvée. *Hommes et Migrations*, 1210, 18-31. 10.3406/homig.1997.3050
- Volovitch-Tavares, M. (2002). Les Portugais des Trente Glorieuses. *Plein droit*, 55(4), 3-6. [10.3917/pld.055.0003](https://doi.org/10.3917/pld.055.0003).
- Volovitch-Tavares, M. (2006a). L'immigration des Portugais en France, une histoire de paradoxes et de contrastes. *Exils et migrations ibériques au XXe siècle*, 2, 57-102. 10.3406/emixx.2006.1082

- Volovitch-Tavares, M. (2006b). Les travailleurs immigrés portugais des Trente Glorieuses. *Hommes et Migrations*, 1263, 70-83. [10.3406/homig.2006.4510](https://doi.org/10.3406/homig.2006.4510)
- Volovitch-Tavares, M. (2009). Les incertitudes et les contradictions d'une « bonne intégration ». *Cahiers de la Méditerranée*, 78, 158-176. Disponible en: <http://journals.openedition.org/cdlm/4688>
- Volovitch-Tavares, M. (2016). *100 ans d'histoire des Portugais en France*. Michel Lafon.
- Wagner, M., & Koven, M. (2017). Introduction: Luso-France: Cultural Productions by and about the Portuguese and Luso-Descendants in France. *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 6, 7-20.
- Weil, P. (2005). *La république et sa diversité : Immigration, intégration, discrimination*. Seuil.
- Williams, J. (1982). *And Yet They Come: Portuguese Immigration from the Azores to the United States*. Center for Migration Studies.

Anexos

Anexo A: Grelha de Entrevista

1. Informações-base

- a. Quando é que chegou a Colmar?
- b. Como é que chegou a Colmar?
- c. Como é que perceciona o percurso feito até agora?
- d. Como é que descreve a sua situação atual?

2. Situação de vida pré-emigração

- a. Em que localidade residia?
- b. Qual era a sua situação profissional?
- c. Qual era o seu nível de escolaridade?
- d. Que idade tinha quando decidiu deixar o país?
- e. Por que razão o decidiu fazer?
- f. A que meios de transporte recorreu para o fazer?
 - i. Com quem é que foi?

3. Chegada ao país de acolhimento

- a. Qual foi a sua primeira impressão do local?
- b. Quais foram as primeiras dificuldades que encontrou à chegada?
- c. Qual foi a primeira habitação fixa em que se estabeleceu?
 - i. Por qual via o conseguiu?
 - ii. Em que condição material se encontrava?
 - iii. Quais eram os seus ocupantes?
- d. Qual era a sua situação legal?
 - i. Caso estivesse ilegal, como foi o processo até à “legalidade”?
- e. Qual foi o seu primeiro trabalho?
 - i. Por qual via o conseguiu?
 - ii. Foi-lhe oferecido um contrato?
 - iii. Qual era o seu horário laboral?
 - iv. E quanto às condições experienciadas no local de trabalho?

- v. Como era a sua relação com os patrões?
- f. Planeava ficar em França ou regressar a Portugal eventualmente?
- g. Como é que descreve a sua integração na sociedade local/de acolhimento? Achou fácil ou difícil?
 - i. Porquê?